

ATA 219ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1
2
3 Aos dezessete dias do mês de fevereiro de dois mil dezessete, às nove horas, no plenário
4 da Casa de Direitos Humanos –MG, realizou-se a ducentésima nona. Plenária Ordinária do
5 CEAS, coordenada pela – Presidente Simone A. Albuquerque onde estavam presentes os
6 seguintes **conselheiros titulares**: Rodrigo dos Santos - ASSPROM, Volney Costa – PSIND,
7 Silvana Campos-SEE, Soyla R. S. Pereira - CMAS de Paracatu, Leonardo Koury – SEDA,
8 Raquel F. Ferreira –CMAS de São Francisco de Paula, Cristiane Isabel Felipe IMSNS – Marta
9 Elizabete Souza – SES. Dayana Cristina Lourenço de Assis- CMAS/JF, Maria Juanita G.
10 Pimenta-FEAPAES, Wilson de Sales Lana- SEF e Josiany Vieira de Souza-
11 ACONESQUITAC. Dos **Conselheiros suplentes**: Érica Andrade – CRP, Isabela de V.
12 Teixeira – SEDESE, Maria Pascoa Andrade – COGEMAS, Marta Maria V. Castro da Silva –
13 SEDESE, Helder Augusto Diniz Silva-CMAS/ Pedro Leopoldo, Isac dos Santos Lopes –
14 ASQUIS, Wiliam de Souza Franco -Associação Quilombola Marques, Arlete Alves de
15 Almeida-Movimento do Graal no Brasil- Regina Ferreira Barbosa-SINTIBREF, Edna D.
16 Bragança-ASMG, Maria do Carmo B.V.Vilas-CMAS LEOPOLDINA, Fabrícia Ferraz Mateus
17 Lopes-SEAPA e Willam Santos Franca-CMAS/BH.E dos membros da Secretaria Executiva:
18 Consolação Cifani, Adelmira Cerqueira, Rosalice Tassar, vera lúcia, Leonardo Lobato,
19 Ângelo Machado, Regina Caldeira, Misley, Fernanda, Claudia Alexandre, e Rosângela. A
20 plenária teve início com a fala da Presidente Simone Albuquerque. **SIMONE**: Bom dia! Eu
21 vou dar início a nossa Ducentésima décima nona Plenária Ordinária. Eu quero
22 cumprimentar a todos os conselheiros, cumprimentar Secretária executiva, Consolação; A
23 todos os profissionais da secretaria executiva aqui presentes. Também quero cumprimentar
24 todas as pessoas que estão aqui acompanhando o nosso pleno. Quero dizer que é sempre
25 um prazer enorme tê-los aqui conosco. Quero começar justificando aqui a ausência da nossa
26 querida vice-presidente, Geisiane Soares. Quero dizer que a nossa vice-presidente está de
27 férias, por isso ela não está presente aqui nessa reunião. Também quero justificar a ausência
28 da conselheira Rosilene Tavares, representante do Conselho Regional de Serviço Social,
29 por motivo de trabalho. E também, quero justificar a ausência do conselheiro Rodrigo Silveira,
30 do Conselho Municipal de Nova Lima, também por motivo de trabalho. Eu vou pedir a nossa
31 secretária executiva fazer a verificação de quórum da nossa 217ª decentíssima décima
32 sétima... Não! Essa é a 219ª ducentésima décima nona, não é Consola? 219ª ducentésima
33 décima nona plenária ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social. Então, eu vou
34 passar a palavra para a nossa secretária executiva. **CONSOLAÇÃO**: Bom dia a todos (as).
35 Temos 12 (doze) conselheiros em condições de titularidade. Então temos um quórum
36 inclusive qualificado. **SIMONE**: Agradeço a nossa secretária executiva. Agora passo para a
37 apreciação das atas da 217ª ducentésima décima sétima e 218ª ducentésima décima oitava
38 plenária. Em discussão. Tem algum conselheiro que quer fazer alguma observação nas
39 referidas atas? Não havendo então quem queria se pronunciar, consideramos então como
40 aprovadas as referidas atas. Eu já fiz as justificativas de ausências. E agora, eu vou passar
41 para o ponto de apreciação da pauta. Nós não temos hoje posse de conselheiro novo, então
42 nós passaremos para os informes. A conselheira Marta... Tem mais algum conselheiro que
43 quer dar informe? **VOZ AO FUNDO**. **SIMONE**: Ok. A conselheira Páscoa vai dar um informe.
44 A conselheira Páscoa não está presente. Alguém vai dar o informe da Frente Mineira em
45 Defesa do SUAS? Léo Koury. A conselheira Marta vai dar o informe da mesa diretora. E o
46 conselheiro Rodrigo e a conselheira Sandra vão fazer um informe da reunião de avaliação
47 da primeira fase do Capacita SUAS. E o conselheiro Rodrigo também vai dar o informe do
48 Comitê Estadual do Programa Bolsa Família. Ok? Pontos de pauta: nós vamos discutir a
49 estruturação dos serviços da proteção básica. É uma apresentação da comissão de
50 orçamento; E logo depois, a gente vai ter um ponto de pauta que é: o apoio no ordenamento
51 da rede socioassistencial de alta complexidade; Depois nós temos as comissões temáticas:

52 orçamento e financia; política; normas; apoio; Depois nós vamos ter um ponto de pauta
53 sobre a conferência estadual; E lógico também sobre a gente instituir a comissão
54 organizadora da conferência estadual; Depois nós teremos um ponto sobre o Fórum
55 Interconselhos. É pra escolher dois conselheiros do Conselho Estadual: um representante
56 do governo e um da sociedade civil; Também vamos discutir a recomposição da comissão
57 de ética. Esse é o nosso ponto de pauta. Os conselheiros que tem alguma questão sobre o
58 ponto de pauta, por favor... Então, eu estou compreendendo que todos estão concordando
59 aí com o nosso ponto de pauta. Então vamos começar com os informes. Conselheira Páscoa
60 com os informes do COGEMAS. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Então a gente vai fazendo os
61 informes até que ela chega. Vamos passar então para os informes da SEDESE, por favor.
62 Vamos lá? Pode passar, por favor? Bem, como é de praxe, todo mês eu apresento para os
63 senhores o preenchimento do plano de serviço. De 2015 nós temos: 844 (oitocentos e
64 quarenta e quatro) planos aprovados; Em análise técnica pela SEDESE: 6 (seis); Em
65 preenchimento: 1 (um); Em análise dos Conselhos Municipais: 2 (dois). Pode passar. O plano
66 de serviço de 2016 já foram aprovados: 841 (oitocentos e quarenta e um); Em
67 preenchimento: 8 (oito); Em análise do Conselho Municipal de Assistência Social a gente
68 continua destacando aqui o município de Venceslau Brás. Esse município não tem plano de
69 serviço porque ele não constituiu o Fundo Municipal, como é estabelecido aqui pelas normas
70 do SUAS estadual. A CIB teve uma reunião com o município de Venceslau Brás no ano
71 passado. E este ano, nessa semana agora, nós vamos receber o prefeito e o secretário. Nós
72 vamos fazer uma discussão com o município para que ele possa então ter toda uma estrutura
73 exigida e requerida pelo SUAS de Minas Gerais. Também como é de praxe, apresento aqui
74 a prestação de contas dos recursos do cofinanciamento estadual. O demonstrativo físico
75 financeiro da receita e da despesa de 2014 está disponível para o preenchimento. As
76 informações devem ser inseridas no SIGCON pelos gestores municipais e aprovadas pelos
77 Conselhos Municipais no nosso endereço eletrônico: www.convenios.mg.gov.br. A situação
78 do Piso Mineiro também é uma situação que não teve alteração ainda. Como os senhores
79 sabem, no ano de 2016 foram pagas 6 (seis) parcelas do Piso de janeiro e junho. As parcelas
80 de julho a dezembro foram empenhadas, liquidadas e escritas a pagar. Nós já estamos
81 negociando com a Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Fazenda pra gente
82 recompor as dívidas do ano passado. Os repasses do Fundo Nacional de Assistência Social
83 nós tivemos no final do ano depósitos no Fundo Estadual de Assistência Social. Nós ainda
84 temos algumas parcelas em atraso. Nem todas foram atualizadas, mas a gente já recebeu
85 no final do ano, pelo menos, a parcela do IGD do Bolsa. Agora eu vou passar o informe da
86 diretoria de benefício e transferência de renda. A diretoria de benefício e transferência de
87 renda da SEDESE elaborou o plano de treinamento estadual do ano de 2017. O plano
88 organiza o calendário de custos em eventos que serão realizados no ano de 2017 com vistas
89 ao aperfeiçoamento da gestão do programa Bols Família e do Cadastro Único. Serão
90 realizadas ações de formações e capacitação para o desenvolvimento e aprimoramento de
91 gestores, técnicos e entrevistadores das coordenações municipais do programa Bolsa
92 Família e do Cadastro Único de forma a possibilitar as melhorias no desempenho do
93 programa. No plano de treinamento está previsto 4 (quatro) tipos de capacitações:
94 Capacitação de instrutores dos formulários do Cadastro Único, que será do dia 13 (treze) a
95 17 (dezessete) de março; Capacitação de instrutores de gestão do Cadastro Único e o
96 programa Bolsa Família, de 03 (três) a 07 (sete) de abril; capacitação de formulários do
97 Cadastro Único para entrevistadores, será de maio a dezembro; Capacitação de gestão no
98 Cadastro Único e no programa Bolsa Família para coordenadores municipais, que será de
99 abril a novembro. Também estão previstas 03 (três) oficinas com os municípios com baixo
100 desempenho nos indicadores do IGD municipal em parceria com as áreas da saúde e da
101 educação. Essa capacitação está prevista de 22 (vinte dois) a 29 (vinte nove) de março e 11
102 (onze) de abril. Aliais: 22 (vinte e dois) de março, 29 (vinte e nove) de março e 11 (onze) de
103 abril. Eu queria informar que a SEDESE está fazendo um esforço para que os cadastradores

104 que participam desses cursos eles também recebam certificação. Nós estamos então
105 fazendo uma negociação com a ULTRAMIG para que ela possa certificar os cadastradores,
106 porque é muito importante para os trabalhadores, principalmente para a carreira dos
107 trabalhadores das gestões municipais. Também estão prevista' 04 (quatro)
108 videoconferências no âmbito do programa Bolsa Família e do Cadastro Único com as
109 seguintes temáticas: Conceitos básicos sobre o CADÚNICO e o programa Bolsa Família,
110 prevista para o dia 07 (sete) de março; Acompanhamento das condicionalidades de saúde e
111 educação, prevista para o dia 18 (dezoito) de abril; Atualização cadastral, prevista para o dia
112 18 (dezoito) de maio; Acompanhamento familiar e o sistema de condicionalidade, prevista
113 para o dia 09 (nove) de agosto. Eu também trouxe um informe aqui que é de bastante
114 interesse do pleno do Conselho, sobre o panorama geral da adesão dos municípios ao
115 programa Primeira Infância no SUAS. O Estado de Minas Gerais foi elegível ao programa,
116 porém de acordo com a resolução do CEAS nº 583 (quinhentos e oitenta e três) de janeiro
117 de 2017, optou pela não adesão. No que diz respeito aos municípios, foram elegíveis 437
118 (quatrocentos e trinta e sete) municípios em Minas Gerais. Os municípios tiveram até o dia
119 10 (dez) de fevereiro para realizar o aceite. Os Conselhos Municipais de Assistência Social
120 tem o dia 24 (vinte e quatro) para aprovar o referido aceite. Até o dia 15 (quinze) de fevereiro
121 temos a seguinte situação no Estado: 214 (duzentos e quatorze) municípios aderiram ao
122 programa, inclusive com a aprovação do CMAS; 43 (quarenta e três) municípios fizeram
123 adesão, mas aguardam a aprovação do Conselho; 180 (cento e oitenta) municípios não
124 aderiram ao programa. Eu também quero informar que foi instituído pelo governador
125 Fernando Pimentel um grupo de trabalho para a reestruturação do sistema socioeducativo.
126 Todos os senhores sabem que, a SEDESE, após a reforma, assumiu a gestão das medidas
127 de meio aberto no Estado. Esse grupo de trabalho se divide em 03 (três) subgrupos, um
128 deles a SEDESE coordena que é o GT das medidas semiaberto. A última reunião nossa foi
129 realizada no dia 24 (vinte e quatro) de janeiro, e contou com a participação de diversos
130 órgãos: SEDESE; Segurança pública; Secretaria de direitos humanos; Secretaria de saúde;
131 MP estadual; CEDCA; CEAS; Gabinete do deputado André Quintão; Sindicato dos
132 Servidores de Medidas Socioeducativas; Sindicato dos Auxiliares, assistentes e analistas do
133 sistema prisional de Minas Gerais; Frente em Defesa dos Direitos da Criança e do
134 Adolescente de Minas Gerais. Na última reunião discutimos os seguintes pontos: A
135 concepção do SUAS; As formas de financiamento no SUAS; O serviço tipificado no SUAS
136 de proteção social ao adolescente em cumprimento de medida e prestação de serviço à
137 comunidade; Referência, contra referência e os demais serviços socioassistenciais; Além de
138 fazermos um alinhamento normativo das normativas do SUAS e das normativas da
139 legislação do sistema socioeducativo. Nós faremos a terceira reunião no dia 22 (vinte e dois)
140 de fevereiro de 2017, onde vamos discutir o projeto político pedagógico, o regimento interno
141 e o plano individual de atendimento. Também vamos discutir a justiça restaurativa,
142 progressão, internação, sanção e política de atendimento aos adolescentes regressos. Em
143 também está na nossa pauta a gestão da política estadual, interface regional e municipal,
144 desenvolvimento da diretriz estadual da política socioeducativa em meio aberto e a
145 implantação de um monitoramento e avaliação das medidas em meio aberto. A nossa ideia
146 é a gente ter uma política estadual de medida socioeducativa, dentro dela uma política
147 estadual de medida socioeducativa no SUAS e a sua intersectorialidade com as políticas
148 sociais. Também quero informar com muita alegria que nós vamos inaugurar no dia 07 (sete)
149 de março o CREAS regional médio baixo Jequitinhonha. O CREAS ele fica em Almenara. O
150 evento contará com a presença do nosso querido governador Fernando Pimentel. Também
151 inauguraremos no dia 08 (oito) de março o CREAS regional de Águas Formosas na região
152 de Mucuri. APLAUSOS. **SIMONE:** Obrigada. É uma devolutiva das deliberações do plano
153 estadual de regionalização e da conferência estadual de assistência social. Eu também
154 trouxe alguns dados aqui da avaliação que já fizemos da primeira etapa do Capacita SUAS.
155 Em 2016 foi realizada a primeira etapa do Capacita com 02 (dois) cursos: gestão

156 orçamentária e financeira, e da proteção básica. Foram certificados 2.495 (dois mil
157 quatrocentos e noventa e cinco) profissionais da assistência social entre técnicos,
158 conselheiros e gestores, com 89 (oitenta e nove) turmas divididas em 21 (vinte e um) pólos de
159 capacitação; 632 (seiscentos e trinta e dois) municípios foram capacitados no curso da
160 básica; 606 (seiscentos e seis) municípios foram capacitados na gestão orçamentária e
161 financeira. Em relação à percepção de aprendizagem... Essa é uma das dimensões da
162 avaliação. Olha que bacana! 86,6% dos alunos consideraram que o nível de aprendizagem
163 foi bom ou excelente no curso dedicado a proteção básica. E 77,7% consideraram como bom
164 ou excelente o curso de gestão financeira e orçamentária. Na avaliação geral dos cursos, na
165 percepção dos alunos e professores, 68,1% consideraram ótimo o curso de gestão financeira
166 e orçamentária. E 73,1% definiram como ótimo o curso da proteção básica. A realização do
167 Capacita SUAS contou com a parceria da Fundação João Pinheiro e AMM. Só lembrando
168 que a avaliação do curso é feita pela Fundação João Pinheiro. A avaliação da oferta
169 regionalizada dos cursos nos 21 (vinte e um) polos pelos alunos e participantes foi bastante
170 positiva. A iniciativa foi classificada como excelente, ótima, eficaz, válida e importante, por
171 quase todos os alunos participantes. Uma das inovações na execução no ano de 2016 foi a
172 criação do papel do supervisor de campo, que teve como objetivo acompanhar in loco a
173 execução dos cursos e avaliar as dimensões relacionadas a aprendizagem dos alunos e o
174 desempenho dos professores. 33 (trinta e três) supervisores de campo atuaram nessa etapa.
175 Dos 33 (trinta e três) supervisores, 16 (dezesesseis) são técnicos das diretorias regionais da
176 SEDESE. A avaliação dessa etapa do Capacita SUAS recomendou que a SEDESE reforce
177 o processo de acompanhamento e supervisão dos municípios dos polos em que o nível de
178 aprendizagem tiveram os piores resultados. Bem, esses foram os informes da SEDESE.
179 Volney. **VOLNEY:** Bom dia. Eu queria que voltasse a tela lá dos repasses do Fundo Nacional
180 de Assistência Social. Eu gostaria de convidar os conselheiros para que a gente analisasse
181 com bastante critério os repasses do Fundo Nacional, para que a gente possa fazer uma
182 cobrança para o CNAS pedindo uma previsão desse repasse para os municípios. Nós temos
183 lá, por exemplo, o piso de alta complexidade. O último repasse foi em abril de 2016. É isso,
184 Simone? Abril de 2016. Isso já vai para quase um ano. O governo federal fica lançando um
185 programa novo como o Criança Feliz, aí desloca o orçamento e o que precisa ser pago está
186 com esse atraso de quase um ano. Então nós temos ali: piso de alta complexidade e
187 residência inclusiva foi até abril de 2016. E, as ações de estratégia para erradicação do
188 trabalho infantil foram até dezembro de 2015. Então, eu gostaria que juntos a gente pudesse
189 deliberar. E que a gente cobre do Conselho Nacional qual que é a posição do governo federal.
190 Eu não sei se todos os conselheiros estão de acordo comigo. **SIMONE:** Eu acho que a gente
191 da gente fazer isso Volney, cabe a nós, da SEDESE, fazer um esclarecimento mais sucinto.
192 Aqui tem dois dos financiamentos que foram feitos para o plano estadual de regionalização.
193 A gente faz o aceite lá... Isso é do Fundo Estadual, não é dos municípios, não é? Então nós
194 fizemos o aceite do plano estadual de regionalização. O ministério passa 03(três) parcelas e
195 nós temos que demonstrar que implantamos. Eles só vão continuar passar as próximas
196 parcelas depois que nós demonstrarmos que de fato a gente implantou. Então tem coisas
197 aqui que de fato é atraso mesmo, mas tem coisas aqui que é atraso da própria SEDESE. A
198 gente no ano passado discutiu aqui no Conselho Estadual os problemas que nós tivemos
199 para implantação dos CREAS regionais, tanto que eu mostrei aqui que esse ano nós vamos
200 inaugurar 02 (dois), não é? E já tem mais 02 (dois) previstos. Mas o nosso planejamento era
201 de 10 (dez). Então, se você concordar, e se todos os conselheiros concordarem, eu prefiro
202 primeiro detalhar pra vocês a situação, para depois termos condições de fazer os
203 questionamentos mais corretos, sabe Volney? Outra coisa também, e que é uma notícia que
204 não está aqui, é que nós fizemos uma reforma administrativa na SEDESE. Agora a SUBAS
205 tem 04 (quatro) superintendências. E também vai trazer mais condição de gestão para a
206 secretaria de Estado, porque a gestão não é só se implantou ou se não implantou.
207 Infelizmente na gestão dos recursos do SUAS está em vigor uma portaria do MDS, ela faz o

208 quê? Ela para de passar os recursos se estiver com mais de 10 (dez) parcelas paradas nos
209 Fundos Uma superintendência é específica para o Fundo Estadual de Assistência Social,
210 que Assistência Social. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** 12 (doze) parcelas. Viu como que os
211 municípios estão Volney? Todo mundo sabe! Isso requer gestão municipal e estadual
212 também. Então pra gente ser mais justo, eu prefiro deixar mais claro para os conselheiros o
213 quê que é “problema de gestão da SEDESE e o quê de fato é o problema do nacional.” Ok?
214 Eu me comprometo trazer mais detalhadamente na próxima plenária do Conselho. Ok
215 Volney? **VOLNEY:** Eu acho que é importante, sim. Os conselheiros concordam gente? Eu
216 acho que é importante nos posicionar, Simone. **SIMONE:** Está bom. Muito obrigada aos
217 conselheiros. Eu também acho importante porque vocês ajudam a gente. Eu acho que essa
218 discussão dos saldos precisa ser feita, inclusive para que a gente tenha mais clareza de qual
219 que é a melhor alternativa. Nós estamos propondo um monitoramento da gestão dos saldos.
220 Eu vou pedir a Isabela pra gente apresentar aqui na próxima reunião. A Isabela é a nossa
221 superintendente do Fundo Estadual de Assistência Social. Eu me esqueci de colocar nos
222 informes. O Fundo agora tem duas diretorias, uma vai cuidar especificamente do
223 acompanhamento e análise das contas. O Fundo vai de fato trazer a gestão para ele. Isso é
224 importante até para que a gente tenha não só mais financiamentos, mas também uma gestão
225 mais importante do Fundo. E já que o Volney “jogou a bola pra mim”, ele me lembrou que eu
226 não falei aqui da reforma. Nós temos hoje a superintendência de proteção especial. O
227 superintende está ali atrás, que é o Régis. Por favor, Régis, levante para que todos possam
228 o conhecer. A superintendência tem 04 (quatro) diretorias: diretoria de relação com o sistema
229 de justiça. A gente criou uma diretoria específica para isso. Isso é muito importante,
230 principalmente para acompanhar a relação do judiciário não só com a SEDESE, mas com os
231 municípios. Os municípios exigem cada vez mais a presença forte e firme da SEDESE;
232 Também temos uma diretoria de média complexidade. A diretoria de média complexidade
233 ela tem debaixo dela os CREAS regionais. Em todos os CREAS regionais foram criadas
234 diretorias regionais. Todos os CREAS vão ter coordenação regional; Foram criadas diretorias
235 das medidas socioeducativas do meio aberto para coordenar a política do SUAS no Estado;
236 E La diretoria de alta complexidade, que também compõe a superintendência de proteção
237 especial. Nós criamos a superintendência da proteção básica e da gestão do SUAS, que é a
238 superintendência da Débora Ackerman. Ela assumiu essa superintendência. Debaixo dela
239 tem a diretoria de serviços da proteção básica e a diretoria de benefício e transferência de
240 renda da proteção básica. Nós também temos a superintendência de monitoramento,
241 vigilância e avaliação. Debaixo dela tem a diretoria de vigilância, a diretoria de gestão do
242 trabalho no SUAS e a diretoria de regulação. E temos então a diretoria de monitoramento.
243 Vocês já sabem que o superintendente é o Jaime Rabelo. Temos também a superintendência
244 do Fundo Estadual de Assistência Social, onde a superintendem é a Isabela. Tem duas
245 diretorias debaixo dessa superintendência: gestão do Fundo e análise de contas. Mais
246 alguma questão conselheiros? Muito obrigada. Maria do Carmo. **MARIA DO CARMO:** Bom
247 dia. Eu gostaria novamente de... Eu já fiz aqui alguns posicionamentos com relação ao
248 repasse do FNAS. Após a observação do Volney... Eu até acredito que ele tenha tido esse
249 entendimento porque, normalmente as entidades que acolhem crianças e adolescentes
250 muitas delas são realizadas pelo serviço privado da rede privada. É impossível uma entidade
251 continuar com oferta de serviço com tanto assim sem repasse. Eu fui fazendo aqui um
252 raciocínio. No nosso município, por exemplo, esse mês de janeiro ou agora em fevereiro, foi
253 feito um repasse volumoso da proteção básica que estava interrompido desde abril de 2016.
254 Então o município passou todo o restante do primeiro semestre e o segundo semestre inteiro
255 de 2016 arcando sozinho com o financiamento dos serviços da básica. E agora que ele vem
256 receber um repasse volumoso relativo a esse exercício. O que eu quero colocar aqui é que,
257 eu acho que o governo não “acertou o pé” quando ele fez a portaria 113 (cento e treze). A
258 gente entende que tinha muitos recursos parados em muitos municípios e isso não pode ser
259 aceitável. Mas o município não pode também levar essa bomba agora, ele já arcou esse

260 tempo de serviço com o recurso próprio. E agora ele vai arcar de novo, porque vai dá excesso
261 de saldo em conta. O município não vai ter tempo para gastar tão rápido tantos recursos que
262 chegaram agora na conta. Eu acho que a gente nas oportunidades que tivermos interferir
263 nessa normativa. A gente sabe que ela é necessária, mas ela ainda não está atendendo com
264 o trabalho que a gente precisa realizar. **SIMONE:** Bem, primeiro eu quero dizer que tudo isso
265 é absolutamente pertinente. Pertinente em que sentido? Essa portaria dos saldos diz o quê?
266 Que a partir do momento em que você tem 12 (doze) parcelas em atraso o governo federal
267 ele suspende o repasse até que seja abatido o montante de 12 (doze) parcelas. Então a
268 gente tem dois problemas, pelo menos o que eu estou lembrando aqui, não é? O governo
269 federal ou ele deixa de repassar contando aquelas 12 (doze) parcelas... E na verdade, o
270 município e o Estado já planejou o gasto, a execução... A execução está em processo de
271 acontecer e aí ele para de passar. Aí você consegue diminuir porque já estava sendo
272 planejado. E aí, em determinado momento, ele manda um montante de recurso. Esse
273 montante de recurso faz o quê? Faz com que você continue a ter 12 (doze) parcelas ou mais
274 paradas no Fundo. E aí ele para de repassar de novo. Então Maria do Carmo, essa
275 observação que você fez aqui é um problema que está vivendo os municípios e os governos
276 de Estados também. Muitos problemas que estão colocados aí advêm de uma parte dessa
277 questão que você colocou. Então Maria do Carmo, eu acho que é mais um motivo pra gente
278 discutir os saldos. Eu acho que é uma proposta muito importante, é uma discussão
279 importante. Claro que eu acho que a gente tem que começar a discutir, ainda mais em ano
280 de conferência, não é gente? **VOZ AO FUNDO. SIMONE:** Aliais! O que eu fiquei sabendo
281 Marta é que em vez de mudar as regras, isso já se alastrou para todos os ministérios. Todos
282 os ministérios estão utilizando a mesma estratégia, tanto o ministério da educação, quanto o
283 ministério da saúde. Aliais! No ministério da saúde, a notícia que a gente tem, é que os blocos
284 de financiamento junto os blocos de financiamento. **VOZ AO FUNDO. SIMONE:** Fala no
285 microfone, Marta. Significa que vai tudo para o hospital. **MARTA ELISABETE:** Significa o
286 eterno retorno. Nós voltamos aos anos de 70 (setenta) e 80 (oitenta). O Temer é contra os
287 blocos de financiamento. Aí você coloca no caixa e o gestor faz o que ele quiser. Fica om
288 assim, não fica? **SIMONE:** Eu acho que esse debate aqui eu vou propor pra gente colocar
289 como ponto de pauta no Conselho. Vamos discutir a questão dos saldos. **MARIA DO**
290 **CARMO:** O gestor nem consegue fazer o que ele quer. Quando ele faz o planejamento dele
291 aí sim, ele planeja o que ele quer. Só que quando acontece essa situação ele começa a
292 assumir compromissos. Quando ele faz um processo de licitação para realizar os gastos com
293 aqueles recursos previstos ele já começa a assumir compromissos. E quando o recurso não
294 chega, ele tem que encontrar uma suplementação de despesas que o município está tendo
295 que bancar. Então assim, você fica sem saber como trabalhar. **SIMONE:** Mas foi boa aqui a
296 discussão. Vamos pensar no debate está bem gente? Obrigada. O COGEMAS já chegou?
297 Então, agora é a Frente Mineira em Defesa do SUAS. Conselheiro Léo Koury, favor.
298 **LEONARDO KOURY:** Estou aqui representando a Frente Mineira em Defesa do SUAS. A
299 gente teve nessa segunda-feira a reunião do executivo da Frente. Algumas questões a gente
300 pediu pra trazer como ponto de pauta. Eu vou passar rapidamente o que a gente deliberou
301 enquanto discussão na Frente. Uma é a criação de uma nota ao Conselho Nacional e
302 também respaldando a deliberação do CEAS/MG referente a não adesão do programa
303 Primeira Infância, que está dentro do arcabouço maior do programa Criança Feliz. E também
304 se solidarizando com a companheira, ex-assistente social e presidente do CEAS/Alagoas, é
305 a Ana Lúcia, que pede renúncia do cargo alegando que a renúncia dela traz uma questão da
306 volta de estratégia de fragilização do controle social nas instâncias deliberativas e
307 fiscalizadoras do SUAS. Para quem não sabe, o CEAS/Alagoa havia deliberado assim como
308 nós a não adesão do programa. Depois de uma pressão, em especial do governo federal ao
309 órgão gestor e algumas entidades socioassistenciais, o Conselho Estadual voltou com a
310 pauta e indiretamente mudou a deliberação que já era uma resolução do CEAS/Alagoas.
311 Isso nos preocupa, não só pela situação de Alagoas, mas em Santa Catarina gente teve

312 um informe de alguns companheiros de que uma entidade socio assistencial irá de forma
313 estadual trabalhar com o programa Criança Feliz e a Primeira Infância dentro do Estado,
314 mesmo que o Estado e o CEAS não tenha feito a adesão. Então quer dizer, se ninguém
315 quiser fazer a adesão aqui o Estado, assim como Santa Catarina alguém vai fazer através
316 do terceiro setor. Isso nos deixa preocupado, uma vez que mostra a fragilidade da nossa
317 discussão com o governo federal em fazer que o governo federal respeite as instâncias
318 estaduais e municipais ao longo desse processo. Se fosse para ser legítimo, não precisava
319 fazer paralelo como está acontecendo em Santa Catarina. E ao mesmo tempo com as
320 pressões que aconteceram no CEAS/Alagoas. E pra terminar, outro posicionamento
321 importante que a gente vai está construindo lá dentro da Frente Mineira, é de uma reunião
322 coletiva com a Frente Mineira em Defesa do SUS e a Frente Mineira Popular de Defesa da
323 Previdência. Nós estamos tentando planejar para o mês de março um debate público sobre
324 a questão da previdência social, uma vez que a seguridade social ela se torna frágil dentro
325 dos processos de precarização, ainda mais agora com a previdência social com a nova
326 reforma. É uma forma também da gente integrar essas Frentes, que antes de mais nada
327 preconizam a garantia da seguridade social enquanto direito constitucional. São esses os
328 informes. **SIMONE:** Em discussão. Veja só Léo. Eu acho bastante importante essa decisão
329 da Frente Mineira em Defesa do SUS de congregar esforços com a Frente em Defesa da
330 Previdência porque, uma das propostas da reforma é desvincular o serviço de prestação
331 continuada dos benefícios do salário mínimo. Então nós temos que nos posicionar
332 fortemente contra essa proposta. Antes de ontem eu recebi uma informação importante do
333 deputado Eduardo Barbosa. Ele está participando da comissão de discussão da previdência.
334 Ele e uma deputada federal de São Paulo, que também representa o movimento das pessoas
335 com deficiência, eles estão fazendo propostas. Eles já conseguiram 171 (cento e setenta e
336 uma) assinaturas para que não seja permitida a desvinculação do BPC do salário mínimo.
337 Mas eu acho que esse debate em março é muito importante. É importante também que a
338 gente chame o Conselho das Pessoas com Deficiências e o Movimento das Pessoas com
339 Deficiência. Isso aí é um absurdo do absurdo! Você mexer em um benefício que é um
340 benefício de emenda popular da Constituição e que é tão importante para os (as) brasileiros
341 (as) deficientes e idosos que vivem abaixo de um $\frac{1}{4}$ (um quarto) de um salário mínimo. Chega
342 ser criminosa essa proposta. Mas você vai nos informando e nos acionando quando
343 necessário. Eu vou passar agora para conselheira Marta pra dar os informes da mesa
344 diretora. **MARTA SILVA:** Ontem na mesa diretora nós discutimos todos os pontos da pauta
345 que a gente vai trabalhar aqui hoje e todos os aspectos que seriam discutidos nas comissões,
346 além das correspondências recebidas pelo Conselho Estadual e os encaminhamentos que
347 a mesa diretora precisava tomar em relação às correspondências e os encaminhamentos
348 necessários que são de competência da mesa diretora. Os outros encaminhamentos que a
349 mesa diretora fez são as definições com relação à recomposição da comissão de ética e do
350 Fórum Interconselhos. A gente propôs um processo para encaminhamento dessa discussão,
351 no momento da pauta da plenária a gente pode retomar. Se tiver alguém que queria
352 complementar esse informe, por favor, eu pediria que me auxiliasse aí. **SIMONE:** Ok aí
353 gente? O próximo aqui é o conselheiro Rodrigo e a conselheira Sandra sobre a reunião de
354 avaliação da primeira fase do Capacita SUAS. **RODRIGO SANTOS:** Bom dia a todos. Como
355 foi falado pela presidente... Eu vou ater aqui as observações da sociedade civil, até porque
356 ela já passou. É pra gente ganhar tempo. O evento aconteceu na semana passada, no dia
357 09 (nove). A nossa presidente estava como SEDESE e a nossa vice-presidente
358 representando o CEAS. Também tinha lá o representante da Fundação João Pinheiro. A
359 ideia era fazer um balanço, uma troca de experiência, monitoramento, avaliação,
360 sistematização dos pontos positivos e negativos... O que aconteceu de interessante foi uma
361 troca de experiências. A proposta ocorreu através de 04 (quatro) grupos: grupo de
362 especificidade da interface da proteção social; Grupo de gestão orçamentária e financeira do
363 SUAS; Grupo de supervisão, monitoramento e avaliação dos procedimentos; Grupo dos

364 aspectos institucionais e operacionais. Então foi muito positivo. Eu acho que valeu a pena.
365 Apenas o que eu queria trazer para este pleno é que algumas questões para os próximos
366 cursos que teremos esse ano esbarraram no perfil do público. Então é algo que a gente deve
367 discutir aqui. O governo deve puxar as estratégias de como pode estar fazendo isso com o
368 nosso público. E por fim Simone, antes de passar para a minha colega Sandra, eu queria
369 dizer pra vocês que nós, da rede socio assistencial privada, ainda temos muita segurança
370 neste governo. Essas capacitações chegaram pra gente ainda. A gente espera que com essa
371 reestruturação que a SEDESE está fazendo vocês não se esqueça da gente. Existe uma
372 pressão até através de deliberação de conferência. Mas a gente tem a confiança que vocês
373 atenderam a gente. Nós estamos bem ansiosos aguardando. Vou passar pra Sandra,
374 obrigado. **SANDRA:** Gente, bom dia. Eu participei da avaliação, e achei muito positivo. A
375 gente pode passar tanto para a Fundação João Pinheiro quanto para a SEDESE toda a
376 avaliação que foi apontada. Eu achei muito positivo, com muita transparência. Eu validei a
377 participação dos nossos conselheiros nos curso. Eu sinalizei também que estávamos lá
378 felizes participando do Capacita, e ao mesmo tempo a gente vivenciado o desmonte da
379 assistência. Então todo o dia antes de entrar no clima do Capacita, a gente já estava falando
380 de uma medida, de um desmonte que tinha acontecido de noite antes da gente chegar. Mas
381 nós estávamos felizes com a capacitação profissional de todos nós na assistência e vivendo
382 esse momento. Foi falado sobre os atravessamentos do momento político, que era a eleição.
383 Isso foi muito sinalizado nos municípios. Teve muita ausência. As pessoas que fizeram
384 inscrição não foram liberadas. Teve esse momento de transição, que foi do momento
385 eleitoral, e todos esses momentos que nós ainda estamos passando. Mas assim, nós
386 validamos muito a importância do Conselho. Eu sinalizei os apontamentos e as observações
387 que nós fizemos, mas não de avaliar de quem estava lá fazendo o curso. Assim que os
388 municípios estavam colocando as situações, a gente anotava para trazer para o Conselho.
389 Eles falavam “tem certeza de que está anotado? Vai ser ouvido pela SEDESE?” O próximo
390 passo agora é que vai ter um ruído focal pra poder alinhar os pontos. A Simone falou muito
391 bem disso lá. Nós tivemos um saldo muito positivo sobre a realização do Capacita, com
392 algumas questões locais a serem trabalhadas de forma regional e municipal. Foi uma alegria
393 muito grande a gente ter participado. Nós, conselheiros, ficamos em um lugar até melhor,
394 porque nós ficamos muito ouvinte. A gente ficou escutando muito porque, no falar da
395 vivência, é que foi apontando as dificuldades que os municípios estão vivendo. Então foi isso.
396 **SIMONE:** Agradeço aos conselheiros mais uma vez pelo apoio do Conselho Estadual. Só
397 pra deixar registrado, a secretária executiva do Conselho encaminhou a avaliação
398 formalmente para a Fundação João Pinheiro por escrito. Então a avaliação do Conselho
399 também entra e é incorporada na avaliação do programa estadual de capacitação. Muito
400 obrigada. Eu quero dizer que a presença do Conselho é sempre muito importante pela
401 posição e olhar que tem. Agora eu passo para o conselheiro Rodrigo, de novo, pra ele fazer
402 o relato do Comitê Estadual do Bolsa Família. A conselheira Páscoa chegou? Bom dia,
403 conselheira. Depois eu vou passar para a senhora fazer os informes do COGEMAS, está
404 bem? **RODRIGO SANTOS:** A reunião ocorreu o dia 08 (oito) de fevereiro, lá na cidade
405 administrativa. Eu queria trazer para todos os conselheiros que a coordenação agora está
406 na mão da Mariana. A Simone já falou grande parte do que eu falaria, mas eu fiz algumas
407 observações. Foi apresentado o plano de treinamento estadual, que já foi falado. O
408 calendário das reuniões está bem organizado, bem estruturado. Agora está acontecendo a
409 desconcentração de formação, então as formações elas não vão ser só aqui na capital. As
410 formações também vão ser feitas nas regionais, isso é estratégico. Isso é bacana porque
411 nivela o conhecimento das regionais de vocês aí que são do interior, faz um nivelamento
412 daquilo que é de fluxo capital e que vai pra lá... Então essa é uma estratégia bem legal porque
413 fortalece as regionais da SEDESE. E por fim, eu queria fazer um encaminhamento. Eu não
414 sei se dá pra gente tratar disso aqui agora. Mas é a necessidade da importância dos comitês
415 intermunicipais do programa Bolsa Família nos municípios. A interessante que a gente

416 reforce essa instalação ou a manutenção, uma vez com tudo o que vocês estão vendo nos
417 possíveis cruzamentos de dado, possíveis atualizações e reduções que a gente sabe que
418 está acontecendo no nosso Estado de Minas Gerais. Eu acredito que é isso gente, obrigado.
419 **SIMONE:** Obrigada, Rodrigo. Volney. **VOLNEY:** Você tem noção de quantos comitês estão
420 instalados hoje no Estado de Minas Gerais de acompanhamento ao Bolsa Família? Existe
421 esses dados levantados ou não tem? Como é que está isso? **LEONARDO LADEIRA:** Eu
422 não tenho o número. Wagner me ajuda aí. Mas eu acho que são poucos, menos de 100
423 (cem) municípios tem, não é? **WAGNER:** Bom dia, conselheiros (as). No cadastro único do
424 Bolsa Família a gente não tem um questionário específico no Censo SUAS que informa sobre
425 a instituição das comissões. O que a gente tem é dos municípios prioritários que foram
426 identificadas as fragilidades no cumprimento das condicionalidades e na atualização
427 cadastral com a aplicação de um questionário específico para verificar como que anda a
428 gestão do Bolsa Família e o cadastro desse município. Nesses a gente tem a informação da
429 instalação ou não. Aí sim! Nesses aí a gente sabe que em torno de 90% deles não tem.
430 **VOLNEY:** Teremos agora um encontro de gestores na cidade administrativa no dia 22 (vinte
431 e dois), não é Simone? É possível a gente incluir na pauta uma provocação para esses novos
432 gestores pra que construa esses comitês? Ou o quê que a gente pode estar fazendo aí para
433 melhorar? Esse é um dos programas tão importante para a população. O quê que a gente
434 poderia propor? Eu acho que seria o momento exato, porque eu acredito que viram muitos
435 novos gestores. Eu acho que é o momento crucial pra gente incentivar e provocar para que
436 esses comitês sejam instalados. **SIMONE:** Está certo! Correto. Eu vou representar o
437 Conselho Estadual lá e serei porta-voz de todas as questões que os senhores achem que é
438 importante que eu coloque na minha fala. É muito importante para dar direção. Já que eu
439 vou representar o pleno do Conselho Estadual, a nossa secretária executiva está anotando
440 aqui. Não precisa ser... Tem gente que não gosta de falar no microfone... Mas o que acharem
441 importante que eu fale em nome do Conselho, os senhores fiquem a vontade para colocar.
442 Sandra. **SANDRA:** Gente! Desculpa! É só voltando um pouquinho no meu informe. Eu
443 lembrei com o Rodrigo aqui... Eu gosto de falar e me sinto à vontade para falar que a
444 professora Laura, destaque da Fundação João Pinheiro... A Simone falou que a ama! E eu
445 também a amo, mesmo sem ter convivência! Mas por que eu estou falando isso? Eu tive a
446 oportunidade de fazer um curso na Fundação João Pinheiro onde teve a grande inauguração
447 pelo Conselho Municipal. A Simone na época eu acho que estava lá. Eu fui fazer esse curso
448 junto com os gestores municipais. Uma frase emblemática que ela falou lá no CREA/MG:
449 “muito importante a participação dos conselheiros nessa capacitação.” O que ela estava
450 observando... E como diz os meninos lá na casa João Bosco “mandando a real” ... Ela estava
451 vendo muito conselheiro legitimando os Conselhos pelas decisões já tomadas pelos
452 gestores. Eu resgatei isso porque, estar naquele momento de avaliação do Capacita de fato
453 é porque a gente caminhou na forma positiva. E a gente tem que passar essa experiência.
454 Naquela primeira plenária que eu participei eu estava levantando o crachá em saber o que
455 eu estava fazendo. Era uma prestação de conta do ano anterior. E nessa minha angústia e
456 votar sem saber o que estava votando eu comecei a caminhar no sentido do aprendizado.
457 Eu gosto de salientar isso porque tem novos conselheiros, e que isso seja salientado lá na
458 ponta, com uma política construtiva e positiva, no sentido mesmo de qualificar. **SIMONE:**
459 Conselheira Páscoa. **PÁSCOA:** Bom dia. Então, gente. O COGEMAS convida a todos para
460 participar do primeiro encontro de gestores de assistência social de 2017. É uma iniciativa
461 do Colegiado de Gestores e da SEDESE. O encontro acontecerá no dia 21 (vinte e um) de
462 fevereiro de 2017. As inscrições serão no dia e no local do evento. O local e o auditório JK,
463 na cidade administrativa, lá na rodovia Papa João Paulo II, bairro Serra Verde. A
464 programação: às 09hs é a abertura com a nossa secretária Rosilene Cristina Rocha, com
465 Simone Aparecida Albuquerque e com a Júlia Maria Restori; Às 10hs é a mesa temática: “os
466 desafios do gestor em âmbito municipal na efetivação do SUAS.” Também é com a Rosilene
467 Cristiana Rocha, com a Maria Luiza Amaral que é professora de pós-graduação em política

468 social e serviço social na Universidade Estadual de Londrina. E também com Júlia Maria
469 Restori; Às 12hs tem o intervalo para o almoço; Às 13hs “a importância do COGEMAS e as
470 estratégias de fortalecimento do Colegiado”, que será com a Júlia Restori e com a Simone
471 Aparecida Albuquerque; Às 14hs é o processo de eleição o COGEMAS, que será realizado
472 pela Júlia Maria Restori; Às 15hs serão os informes gerais. Seria muito importante a presença
473 de todos. É o primeiro encontro do Colegiado de 2017. É muito importante a presença dos
474 conselheiros lá. Obrigada. **SIMONE:** Obrigada, conselheira. Agora eu vou passar para a
475 conselheira Marta Elisabete. **MARTA ELISABETE:** Ainda bom dia, não é gente? Na verdade
476 eu quero trazer aqui uma situação. Eu também sou do Comitê Estadual da Pessoa em
477 Situação de Rua, da SEDPAC. Ontem nós tivemos uma reunião. E aí Simone, eu quero falar
478 que foi falado sobre a situação de dois Centros POP de Rua. Eu fiquei muito preocupada.
479 Um é da cidade de Montes Claros, ele não está funcionando direito, ele funciona de porta
480 fechada porque dizem que estão recebendo ameaças, sem profissionais... Está em uma
481 situação de extrema precariedade. E o outro é da cidade de Ipatinga, que também está com
482 uma precariedade muito grande. O de Ipatinga, a nossa companheira Glória que trabalha
483 SEDESE, lá do Comitê, ela já tinha até feito um contato com a direção do Centro. Eles
484 justificaram que mudou a gestão, que eles estão trocando de pessoal... Mas parece que eles
485 estão sem trabalhar praticamente desde novembro do ano passado. Então eu acho isso
486 sério, não é? Eu trago isso até para remeter pra SEDESE trazer mais informações, embora
487 a representante da SEDESE já tenha trazido. Ela fez um contato. Mas, eu penso que, talvez,
488 a gente possa aqui fazer uma carta para esses Centros, especialmente o de Montes Claros
489 e Ipatinga, perguntando sobre o que está acontecendo pra gente ter mais informação e saber
490 sobre isso. A outra coisa que eu queria dizer... Eu acho que eu falei na última reunião sobre
491 a lei sancionada pelo governador no dia 23 (vinte e três) de dezembro, não falei? Que é a lei
492 que vai traçar as diretrizes para o funcionamento de todas as comunidades terapêuticas do
493 Estado de Minas Gerais. Elas vão ficar sob a responsabilidade da secretaria de Estado de
494 saúde, e provavelmente sob a nossa gestão da coordenação de saúde mental. Então eu
495 acho que a gente tem algumas questões, mas é um avanço dentro da realidade das
496 comunidades. A gente começou um processo de regulamentação da lei, passando aí pelo
497 Colegiado Estadual da Saúde Mental, pelo grupo condutor da saúde mental, pelo Conselho
498 Estadual de Saúde... Mas eu queria pedir uma pauta aqui. Eu não passei aqui ainda porque
499 essa minuta de regulamentação envolve muita discussão, o jurídico começou a entrar agora
500 para nos ajudar. Mas eu queria era pautar aqui também para trazer para o Conselho Estadual
501 de Assistência. Inclusive a gente deve corrigir algumas coisas do tipo: lugares que eles
502 colocam a assistência como responsável pelo encaminhamento. Agora isso não vai existir
503 mais, a porta de entrada será somente o SUS. Olha! Eu vejo isso muito como... Eu gosto
504 muito disso. Então é isso o que queria trazer. O outro ponto que eu queria informar, mas
505 depois a gente pode discutir, é que tem um grupo junto com a secretaria de segurança
506 pública para discutir e fazer um alinhamento aí em relação às cadeias de adolescentes e a
507 privação e semiliberdade. Eu não sei se... Eu estou me perguntando, vocês me falem...
508 Vocês acham que algum conselheiro deveria acompanhar esse grupo? Eu não sei! Como é
509 que vocês pensam isso? Porque são situações muito delicadas. É um horror a situação
510 desses meninos. PARTE 2 **RÉGIS:** (...) De fato, a questão mesmo da estrutura do Centro
511 POP eles mudaram o espaço, então o município ele deu algumas respostas. Era em alguns
512 determinados espaços, mudou-se a estrutura física. Mas ele tem uma metodologia que a
513 gente precisa sempre estar intervindo sempre de perto porque, de fato, acontece isso
514 mesmo, o portão fica fechado, tem cadeado, a gestão naquele momento é um pouco
515 resistente a mudanças... A gente já está fazendo esse trabalho mais de perto mesmo para
516 notificar essa situação. Montes Claros... Não tinha chegado à SEDESE nenhum tipo de
517 informação nesse sentido, chega pelo comitê, mas a gente já está tomando as providências
518 de acompanhamento e uma intervenção mais temática e mais de perto para acompanhar,
519 orientar e reverte um pouco essa situação. Lembrando que Ipatinga eles estão dentro

520 também do Qualifica enquanto municípios estratégicos dentre os 30 (trinta). Então foi feito
 521 um plano customizado, dentro desse plano customizado já prevê algumas ações específicas
 522 para o atendimento para a população em situação de rua. Eu não sei se chegou ao
 523 conhecimento do Conselho, mas também no 2º semestre do ano passado foi realizada no
 524 município “a rua dos direitos,” que é uma ação conjunta do SERVAS, SIMAS, MP e a
 525 participação da SEDESE e de outras secretarias de Estado também pra mobilizar um pouco
 526 o município. Existe sim uma fragilidade talvez técnica na gestão, mas existe também uma
 527 resistência de todo o município no enfrentamento das ações para situação de rua. A gente
 528 identificou naquele momento que seria necessário trabalhar com toda a comunidade as
 529 situações da população de rua, porque o atendimento estava mostrando muito a dificuldade
 530 do município em um todo com a situação. Então é só mesmo para sinalizar que a já estamos
 531 atentos a essas situações e quem já estamos fazendo algumas intervenções nos municípios
 532 que foram citados ok? **SIMONE:** Obrigada gente. Eu vou passar para a nossa secretária
 533 executiva para que ela possa informar ao pleno quais são os procedimentos quando chega
 534 uma denúncia aqui, seja escrita, ou seja, por verbal tá? **CONSOLAÇÃO:** Nós temos uma
 535 resolução no Conselho que ela fala que, quando tem essa denúncia inclusive verbal, a gente
 536 pede até que ela seja formalizada pra gente abrir o processo. A denúncia chega, passa pela
 537 mesa diretora e ela vai dar o encaminhamento. E aí ela vai analisar o princípio da denúncia,
 538 ela vai ver se acata e qual que vai ser o primeiro encaminhamento. Pode uma denúncia que
 539 não pode ser apurada dentro do Conselho, pode ser uma denúncia que deve ser apurada,
 540 por exemplo, na gestão ou outro lugar. Então ela já dá o devido encaminhamento. Se for de
 541 apuração de competência do Conselho, aí há um encaminhamento para uma determinada
 542 comissão e começa essa apuração, seja escutando os Conselhos Municipais, ou aquele que
 543 denunciou... Vai buscando a forma dessa apuração. Até podem ter diligências também, se
 544 for o caso. Mas o primeiro fluxo é esse. **SIMONE:** Eu vou encaminhar da seguinte forma
 545 gente, vê se vocês concordam comigo. Eu estou entendendo que a conselheira fez uma
 546 denúncia formal, então nós vamos partir da ata aqui do pleno. Eu peço então a nossa
 547 secretária executiva que ela encaminhe essa parte do relato da conselheira no informe para
 548 a presidência ampliada pra gente poder dar os encaminhamentos ok? Então eu vou passar
 549 para o último informe, que é com o conselheiro Léo. **LEONARDO LADEIRA:** Bom dia. Na
 550 verdade o meu é complementar ao da Marta, também é sobre comitê da população em
 551 situação de rua. Em relação a essas duas denúncias eu acho que no comitê já está tudo
 552 registrado na ata, ele já tem o costume de passar para a SEDESE. A Glória colega de vocês
 553 estava lá. Então eu até acho que talvez já está bem contemplado. Eu acho que deveríamos
 554 pensar se é o caso ou não de fazer também aqui pelo Conselho. Agora eu queria fala de
 555 outra coisa que me chamou muito a atenção na reunião ontem, pra mim foi bem novidade
 556 porque eu sei das restrições que a gente tem aqui no Estado, que foi a polícia federal ir lá se
 557 apresentar no comitê da população de rua. E aí foi por iniciativa deles mesmo porque
 558 descobriram que existe o comitê, então eles foram oferecer um serviço que até foi
 559 interessante. A história eu vou contar rapidamente pra não gastar o tempo, tá! O polícia
 560 federal tinha na porta da casa dele uma pessoa constante em situação de rua, que tinha
 561 problema mental e ele tentava ajudar. Ele queria ajudar, mas não sabia como, não sabia o
 562 nome, não tinha identificação... Então assim, estava em uma situação de abandono absoluto
 563 mesmo! E aí ele fez um esforço e descobriu com os dados dele, com o banco da polícia
 564 federal, então descobriu de onde ele era. Ele era de um município do interior de Minas
 565 Gerais. Eles foram atrás da família, a família procurava ele há anos e não encontrava. E aí
 566 virou então um serviço quase que de desaparecido mesmo que ele executou, mas aí ele
 567 começou a fazer isso quase que frequentemente. E aí ele foi lá ao comitê querendo
 568 disponibilizar esse serviço para o serviço de acolhimento para as pessoas em situação de
 569 rua, porque é uma característica de várias delas mesmo, não é? Então foi muito interessante.
 570 O serviço que temos de identificação é bem arcaico ainda, é tudo manual, não tem banco de
 571 dados bem estruturados, e a polícia federal tem e está bem avançado. Então assim, foi bem

572 polêmico na verdade. Ele chegou lá e falou: “a gente pode fazer uma banca lá dentro do
573 Centro POP.” Muita gente foi contra falando: “não, calma! Tem toda uma especificidade. Tem
574 uma coisa boa, mas é perigosa.” A disponibilidade da polícia federal foi um pouco novidade
575 pra gente que faz parte do comitê. Eu acho que é uma boa novidade! E eu queria colocar...
576 Ainda bem que o Régis está aqui, porque ele talvez vai saber talvez como melhor encaminhar
577 isso. Mas foi um ótimo contato, a Glória pode te passar. Eu acho que vale a pena porque,
578 para a população de rua, eu acho que é um grande caminho de contribuição, beleza? Era só
579 isso. **SIMONE:** Obrigada, Léo. Gente, vamos passar imediatamente para a nossa pauta?
580 Eu vou pedir então para a conselheira Isabela, que é coordenadora da comissão de
581 orçamento, e ao diretor da proteção básica Wagner Antônio... Eu vou convidá-lo para que
582 ele sente momentaneamente na cadeira aqui da nossa secretária executiva. Wagner, por
583 favor. Isabela. **ISABELA:** Bom dia pessoal. A gente trouxe aqui como ponto de relato da
584 comissão de orçamento... Aí eu vou só situar rapidamente. Eu vou pedir para o Wagner
585 trazer um pouco das informações que foram apresentadas ontem. E aí depois eu retorno
586 apresentando qual que foi o encaminhamento que a comissão fez em relação a essa
587 discussão da emenda parlamentar. A gente teve a presença ontem da conselheira Cristiane,
588 a Geisiane justificou a ausência por estar de férias, a minha, a do conselheiro Leonardo
589 Ladeira e do conselheiro Wilson. Esse foi o primeiro ponto que a gente discutiu: uma emenda
590 parlamentar que veio para a estruturação dos serviços da proteção social básica. É um
591 recurso do governo federal que está saindo do Fundo Nacional de Assistência Social, ele
592 veio com essa destinação para a compra de veículos para CRAS no Estado. Eu vou deixar
593 o Wagner apresentar um pouco melhor qual que é o conteúdo dessa proposta, e depois eu
594 trago o relato da discussão que a gente fez na comissão em cima da proposta. Então,
595 Wagner. **WAGNER:** Obrigado, Isabela. Bom pessoal, como a Isabela colocou, essa é uma
596 emenda de comissão oriunda do Fundo Nacional de Assistência de uma comissão
597 parlamentar que indica a disponibilização de R\$ 750.000.00 (setecentos e cinquenta mil)
598 com a contrapartida de 2%, então totalizando R\$ 765.000.00. (Setecentos e sessenta e
599 cinco mil) para a estruturação de serviço de proteção básica. A modalidade aí é
600 exclusivamente investimento e, é exclusivamente aquisição de veículos para 15 (quinze)
601 CRAS. Como é uma emenda de comissão, o parlamentar indica qual a finalidade, qual o
602 objeto da emenda. Então essa definição já vem dos parlamentares. O esforço que a SEDESE
603 fez foi no sentido de canalizar isso para os objetos e para a direção que o CEAS já deu. No
604 caso do Estado e no âmbito da proteção básica a SEDESE já tem um objetivo: enfrentamento
605 a pobreza no campo. E nós temos um programa inclusive criado que são as estratégias de
606 enfrentamento da pobreza e do campo em novos encontros que, inclusive no ano anterior,
607 promoveu a doação de 34 (trinta e quatro) veículos para os municípios que possuíam equipe
608 volante ou que possuíam povos ou comunidades tradicionais com características rurais. Com
609 essa emenda de comissão a gente fez um diálogo com o parlamentar no sentido que a
610 indicação ocorresse nos municípios que não possuíam veículos de uso exclusivo, para os
611 CRAS que não possuíam veículos de uso exclusivo e CRAS que possuíam equipes volantes.
612 Essa emenda é uma emenda que já vem com uma destinação definida, então a gente não
613 tem tanta liberdade como nas outras emendas que são das comissões estaduais e do
614 orçamento estadual. Mas, por outro lado, a gente conseguiu reverter ela para um objeto que
615 tem afinidade com o SUAS, que é a estruturação da proteção básica e aquisição de 15
616 (quinze) veículos para os CRAS. A gente vai ter uma condição de comprar um veículo um
617 pouco melhor do que a gente comprou na emenda estadual. O Conselho fez uma
618 recomendação e a gente está observando essa recomendação na emenda a anterior, que
619 era de adquirir veículo com suspensão elevada. Então esse valor que vai vim agora vai dar
620 para comprar um carro um pouco maior. Nós estamos na direção clara, ontem foi muito
621 reforçado na comissão. Os (as) conselheiros (as) que estavam lá reforçaram muito a
622 perspectiva da valorização do trabalhador. A gente sabe que o deslocamento em estrada de
623 chão além de ser extenso e demorado, às vezes ele é insalubre porque tem poeira, porque

624 tem muito calor, porque é longa à distância... Então, nesse sentido também, comprar um
625 carro maior e com a suspensão mais alta daria mais condição também não só para o
626 trabalhador, mas também de qualificar as atividades, porque os profissionais às vezes tem
627 que levar o material do trabalho ou o que ele forem utilizar lá nas oficinas, nos grupos ou nos
628 atendimentos. Então comprar um carro melhor e com a suspensão elevada é uma direção
629 que a gente tem colocado. E também de te o ar-condicionado, a direção hidráulica... Também
630 são coisas importantes para o atendimento da população no campo. Tem uma série de
631 recomendações que a comissão coloca. Eu acho que a Isabela já pode trazer esses pontos.
632 Mas em suma é isso. **ISABELA:** Obrigada, Wagner. Então assim, a gente discutiu bastante
633 esse ponto. Como o Wagner já colocou, ela é uma emendas já carimbada. A gente também
634 conversou sobre qual é o tratamento que a SEDESE conseguiu fazer nesse sentido, e aí é
635 muito do que o Wagner colocou. A emenda carimbada a destinação muita das vezes é o
636 município, não é? Teve todo um diálogo que os técnicos e a SEDESE fizeram junto à
637 assessoria do deputado pra tentar conseguir que fossem contemplados os municípios que
638 realmente tem a necessidade do veículo. Então a gente tem essa certeza de que está indo
639 para os municípios que tem essa necessidade, não só os municípios que já tem todos os
640 CRAS com veículos e tudo. São municípios que tem as características que já atendem a
641 direção que o governo deu no outro critério de partilha que a gente fez na emenda
642 parlamentar que também era para veículos. Então esse foi um ponto importante. Uma
643 questão também bastante importante e que eu vou trazer com as recomendações ali é um
644 questionamento da conselheira Cristiane em relação à própria manutenção e ao uso que
645 esse veículo vai ter. Então assim, o primeiro ponto é esse, tentar garantir que o veículo seja
646 de fato para o atendimento da população rural, não é? Que ele sirva para essas estratégias
647 de busca ativa e de chegar até as pessoas que precisam mais. E também, com relação à
648 questão de manutenção. Por mais que a gente sabe que existe uma necessidade... E aí até
649 o Wagner trouxe pra gente que a SEDESE continua recebendo informações de municípios
650 que precisam de veículos. A gente tem o dado no Censo SUAS que mostra que nem todas
651 as e equipes volantes tem veículo, quem nem todos os CRAS tem veículos... Mas também
652 tem uma parte que gera responsabilidade para os municípios. Ele tem que ter a manutenção,
653 tem que ter o motorista, o seguro... Uma série de questões. Aí a recomendação é que fique
654 claro no termo de aceite que, o município ao aceitar o veículo, ele também está sumindo
655 essas responsabilidades. É um compromisso que vem junto, e o município tem que ter
656 clareza de que ele está assumindo isso. E o ponto do motorista foi reforçado justamente por
657 essa questão da saúde do trabalhador e das condições de trabalho. A ideia não é precarizar
658 o técnico em ter que pegar o carro, dirigir e ir até lá. Isso já consta no termo de aceite, mas
659 é importante. A SEDESE vai ter esse ponto de atenção ao comunicar a emenda com os
660 municípios para que eles tenham esse esclarecimento. Então, a recomendação 1 (um): é
661 que o termo de aceite a ser firmado pelo município indique que a destinação do veículo deve
662 priorizar o atendimento à população rural. É claro que o veículo pode ser utilizado para as
663 outras questões do CRAS, mas é priorizar; Que o termo de aceite a ser firmado pelo
664 município esclareça o compromisso por parte do mesmo com manutenção do veículo e a
665 disponibilização de motorista para conduzi-lo; O outro ponto importante também que surgiu
666 na comissão foi a necessidade de aprovação pelo CMAS, no sentido de que o CMAS tenha
667 ciência de que o município está recebendo este veículo. Então também é deixar esse ponto
668 claro; E por fim, esse é o ponto que o Wagner já trouxe, que a SEDESE priorize aquisição
669 de veículos adequados para transitar em áreas rurais, nesse sentido da busca ativa, e para
670 preservar a saúde do trabalhador. Então a ideia é que seja preferencialmente um veículo
671 completo e com suspensão elevada. E aí então, dentro do recurso que está disponível na
672 emenda, a construção lá do objetivo, a descrição do veículo vai trazer isso para tentar
673 garantir que consiga comprar um veículo mais adequado. A gente vai ter a limitação do valor.
674 Não tem como a SEDESE ter certeza do resultado da licitação, mas tem como cercar na
675 descrição do objeto, no termo de referência. Então é isso o que vai ser feito para tentar ter

676 um bom uso desse recurso aí. E por fim, a indicação da comissão é: pela aprovação. Eu só
 677 queria fazer um parêntese gente, eu queria fazer no início, mas eu me esqueci de apresentar
 678 a Fernanda e o Thiago. A Fernanda é a nova técnica que vai estar nos acompanhando na
 679 comissão de orçamento, o Thiago é o estagiário que também está nos acompanhando.
 680 Sejam muito bem-vindos. **APLAUSOS. ISABELA:** A Cris quer complementar, e o Léo
 681 também quer fazer um comentário. **CRISTIANE:** Bom dia. É só uma questão que eu acho
 682 que nós discutimos, mas não nos atentamos em colocar, que é a questão do PPAG e a
 683 notificação da possibilidade mesmo para a adoção para a incidência no PPAG municipal do
 684 custo mesmo da manutenção do carro. Foi isso o que a gente esqueceu. A previsão é
 685 importante para entrar no ciclo mesmo de orçamento do planejamento. **VOZ AO FUNDO.**
 686 **CRISTIANE:** A gente discutiu, mas acabou que nós não colocamos como encaminhamento
 687 aí. **LEONARDO KOURY:** A Cris já colocou um dos pontos que eu queria colocar. Os
 688 municípios ganham os veículos, mas infelizmente eles não preveem a manutenção dos
 689 veículos. Nós, na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, trabalhamos com
 690 caminhões isotérmicos, construímos isso com os territórios, enviamos os caminhões para os
 691 municípios. Esse ano os municípios solicitaram a SEDA recursos para a manutenção do
 692 caminhão que já é de responsabilidade do município. Eu acho que isso acontece só com a
 693 SEDA, acontece também com a assistência social. Outra questão que eu acho que vale fazer
 694 aqui um alento é essa questão em especial da estrutura dos carros. Os carros que a gente
 695 vem hoje trazendo para o interior, principalmente os carros por conta das emendas
 696 parlamentares onde os recursos são menores e aí a gente acha que a quantidade de veículos
 697 resolve porque a gente atende mais pessoas, está fazendo a gente passar na estrada e ver
 698 aquele tanto de carro do Estado parado, não é? Os carros estão ficando parados. O Estado
 699 compra um carro 1.0, sem uma suspensão adequada... Parece luxo, mas para quem estar
 700 principalmente no norte de Minas o ar-condicionado não é luxo. Você fazer 10 (dez), 12
 701 (doze) horas às vezes de viagem, de visita, com um carro muito básico, além do carro não
 702 dar conta ao longo de um ano de trabalho... Porque os carros de trabalho eles desgastam
 703 muito mais do que os nossos carros no cotidiano... É um recurso jogado fora, não é? É um
 704 recurso de R\$ 15.000.00 (quinze mil), R\$ 20.000.00 (vinte mil), R\$ 40.000.00 (quarenta mil)
 705 para funcionar um ano, um ano e meio, depois ficar na manutenção e nunca mais voltar, não
 706 é? É um recurso jogado fora. Eu acho bacana os pontos que vocês apresentaram,
 707 principalmente o do motorista. Eu acho que é uma forma de qualificar o serviço, não só
 708 porque não é o técnico que vai dirigir, mas é porque você vai ter alguém preocupado em
 709 dirigir e com qualificação para dirigir, não é? Porque você dirigir com um monte de documento
 710 de família na cabeça e no colo, pensando quem que você vai deixar primeiro na casa de
 711 alguém pra poder ir para outro ponto... **VOZ AO FUNDO. LEONARDO KOURY:** Sim! Luta e
 712 tudo. Isso é uma coisa que faz com que os técnicos nem queiram dirigir também não.
 713 Acontece muito de o veículo chegar lá e o técnico falar: “mas sou eu quem vai pagar a multa
 714 quando houver multa? Então eu não vou dirigir!” E no final o carro vai virando translado Belo
 715 Horizonte e a cidade onde ele vive como destino, porque é o que sobra. Esses pontos que
 716 vocês colocaram como encaminhamentos e levam para a aprovação são muito relevantes,
 717 e que a gente dê conta de monitorar. O que fica de fato nos veículos depois de 1 (um) ano...
 718 E aí eu não os dados, então nem vou fazer as acusações porque eu não tenho os dados.
 719 Mas, o que eu vi no meio rural é um monte de carro da prefeitura parados, com logo do
 720 Estado, com estrutura do Estado... A gente quando vai abastecer e vamos abastecer em
 721 local onde os carros do Estado estão, porque é perto das oficinas, é aquele tanto de carro
 722 de ambulância tudo parado e às vezes por coisas simples: manutenção; Quem vai ter de fato
 723 cuidado com o carro. Muitas das vezes esse é um papel do motorista; Financiamento para
 724 esse veículo tenha condições adequadas de sobreviver aos buracos e a lama do dia a dia
 725 no meio rural, não é? **SIMONE:** Antes de passar para a coordenadora pra ela fazer as
 726 ponderações finais e a gente encaminhar, eu queria colocar uma questão. Eu acho que muito
 727 importante a forma que cada vez mais a gente vem qualificando o debate das emendas

728 dentro da política de assistência social. Isso é muito importante! Antes não passava nem
 729 pelos Conselhos, não é gente? A gente já brigou tanto para as emendas passarem pelo
 730 Conselho. Eu acho que cada dia mais a gente consegue de certa forma integrar esse debate.
 731 A outra questão é, que a turma lá da SEDESE, sabe que o meu sonho é a gente ter um
 732 estudo específico de transporte para as equipes: que tenha capacidade de cadastro único,
 733 de cadastrar, de levar os serviços da proteção básica para as famílias que moram em
 734 situação de isolamento territorial... Então é a gente ter um desenho mesmo, não só da
 735 capacidade dele passar pela estrada, mas também de levar um tanto de coisa lá dentro, não
 736 é? Levar serviços mesmo que ofertem proteção básica para a população. Esse é um desafio
 737 que nós precisamos persegui-lo. Temos que ter um projeto mesmo para que na hora que a
 738 gente for comprar o automóvel a gente não só coloca o adesivo do governo do Estado, mas
 739 coloque material pedagógico, coloque um computador lá dentro, coloque uma internet e um
 740 tanto de coisa que dê pra preencher o prontuário e preencher o cadastro. Então, isso tudo
 741 está no nosso projeto. Eu tenho certeza de que isso qualifica muito as equipes que trabalham
 742 nos serviços, tanto as equipes volantes, quanto as equipes de abordagem social que
 743 precisam muito de estrutura de trabalho. Então, é mais para parabenizar a comissão. Eu
 744 acho muito importante a gente aperfeiçoar essa discussão também dentro da política
 745 estadual de assistência social em Minas Gerais. Então Isabela, eu vou passar pra você fazer
 746 as suas considerações finais. Eu vou lhe fazer uma pergunta e aí você vai me ajudar a
 747 encaminhar: vocês fizeram a resolução? **VOZ AO FUNDO. SIMONE:** Não. Então, você me
 748 ajuda aí nos encaminhamentos, por favor. **ISABELA:** Eu queria só fazer uma retificação aqui,
 749 porque faltou uma recomendação que ficou aqui fora da súmula, que foi justamente no ponto
 750 do monitoramento. Foi outra discussão também importante feita na comissão que é: a
 751 necessidade que a SEDESE realize o acompanhamento e ações para os municípios que vão
 752 receber esses veículos. Então, a ideia é de acompanhar por meio dos instrumentos de
 753 acompanhamento se esses veículos estão gerando impactos nos serviços; E também,
 754 acompanhar por meio das oficinas e da própria estratégia de supervisão técnica... Porque a
 755 questão da pobreza rural vai ser uma das propriedades, não é? Então também vai ter um
 756 acompanhamento desses municípios. Os 34 (trinta e quatro) municípios que receberam no
 757 ano passado já participaram de duas oficinas e vão continuar participando. Esses também
 758 vão ser convidados nas próximas para que tenha esse acompanhamento mais qualitativo
 759 dos resultados que esse veículo está trazendo. Simone, de fato, a gente a gente não fez a
 760 resolução. A ideia é que a resolução traga esses 5 (cinco) pontos que a gente falou aqui para
 761 aprovação. A gente pode pensar em fazer a redação dela e trazer na parte da tarde.
 762 **SIMONE:** É importante. Tem que sair uma resolução sobre a deliberação do Conselho. Eu
 763 vou perguntar aos conselheiros, por favor... Vamos votar, não é gente? **VOZ AO FUNDO.**
 764 **SIMONE:** Conselheiro Willian. Seja muito bem-vindo viu conselheiro Willian! Estávamos
 765 todos com saudade de você. **WILLIAN CMAS:** Bom dia, gente. Eu peço até desculpas! A
 766 situação dos CRAS de BH está meio complicada, então a agenda está superlotada. Ser
 767 conselheiro municipal e conselheiro estadual “está pegando!”. Eu gostaria só de fazer uma
 768 consideração em relação a este assunto. Eu quero até acrescentar no que o Léo falou, é
 769 uma observação que eu já fiz morando no interior e em uma cidade pequena. Muito dos
 770 veículos destinados em determinada função sofriam desvio de função. Eu acho que precisa
 771 garantir para que não ocorra este tipo de coisa. É só isso! **SIMONE:** Willian, só explicando
 772 pra você que, nós estamos tentando combater isso com o termo de aceite. O secretário
 773 municipal na hora que ele aceita nós o fazemos assinar que ele vai usar o veículo só e
 774 exclusivamente com as equipes que trabalham no CRAS. Então é uma forma da gente...
 775 Além de colocar na resolução do Conselho Estadual, a gente coloca no termo de aceite,
 776 porque aí o aceite é um a um, município por município. A Consolidação ela trouxe uma
 777 proposta de resolução pra nós. Eu vou pedir então pra gente ler a proposta de resolução.
 778 **VOZ AO FUNDO. SIMONE:** Pois não, conselheira. Antes de ler a resolução. **SILVANA:** É um
 779 pouco isso que o Willian trouxe sobre a preocupação da utilização do veículo. Eu queria fazer

780 uma proposta. A Isabela já tinha dito que já vai ser falado para os Conselhos Municipais
 781 desse veículo. A minha proposta é que a gente encaminhe o termo de aceite para que os
 782 Conselhos possam ter as responsabilidades no município de cada um. E a partir disso
 783 acompanhar. VOZ AO FUNDO. **WAGNER:** Primeiro, muito prazer em revê-lo viu Willian!
 784 Companheiro aí da prefeitura de Belo Horizonte. A sua secretária de política, a Mayra, estava
 785 dando show hoje na televisão falando sobre o trabalho infantil e a campanha que vai ser
 786 lançada para o carnaval. Parabéns a vocês do município! No termo de aceite uma das coisas
 787 que é colocada é a opção para o gestor municipal das responsabilidades. E aí, todas as
 788 recomendações do Conselho que foram colocadas aqui vão ser observadas. Outra coisa,
 789 além do aceite pelo gestor, tem uma aprovação do Conselho. O Conselho tem que aprovar
 790 o aceite, não é? Então também tem a manifestação o Conselho. O Conselho toma ciência
 791 na medida em que ele aprova também. Então isso é uma coisa que a gente está seguindo
 792 também e que é uma recomendação aqui do CEAS. **SIMONE:** Ok a resolução aí, Isabela?
 793 Então eu vou passar pra você ler a resolução pra nós. Atenção aí conselheiros! Vamos ler a
 794 resolução. **ISABELA:** Minuta de resolução do CEAS que dispõe sobre a estruturação da
 795 rede de serviços de proteção social básica com objeto voltado a aquisição de veículo. O
 796 Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/MG, no uso de suas atribuições conferidas
 797 pelo Art. 13 da lei estadual 12.262 de 23 de julho de 1996, pela LOAS, pela NOB-SUA 2012
 798 e, considerando a deliberação de sua 219ª plenária ordinária, resolve: Art. 1º aprovar a
 799 proposta elaborada pela Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social –
 800 SEDESE, vinculada ação de estruturação da rede de serviços de proteção básica com o
 801 objeto voltado a aquisição de 15 (quinze) veículos com recursos provenientes do orçamento
 802 geral da União de 2016 por meio de emenda da comissão parlamentar... VOZ AO FUNDO
 803 **ISABELA:** Está lá. Art. 2º recomenda-se que a SEDESE: I - que o termo de aceite a ser
 804 firmado pelo município indique que a destinação do veículo deve priorizar o atendimento à
 805 população rural; II – que o termo de aceite a ser firmado pelo município esclareça o
 806 compromisso por parte do mesmo com a manutenção do veículo e a disponibilização de
 807 motorista para conduzi-lo; III – que o CMAS realize a aprovação do aceite; IV – que a
 808 SEDESE priorize a aquisição de veículo adequado para transitar em áreas rurais para o
 809 exercício da atividade de busca ativa e para preservar a saúde do trabalhador,
 810 preferencialmente veículo completo com suspensão elevada; V – que a SEDESE realize o
 811 acompanhamento e ações de qualificação para os municípios que receberem os veículos.
 812 Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. **SIMONE:** Em discussão.
 813 Volney. **VOLNEY:** Só uma curiosidade. Não seria interessante citar de qual das comissões
 814 parlamentares está vindo esse recurso de dentro da Câmara? É uma emenda? Ou é uma
 815 comissão que destinou? **SIMONE:** É uma emenda de comissão. Pode deixar que a gente
 816 vai colocar a emenda. **VOLNEY:** Eu acho que seria interessante. **SIMONE:** Tá! Tá certo?
 817 Mais alguma questão gente? **CRISTIANE:** Precitaria elaborar ali dentro das recomendações
 818 a questão mesmo da notificação para o PPAG, não é? **ISABELA:** Eu acho que... Pode
 819 sugerir Cris? **CRISTIANE:** Pode. VOZ AO FUNDO **CRISTIANE:** Previsão da... **ISABELA:** De
 820 inclusão da manutenção do veículo no orçamento... **CRISTIANE:** Isso! Exatamente!
 821 **ISABELA:** Do próximo PPAG. **CRISTIANE:** Isso! **ISABELA:** Eu acho que a gente pode
 822 colocar no segundo ali: que o termo de aceite a ser firmado pelo município esclareça o
 823 compromisso por parte do mesmo com a manutenção do veículo, a disponibilização de
 824 motorista para conduzi-lo, e a orientação também sobre a inclusão da previsão orçamentária
 825 de recursos para a manutenção do veículo no PPA. VOZ AO FUNDO. **ISABELA:** Entra. PPA,
 826 não é? PPAG é só nosso. **SIMONE:** É só o Estado de Minas Gerais. VOZ AO FUNDO.
 827 **SIMONE:** Ok gente? Podemos encaminhar para a votação? Ok? Então, os conselheiros
 828 aptos a votar, por favor. Conselheiros favoráveis a resolução que dispõe sobre a estruturação
 829 da rede de serviços de proteção social básica com objeto voltado a aquisição de veículos,
 830 por favor, levantem o crachá. Podem abaixar. Contrários, abstenções. Então, foi aprovada.
 831 Muito obrigada conselheira Isabela e ao diretor Wagner. Agora eu chamo o superintendente

832 Régis para que ele possa sentar aqui para o nosso próximo ponto de pauta, que é acerca da
833 estruturação, apoio e monitoramento da rede socioassistencial de alta complexidade. VOZ
834 AO FUNDO. **RÉGIS:** Gente, a idéia é a gente apresentar um pouco o que a gente tem
835 pensado. Eu quero deixar muito claro que é uma proposta que está aqui para ganhar
836 contribuições mesmo. Dentro da nossa proposta, um dos momentos mais... VOZ AO
837 FUNDO. **RÉGIS:** Oi? Sim. A Isabela está lembram também que vem de encontro a uma
838 proposta de ofício do CEAS que foi encaminhado para a SEDESE solicitando saber qual que
839 era a proposta da SEDESE com relação ao reordenamento da rede de alta complexidade. A
840 gente vai está falando aqui mais especificamente da alta complexidade da execução direta
841 do Estado e as parcerias para o acolhimento dos adultos com deficiência executada em
842 parceria com a APAE. Eu acho que a gente pode sinalizar também que essa é uma das
843 nossas estratégias. Então assim, quando a gente está pensando no reordenamento da alta
844 complexidade a gente não está pensando apenas neste público específico de jovens e
845 adultos com deficiência, a gente já tem outras linhas na SEDESE. Então já estamos fazendo
846 as estratégias do reordenamento no serviço de acolhimento da criança e do adolescente.
847 Então eu só estou sinalizando um pouco este ponto. O objetivo mesmo do reordenamento é
848 qualificar o serviço de acolhimento institucional que acompanha a rede estadual, e adequar
849 os instrumentos de parcerias. Desde o início de 2015, desde o início da gestão, a gente já
850 tinha mesmo no nosso horizonte que fazer esse reordenamento, mas com o marco
851 regulatório a gente teve uma iminência que a gente não poderia mais deixar isso sem estar
852 fazendo o reordenamento e fazendo as modificações necessárias. Como vocês já sabem o
853 marco regulatório e a vigência dele enquanto instrumento de parceria e enquanto as
854 modificações para o Estado foi em janeiro deste ano, então isso ocasionou que a gente teve
855 mesmo que fazer as modificações das parcerias. E aí aproveitando também esse momento
856 de modificar o instrumento jurídico, a gente não poderia deixar passar a oportunidade de
857 modificar também a concepção, a lógica, a metodologia de trabalho e os pontos que a gente
858 já tinha avaliado como sendo importantes mesmo de intervenção. A gente não pode ignorar
859 que todo serviço de acolhimento ele deve ser provisório e ele deve ser breve. E aí nesse
860 ponto é fundamental também que a gente pense estratégias mesmo com esse público que
861 tem uma tendência de uma institucionalização em um período maior, e muitos deles a gente
862 sabe que vai ser uma institucionalização de uma vida inteira, a gente não pode também
863 deixar de criar outras estratégias. E nesse ponto, já fazendo um link com a nossa realidade,
864 a gente está tendo nesse momento algumas casas lares, por exemplo, Florestal, que tem
865 feito um trabalho superbacana neste sentido. Em Florestal, a gente tem um adulto lá com 37
866 (trinta e sete) anos, que ficou na FEBEM até os seus 17 (dezessete), depois saiu e foi para
867 a casa lar. Ele é um adulto com deficiência. Em São Paulo foram localizados o seu pai e a
868 sua irmã depois de 37 (trinta e sete) anos. Ou seja, é um trabalho mesmo de promover a
869 convivência familiar e comunitária. A gente percebe que a grande faixa estaria dos nossos
870 residentes, hoje, estão aí entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos. Tem algumas situações sim
871 que a gente tem algumas idades um pouco mais elevadas, mas são os casos mais
872 excepcionais. Não é a nossa regra, digamos assim. Em 2006 a gente tem uma resolução
873 conjunta da SEDESE e do CEDCA que regulamenta o programa de casa lar, o convenio
874 inicial com 45 (quarenta e cinco) casas distribuídas em 28 (vinte e oito) municípios que era
875 de gestão de direitos humanos. Em 2010 a gente teve uma celebração de um convênio
876 mantendo o mesmo objeto lá de 2006. Pode avançar, por favor. Em 2011 as casas lares
877 foram transferidas da Subsecretaria de Direitos Humanos para a Subsecretaria de
878 Assistência – SUBAS, e permanece na SUBAS, obviamente. Se a gente considerar que é
879 um serviço de assistência, tem que estar na SUBAS mesmo. Em 2013 são renovada as
880 parcerias. E aí a celebração antes eram 28 (vinte e oito), passam a ser 26 (vinte e seis)
881 porque duas casas deixam de existir. Essas casas que deixam de existir os residentes são
882 distribuídos em outras unidades. E em 2017, com o marco regulatório, precisa fazer a
883 substituição dos instrumentos jurídicos. E aí, é o que eu disse antes, é a oportunidade que a

884 gente tem, para além mudar o instrumento jurídico, a gente também fazer uma releitura do
885 serviço de acordo com as legislações do SUAS. Então esse é o nosso ponto principal. É
886 claro que, atender 3.019 (três mil e dezenove) é algo que a gente tem que fazer, não é? É
887 uma obrigatoriedade legal. Mas muito para, além disso, o que a gente quer mesmo é
888 melhorar a qualidade do serviço, a qualidade da oferta e trazer de fato o Estado para uma
889 resposta que ele se eximiu de dar a muito tempo. Hoje é uma execução do Estado, mas que
890 na verdade as unidades acabam não tendo essa confiança de buscar o Estado nos seus
891 momentos de dificuldades. Eu vou dar outro exemplo que fica muito claro. É claro que não
892 são todas as casas também, tem casa que tem uma relação muito mais próxima da gestão
893 estadual e outras nem tanto assim. Cotidianamente a gente tem exemplos de que, o judiciário
894 nos encaminha as demandas para fazer novos acolhimentos nessas casas lares que a gente
895 tem no Estado, de situações que não são das casas lares, públicos que estão fora da faixa
896 etária e pensando que as casas lares são com os públicos regressos da FEBEM. Em
897 dezembro, uma determinada casa lar foi acionada pelo judiciário para estar acolhendo uma
898 criança de 09 (nove) anos. E o quê que acontece? A coordenação dessa casa lar não entra
899 em contato com a SEDESE, então a gente não consegue fazer nenhum tipo de barra para
900 que isso acontecesse. A gente teve esse problema. Então assim, uma criança de 09 (nove)
901 anos estava sendo encaminhada para uma unidade que não é a unidade que deveria ser
902 adequada. E por que também que ela não entra em contato com a SEDESE? E aí também
903 a gente tem que fazer essa meia culpa. Talvez naquele momento ela não sentiu confiança
904 com a SEDESE pra fazer esse tipo de gestão. É necessário que a gente crie também essa
905 nova relação com ele, não é? Pode avançar. Aqui está pequeno, mas como esse material
906 depois vai ser entregue oficialmente ao Conselho e depois socializado... Aqui está o número
907 das nossas unidades. Eu só queria destacar que ali teve um pequeno erro de digitação com
908 Montes Claros. Ali está indicando que Montes Claros têm duas casas, na verdade tem uma
909 só. Então, com isso, na alto soma, ficou equivocado o número total, não são 41 (quarenta e
910 uma), são 40 (quarenta) está ok? Mas aí na hora de a gente mandar oficialmente para o
911 Conselho a gente já vai fazer essa correção do erro de digitação. Como eu disse, a faixa
912 etária de quase todos está na casa dos 30 (trinta) a 40 (quarenta) anos. A gente tem aí 05
913 (cinco) situações onde a gente tem residentes que já ultrapassaram 60 (sessenta) anos. E
914 por que eu acho a atenção para isso? É claro que a gente está falando de uma regra aqui
915 que são jovens e adultos com deficiência, mas nós temos também 05 (cinco) situações
916 específicas onde estamos trabalhando com idosos que estão nessa mesma unidade ok?
917 Pode avançar. Aquela primeira lâmina apresentou as parcerias que a gente tem com as
918 APAES. Através das APAES a gente tem parceria também com a creche Nosso Lar, creche
919 Bom Pastor, Núcleos Assistenciais Caminhos para Jesus e Fundação Gregório. Pode
920 avançar. O processo de transição: em 2005 a implantação do SUAS e em 2009 com a
921 publicação nacional da assistência social a gente tem como sendo a modalidade de
922 acolhimento para jovens e adultos as residências inclusivas. Pode avançar. E aí é importante
923 a gente ter uma noção de quais são essas unidades de acolhimento. A alta complexidade no
924 serviço de acolhimento a gente as seguintes modalidades: abrigos institucionais: que podem
925 ser para crianças e adolescentes, idosos, adulto, famílias e mulheres em situação de
926 violência; Casa lar: que pela tipificação é apenas para criança e adolescentes ou para idosos;
927 Casa de passagem: são para adultos e famílias; Repúblicas: são para crianças e
928 adolescentes; Residências inclusivas: para jovens e adultos entre 18 (dezoito) e 29
929 (cinquenta e nove) anos e com deficiência. Então aqui a gente já tem determinado que o
930 equipamento que a gente sempre deve está indicando e direcionando para o público que nós
931 estamos discutindo são as residências inclusivas, e não as casas lares. O atendimento das
932 casas lares é para crianças e adolescentes. Na verdade para o público que está em
933 execução direta da assistência não está chegando essas ofertas, então a gente precisa fazer
934 essa aproximação. Dentro desse desenho de reordenamento uma das estratégias é essa.
935 VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Eu vou pedir aos conselheiros para anotarem a questões e

936 esperarem o Régis apresentar o todo, tá Marta? Quem tiver pergunta gente pode ir anotando
937 aí porque eu vou abrir tá? **RÉGIS:** Essa questão mesmo da inclusão é o que eu ia dizendo.
938 A gente tem casas que têm características onde a tendência não permite a inclusão
939 produtiva, mas nós temos outras situações que é perfeitamente possível sim a gente pensar
940 nesse tipo de inclusão. Em Montes Claros nós tivemos uma situação onde um residente da
941 casa estava trabalhando, casou e mudou da casa, Então assim, a gente tem situações onde
942 a gente tem autonomia que possibilita a gente pensar, planejar e programar a inclusão
943 produtiva. Pode avançar. Aí nesse processo de transição, é importante que a gente tenha...
944 O público atendido na casa lar a gente passa como residência inclusive, e í já pensando nos
945 jovens e adultos de 18 (dezoito) a 59 (cinquenta e nove) anos e com deficiência; A
946 capacidade: hoje é até 10 (dez). Lembrando que as unidades têm capacidade até 10
947 (dez), mas nós não temos nenhuma casa lar hoje que tenha mais de 08 (oito) residentes ok?
948 A infraestrutura: é necessário que sejam revistas. Como várias casas estão localizadas em
949 municípios muito pequenos, a gente sabe também que essa questão da infraestrutura, da
950 acessibilidade, é um pouco comprometida. A gente tem que pensar também em formas de
951 sanar este tipo de situação; Com relação aos recursos humanos: a lógica das casas lares é
952 muito de coordenador, assistente social e cuidador por turno. Na lógica da residência
953 inclusiva estamos pensando na equipe técnica, pensando que não tem mais a figura da mãe
954 social porque a gente não está falando de casa lar. Então, a gente tem também este tipo
955 de modificação de acordo com o que a legislação prevê de acordo com o que a NOB-RH
956 prevê e de acordo também que o caderno de orientações técnicas sobre a residência
957 inclusiva já nos descreve sendo as diretrizes do serviço. Podem avançar. Dentro desse
958 processo de transição a gente tem que estar atento a algumas situações como, por exemplo:
959 adequação dos recursos humanos, a própria adequação enquanto serviço... Hoje a gente
960 tem uma realidade onde as unidades não fazem, por exemplo, o plano individual de
961 atendimento. A gente sabe que independente do público: criança, adolescente, jovem,
962 mulher, idoso, a gente precisa de um plano individual de atendimento, principalmente se
963 estamos falando de uma brevidade do acolhimento, se estamos falando em construir novas
964 possibilidades, o que vai nos garantir um caminho a ser seguido vai ser através do PIA. Então
965 a gente precisa pensar, construir e subsidiar as equipes para que esses instrumentais sejam
966 construídos para muito além de um sistema documental, mas que o PIA esteja vivo mesmo
967 na rede, e que tenha participação da saúde, do trabalho, da cultura, esporte e lazer,
968 educação e todas as demais políticas públicas. Outro ponto também que é fundamental a
969 gente está fazendo essa revisitação é a questão do projeto político e pedagógico. No geral
970 as unidades não contam com um projeto político e pedagógico. E aí, pela ausência do projeto
971 político e pedagógico, a gente tem aí também uma metodologia que não fica clara, a gente
972 tem algumas situações que aparecem enquanto problemas a serem superados e que a gente
973 precisa estar atentos a eles, bem como a adequação da infraestrutura das unidades. Pode
974 avançar. Então com o plano de reordenamento o nosso objetivo é: construir coletivamente,
975 SEDESE e a rede de parceria, uma proposta de reordenamento; A SEDESE realizar de fato
976 a gestão dessa rede, não deixar apenas para as entidades fazer o enfrentamento das
977 dificuldades; Possibilitar o desenvolvimento do trabalho essencial ao serviço conforme a
978 tipificação prevê. E para isso, como estratégia, a gente vai considerar 03 (três) eixos que a
979 gente acha interessante está visualizando aqui como sendo essenciais: estrutura física,
980 recursos humanos e gestão de atividade. Eu acho que a estrutura física e o recursos
981 humanos é muito claro pra todo mundo de que a gente está falando. Mas, a gestão de
982 atividades, a gente está falando justamente dessas articulações que a gente tem com a rede,
983 com o sistema de justiça e com as demais políticas públicas. A gente também está falando
984 da rotina dos atendimentos das atividades, a gente está falando das atividades externas que
985 esses jovens e adultos devem ter acesso, não apenas o serviço de fortalecimento de
986 vínculos, mas também a cultura, esporte e lazer, ir ao cinema, ir a uma pizzeria... Ter outras
987 possibilidades que não apenas aquelas ofertas internas. O que a gente observa, e eu não

988 estou falando mais apenas das unidades com parceria com a APAE ou com as outras, mas
989 as unidades de uma forma geral, é que existe concentração ainda de atividades feitas dentro
990 das entidades. Isso a gente quer justamente o contrário! A gente quer que esses residentes,
991 que esses usuários, circulem pela rede, circulem pelo município, circulem pelas ofertas... A
992 gente não tem que trazer as ofertas pra dentro, mas sim levá-los para fora da casa. É claro
993 que isso é de acordo com o grau de cada um, não é? Obviamente. Pode avançar. A própria
994 MROSC nos traz no Art. 58 e 29 um pouco de como é que deve ser realizado o
995 monitoramento pra gente chegar dentro desse reordenamento. Eu não vou ficar aqui lendo,
996 mas o artigo mesmo já descreve quais são itens que a gente tem que estar observando na
997 hora de fazer esse monitoramento. Pode avançar. Para além da MROSC, nós temos também
998 o decreto estadual que é bem recente. Eu não sei se todos tiveram a oportunidade de estar
999 tendo acesso, mas é regulamento e MROSC em nível de Minas Gerais. É o decreto 47.132,
1000 de 20 de janeiro de 2017, na onde também v ai estar trazendo pontos da MROSC na
1001 regulamentação. E um ponto que eu acho que é muito interessante que o decreto traz já
1002 em conformidade com a MROSC é que, para o monitoramento a gente faz pesquisa de
1003 satisfação com os usuários. A gente sabe que isso vai ser extremamente desafiador para o
1004 público deficiente, jovens e adultos e suas famílias também, caos a gente tenha essas
1005 famílias. É um desafio, mas a gente está enxergando ele com muita expectativa positiva
1006 também. Vai ser um momento pra gente criar estratégias lúdicas e operativas e ouvir os
1007 usuários enquanto a qualidade das ofertas. Pode avançar. Aqui é a respeito do decreto, pode
1008 passar. Eu não vou ficar lendo o decreto em si. Pode passar. Quais são as etapas que a
1009 gente pensou para esse reordenamento? Primeiramente essa apresentação aqui no CEAS;
1010 Planejar e realizar ações de fortalecimentos na gestão estadual e na rede privada, realizando
1011 encontros e oficinas com os gestores das entidades e as equipes; Elaborar um instrumento
1012 e o plano de monitoramento, bem como o plano de reordenamento; Apresentar as
1013 discussões desses instrumentais às entidades parceiras e novamente ao CEAS; Já iniciar
1014 as atividades do monitoramento e da execução do plano de reordenamento. Pode avançar.
1015 Para tanto, nós propomos 03 (três) estratégias principais: encontro com os gestores das
1016 entidades a fim de orientar e discutir sobre as questões relacionadas ao reordenamento e
1017 planejamento dos serviços; As oficinas periódicas com as equipes técnicas para qualificação
1018 dessas equipes, incluindo os profissionais de nível médio e superior. Se a gente está falando
1019 que é importante fazer PIA, temos que subsidiar também essas equipes para que elas
1020 possam fazer um PIA. Se a gente está falando em fazer um projeto político e pedagógico,
1021 temos que dar insumos também as unidades para que a gente consiga construir esse
1022 processo político e pedagógico. Então a idéia seria muito essa mesmo; E, a supervisão
1023 técnica. Dentro de um dos eixos do Qualifica é a supervisão, como todos vocês sabem. Pode
1024 avançar. O plano de monitoramento ele vai ter essa dimensão mesmo, tanto do
1025 reordenamento da instituição, quanto do plano de trabalho. Eu acho que é importante a gente
1026 está sinalizando aí que a parceria por si ela traz um plano a ser cumprido e a gente vai
1027 monitorar também esse plano. Pode avançar. O plano de monitoramento será estruturado a
1028 partir dos 03 (três) eixos básicos: estrutura física, recursos humanos e gestão das atividades.
1029 E a forma de monitoramento será definida com um intuito de atender melhor as demandas
1030 do Estado e da entidade, podendo ser realizado por meio de visitas in loco, troca de
1031 informações, providências comprobatórias diversas e solicitações da emissão de relatórios
1032 do acompanhamento dos residentes. Pode avançar. Dentro da estrutura física: a gente
1033 pretender acompanhar a manutenção das condições das unidades incluindo os itens
1034 previstos no plano de trabalho, por exemplo: as condições de acessibilidade, insalubridade
1035 e privacidade; Se o imóvel é alugado ou não; As questões de água, luz, telefone e internet.
1036 Recursos humanos: acompanhamento das composições das equipes previstas no plano de
1037 trabalho e previstas pela legislação do SUAS. A gestão das atividades: é o acompanhamento
1038 das atividades desenvolvendo a execução dos serviços previstos, bem como a descrição...
1039 **PARTE 3 RÉGIS:** (...) Faleceu e não houve a transferência. E aí estão sem. Então são essas

1040 situações mais específicas, entendeu? A mesma coisa é com relação à SEBAS. A gente tem
1041 que orientar mais os parceiros enquanto a forma de isenção. E também, o programa Conte
1042 Com a Gente, que é um programa do Estado com parceria com a CEMIG e COPASA, onde
1043 tem os descontos nas contas que devem ser otimizadas também para essas instituições ok?
1044 Pode avançar. Gente, em linhas gerais a apresentação é um pouco essa. Eu vou está
1045 passando pra Simone e para os demais conselheiros para as considerações. **SIMONE:** Estão
1046 inscritos: Marta Elisabete, Cristiane, a Juanita, Volney, Maria do Carmo, Rodrigo e o Léo, por
1047 enquanto. Antes de abrir para vocês, eu só queria fazer 04 (quatro) ponderações. O
1048 Conselho Estadual de Assistência Social através da comissão de financiamento... Ela que
1049 primeiro colocou a pauta aqui no Conselho Estadual, não é? E ela solicitou à SEDESE que
1050 a gente fizesse uma proposta de monitoramento para o Conselho Estadual. E nessa proposta
1051 de monitoramento, que a gente também trouxesse um modelo de financiamento mais
1052 adequado, inclusive indicando que a gente deveria fazer um modelo de financiamento para
1053 a alta complexidade baseada na dependência das pessoas que moram. É claro que pra
1054 gente chegar aí a gente precisa de todo um processo de discussão. A outra questão que eu
1055 queria lembrar aqui é que, também, é uma resposta não só à solicitação da comissão de
1056 financiamento, mas também a previsão do plano estadual de regionalização que prevê o
1057 reordenamento das ofertas de alta complexidade. Outra questão que é muito importante no
1058 debate, e isso foi colocado desde o primeiro dia que a gente começou essa discussão aqui,
1059 que é preciso ser levado em consideração a importância dessas entidades para a política de
1060 assistência social, mas também devemos levar em consideração a omissão do Estado. Eu
1061 acho que também é muito importante a gente ter que levar isso em consideração. A omissão
1062 é em que sentido? No sentido de quem se responsabiliza são as entidades. Elas passam o
1063 maior aperto no modelo de parceria que é feito hoje. É claro que esse modelo requer
1064 aperfeiçoamento, mas requer de nós, conselheiros, muita discussão e debate. Essa situação
1065 é uma situação muito específica, onde essas pessoas... Nós estamos tratando de pessoas,
1066 não é? 418 (quatrocentas e dezoito) pessoas que estão há anos sem conviver com a sua
1067 família e sua comunidade. Então tem uma especificidade aí que espero que o Conselho
1068 Estadual e a gente debate, e que a gente encontre o melhor equacionamento para que a
1069 gente possa avançar mesmo na política aqui no Estado. Eu já disse aqui que eu acho que a
1070 gente deve discutir a indenização dessas pessoas por ter violado o direito de convivência
1071 familiar e comunitária durante tantos anos. Então, diante dessas colocações, a primeira
1072 inscrita é a conselheira Marta Elisabete. **MARTA ELIZABETE:** Primeiro eu gostaria de dizer
1073 que eu fico muito feliz por vocês estarem fazendo um reordenamento, uma construção de
1074 uma política para essas pessoas que necessitam em uma perspectiva cada vez mais
1075 inclusiva. Isso foi o que eu fui percebendo, Simone. Vocês sabem que nós temos dívidas
1076 históricas das residências terapêuticas para pessoas que têm transtornos mentais que
1077 ficaram abandonadas nos hospitais psiquiátricos, inclusive muitos têm deficiências. Lá no
1078 passado no hospital ficavam tudo, tanto os deficientes, os quadros neurológicos, quanto
1079 psiquiátricos. Simone, a experiência mostrou que nós tivemos que recorrer ao terceiro setor
1080 para fazer um conveniamento das residências pela facilidade que tem o terceiro setor para
1081 ter uma agilidade na casa, pra poder comprar coisas... Quando as casas são públicas,
1082 diretamente vinculadas, aí já é difícil. Agora, tem uma coisa que é fundamental Simone: as
1083 residências terapêuticas na saúde tem esse conveniamento, mas a gestão é da saúde. Então
1084 o quê que significa isso? Que a saúde participa do processo seletivo dos cuidadores, que a
1085 saúde faz reunião conjunta com esse prestador e os funcionários... A saúde fica dia e noite
1086 colocada ali. A experiência que a gente tem tido é com Belo Horizonte, tanto Juiz de Fora e
1087 Barbacena, onde é o “corredor da loucura” onde tem mais casas. Juiz de Fora está com 29
1088 (vinte e nove) casas, Belo Horizonte tem 32 (trinta e duas) e Barbacena tem 35 (trinta e cinco)
1089 casas. E nós ainda precisamos de mais 30 (trinta) casas para acabar com todo o processo
1090 de retirada dessas pessoas. Ainda temos 271 (duzentos e setenta e um) moradores. Então
1091 eu estou colocando isso porque eu acho isso muito importante. O financiamento que um

1092 custo de uma casa tipo II, que é quando tem esses pacientes ainda mais dependentes que
 1093 vão ficar conosco por conta dessa dívida horrorosa que fizeram com essas pessoas, o
 1094 financiamento é R\$ 20 (vinte) mil, por mês. O ministério repassa esse recurso para o gestor
 1095 municipal, mas não passa pra casa, porque a casa não tem CNEAS e porque ela não é
 1096 estabelecimento de saúde. É mais ou menos isso. Eu acho que isso é muito importante.
 1097 **CRISTIANE:** Eu fico até feliz pela Marta ter feito uma fala anterior, porque era exatamente
 1098 nesse ponto mesmo que era a minha questão. Nós temos essa diferença, não é? As casas
 1099 lares estão sob a gestão da assistência e as residências terapêuticas sob a gestão da saúde.
 1100 Mas é uma coisa que sempre foi uma questão... E aí da minha trajetória mesmo profissional...
 1101 É se isso já ocorreu uma reavaliação desses pacientes que estão mesmo na casa lar; Se
 1102 são pacientes com questões relacionadas mesmo a convivência familiar por estar dentro da
 1103 assistência; Ou se são pacientes que tem questões neurológicas e psíquicas que estão lá;
 1104 E qual que é essa relação mesmo com a política de saúde mental. Essa é uma coisa. A outra
 1105 questão é que eu fico muito feliz em ver ali a gestão da atividade. Eu acho que isso é
 1106 extremamente importante. Um trabalho que fizemos com a casa lar foi essa questão que
 1107 colocamos da inclusão produtiva, de entender que ela perpassa por profissões que nós
 1108 entendemos como profissões padrões. E quantos artistas existem dentro desses espaços?
 1109 É um olhar que a saúde mental consegue alcançar, e que a na casa lar a gente não percebe
 1110 muito isso. É sempre a inclusão produtiva mesmo nesse sentido do trabalho convencional.
 1111 E quantos artistas que podem ser fomentados até no seu leito, não é? Essa é a inclusão
 1112 produtiva. Então eu acho que esse é um olhar de poder ser feito pela casa lar com a
 1113 residência terapêutica até mesmo nos moldes que a saúde mental faz de convivência. Então
 1114 eu acho que essa questão da gestão das atividades perpassa também por isso. **SIMONE:**
 1115 Agora é a conselheira Juanita, por favor. Passa o microfone para a Juanita aí gente!
 1116 **JUANITA:** Bom dia a todos (as). Simone, primeiro eu quero parabenizar pela proposta da
 1117 SEDESE. Muito bom e necessário, mas tardiamente está acontecendo. Desde 2011 está na
 1118 SUBAS, e a SUBAS com toda a dificuldade a época e até agora está apresentando a
 1119 proposta. Antes de fazer as minhas considerações da proposta e os pedidos de inclusão, as
 1120 APAES são 70% das parcerias público/privada para a execução dessas casas. Essas
 1121 pessoas com deficiência elas saíram da FEBEM para o programa casa lar. A maioria vieram
 1122 oriundos da rua. Eles iriam para os hospitais, as famílias abandonavam e eles não
 1123 conseguiam voltar para a família. Nos hospitais eles tinham alta, eles iam para a rua, na rua
 1124 eles viravam população de rua, a polícia pegava e levava. O histórico era esse. Então, nesse
 1125 período nos grandes abrigos da FEBEM, eles foram ficando, ficando e ficando. E quando
 1126 teve a proposta do programa casa lar antes SUAS, identificou-se os poucos parceiros para
 1127 executar essa política. Todos já sabem quais são porque já foram demonstrados ali pela
 1128 proposta. Há dois anos a Federação das APAES, que é uma entidade de assistência social
 1129 de assessoramento, ela está trabalhando nessa reorganização da assistência social nas
 1130 APAES considerando que elas não são de assistência, são preponderantes, recebem o
 1131 SEBAS a maioria delas e tem que se adequar. Essa é uma preocupação inclusive do
 1132 deputado Eduardo Barbosa, que é o atual presidente da Federação. E era, e sempre foi, mas
 1133 a Federação nunca teve perna para fazer esse reordenamento a luz do SUAS. Com isso,
 1134 hoje, são 450 (quatrocentas e cinquenta) APAES, a grande maioria é exclusivamente de
 1135 assistência. Nós temos um grande número que é da saúde, 122 (cento e vinte duas) são
 1136 saúde e recebem o financiamento da saúde; 130 (trezentas e trinta) têm escolas; 416
 1137 (quatrocentas e dezesseis) são de assistência. Esse é o nosso cenário atual nas APAES.
 1138 Algumas dessas, eu não me recordo do número aqui agora porque são tantas que a gente
 1139 mexe, executam a casa lar. Nesse modelo atual da reorganização da assistência social nós
 1140 instituímos uma câmara técnica onde nós identificamos que o perfil das APAES, no que diz
 1141 ao atendimento, ele se enquadra a média complexidade e serviço de proteção social e
 1142 especial, considerando as atividades que as APAES oferecem. O nosso público é: deficiência
 1143 intelectual e múltipla; Está ficando conosco um público com maior dependência; Adultos e

1144 jovens. Antes a gente tinha um público de adolescente e criança, que tem ainda, mas é muito
 1145 menor e que foi feita a inclusão no sistema regular de ensino. Inclusive a própria Federação
 1146 trabalhou com esse processo; E está ficando com a APAES o público com maior
 1147 dependência. Nesse sentido, na parte da educação, eles concluem o EJA nos anos finais.
 1148 Se eles voltarem para a casa, eles ficam completamente isolados, negligenciados pela
 1149 sociedade e até pela família por desconhecimento. A gente sabe que até essa data a
 1150 assistência social ainda não deu conta desse público de atendimento especializado e
 1151 qualificado para esse público. No que diz respeito à assistência, na habilitação e na
 1152 reabilitação, nessa câmara técnica que já produziu vários documentos, a gente identificou
 1153 que o que dificulta a inclusão social e a participação social desse usuário é a comunicação
 1154 e o comportamento. Então as atividades que estão sendo planejadas no âmbito da
 1155 assistência são para trabalhar esse sujeito para que ele consiga ser incluído e participar na
 1156 sociedade, porque senão forem desenvolvidas essas atividades as APAES, por mais
 1157 esforços que tenham e faz, não conseguem promover a inclusão e participação social desse
 1158 sujeito. Nesse sentido, as APAES tem uma porta aberta. Como ela oferece 03 (três) políticas,
 1159 algumas, a porta de entrada das APAES é a avaliação multidimensional que a porta de
 1160 entrada é a assistência. Nessa equipe de avaliação multidimensional tem profissionais da
 1161 área da saúde, educação e assistência da APAE, que é composta por: assistente social,
 1162 psicólogo, pedagogo, terapeuta e um fonodólogo, que fazem a avaliação da pessoa com
 1163 deficiência no sentido de ver a deficiência intelectual. Identificados os públicos alvos das
 1164 APAES, essa equipe emite um parecer técnico considerando as necessidades que foram
 1165 identificadas para serem trabalhadas para políticas que a APAE executa diretamente. Nesse
 1166 sentido, quando ia para a assistência, até dois anos atrás, elas iam para as oficinas para
 1167 integração no mercado de trabalho ou atividades que eram mistas nas APAES. Nessa
 1168 reorganização que as APAES estão passando... E lembrando que a gente sempre se recorda
 1169 lá nessa câmara técnica que reproduz muito o modelo da política pública, uma avança mais
 1170 e outras menos, uma tem todo um dificultador... Na assistência social as APAES estão
 1171 implantando esse serviço com equipe técnica específica: assistente social, psicólogo,
 1172 terapeuta ocupacional e orientador social. Nos deparamos em uma situação que, o serviço
 1173 de proteção social da pessoa com deficiência, jovens e adultos, a gente ainda tem públicos
 1174 com adolescentes e crianças; Ainda não conseguimos uma articulação com o CRAS para o
 1175 atendimento dessa pessoa no contra turno da escola. Nas articulações que as APAES estão
 1176 fazendo no SUAS local eles colocam que ainda não tem condições de fazer um atendimento
 1177 a essas pessoas. Então as APAES estão assumindo um serviço de convivência, porque eles
 1178 não poderiam estar no serviço de proteção social especial. Estamos fazendo a referência no
 1179 CRAS e no CREAS. Para o município que não tem CREAS, está sendo feito no próprio
 1180 CRAS, para que a gestão pública participe do planejamento das atividades, construa
 1181 referência e contra referência para os profissionais entenderem qual que é a
 1182 responsabilidade da entidade e qual que é a responsabilidade da gestão pública. A entidade
 1183 vive basicamente da concessão do SEBAS, do repasse da SEDESE, de captação de recurso
 1184 que ela mesma faz por meio do município, por meio do piso de transição de média
 1185 complexidade que já era repassado para a entidade. A gente está vinculando esse
 1186 financiamento ao serviço de proteção especial que tem que ser nessa lógica atual da
 1187 organização do sistema. E ele faz captação de recurso por meio de bingos, quermesse... A
 1188 maior receita que entra nas APAES diariamente tem que pensar em produzir receita, porque
 1189 as atividades são muito caras com esse público. E também na assistência a gente está
 1190 organizando as ações de defesa e de garantia de direito, porque era entendida como isso
 1191 tudo, não é? Então as ações de defesa e de garantia de direito na assistência está com
 1192 relação ao programa da rede APAEANA, que chama "Escola de Paz". É um processo de
 1193 formação política cidadã para as famílias; "Escola de Formação dos Autos-defensores." É
 1194 uma escola de formação política cidadão para as pessoas com deficiência. Você inclusive
 1195 participou conosco no congresso. Aquilo ali é um resultado do programa. A gente se

1196 emociona em ver a participação das pessoas com deficiência e com dependência e os seus
1197 familiares nesses espaços. Inclusive eu gostaria de convidar a todos vocês que moram em
1198 Belo Horizonte, sábado é o nosso carnaval no bairro Santa Tereza, às 14h. A gente sai todos
1199 os anos: os moradores das casas lares, os moradores do Centro Dia, os moradores da APAE
1200 de Belo Horizonte, enfim... Todas as pessoas com deficiência. Eu estou fazendo aqui o
1201 convite para todos porque é muito bacana. A SEDESE sempre vai e participa conosco desse
1202 carnaval todos os anos. Então é dessa forma que nós estamos reorganizando a assistência
1203 social nas APAES, instituindo os seus protocolos de atendimentos que até então não tinha.
1204 A assistência social não tinha protocolo de atendimento, era um protocolo de único onde a
1205 saúde e a educação inseriam as suas informações. A assistência social agora tem os seus
1206 protocolos, são cinco, dentre eles o PDU. Porque que a gente não usa o PIA? Porque são
1207 jovens e adultos. Está sendo feito o plano de desenvolvimento do usuário, inclusive das
1208 casas lares, identificando as atividades que são necessárias para que seja feita essa inclusão
1209 na comunidade. A maioria dos moradores da casa lar, e aí focando mais na casa lar, eu não
1210 podia perder essa oportunidade de falar como que a Federação está trabalhando com as
1211 APAES. A gente tem esse diálogo no âmbito dos municípios porque as APAES estão no loco
1212 municipal, então a gente precisa fazer essa articulação. Como aqui ainda a gente não teve
1213 essa conversa é por isso que estou me alongando mais nessa explanação. Os protocolos já
1214 estão sendo utilizado. A rede APAE está sendo capacitada. Nós já estamos com a330
1215 (trezentas e trinta) APAES que já tem os profissionais na área da assistência, até então não
1216 existia. Foi um avanço muito grande. A gente aproveita as equipes da saúde, por exemplo.
1217 O terapeuta ocupacional agora tem carga horária na saúde e carga horária na assistência,
1218 porque não tem exclusiva na assistência? Porque o financiamento ela ainda não dá para ter
1219 essa equipe técnica exclusiva para a assistência social. A Federação inclusive vai
1220 disponibilizar uma ferramenta tecnológica para que esses protocolos cheguem por meio
1221 informatizados para as APAES, porque foi uma demanda apresentada pelos profissionais.
1222 Então é dessa forma que está acontecendo. Com relação a essas propostas, a gente vai ter
1223 alguns desafios que a Federação já está vivendo antes sozinha, agora conjuntamente com
1224 a SEDESE. Quais são os desafios que a gente está vivenciando? As APAES elas tem
1225 autonomia pelo estatuto da rede APAEANA. Todas elas têm autonomia. A Federação
1226 trabalha no sentido de criar as diretrizes, dar o assessoramento e o apoio, mas elas têm
1227 autonomia. E isso vai depender de cada gestor das APAES. Então a gente tem APAES que
1228 avançam mais, outras APAES que demoram mais nesse processo de reorganização também
1229 no mesmo modelo das políticas públicas que não é diferente. A gente tem um desafio que
1230 ele não só das APAES, sim do SUAS como um todo, que é a questão do financiamento. É
1231 um desafio para a assistência social, a gente viu a demonstração que foi feita aqui com
1232 relação aos repasses. Por mais que na legalidade ele está planejado, continuado e
1233 automático, a gente sabe das dificuldades econômicas que o Brasil está passando. Isso
1234 dificulta esse processo de repasse automático. Isso acontece nos lócus dos municípios
1235 também. Nós temos APAES que tem convênio com os municípios, mas está 07 (sete) meses
1236 sem receber também. E como que é por meio de contrato, não tem jeito de receber mais.
1237 Então assim, o serviço foi prestado, mas o financiamento não houve. Então isso é um
1238 impacto para o aprimoramento da ação. Eu gostaria de registrar aqui outro desafio que eu
1239 acho que é imprescindível. Simone, eu já faço pleito para que a Federação seja colocada
1240 nesse processo, porque a gente tem que trabalhar juntos. Parceria é isso, não é? Não
1241 adianta a gente está construindo lá um trabalho sozinhos, separados, e a SEDESE que é o
1242 órgão gestor, que tem a responsabilidade direta desses moradores está trabalhando sozinha.
1243 Aqui eu já coloco a Federação a disposição para estar junto nesse processo de trabalho, até
1244 por esses 02 (dois) anos que a gente tem discutido com essas APAES para que não seja
1245 feito nenhum processo de desconstrução. E com relação o relato do Régis, com relação às
1246 418 (quatrocentas e dezoito) pessoas com deficiência sem convivência comunitária, essa
1247 informação precisa ser melhor avaliada Régis, porque hoje não é assim. Eles desenvolvem

1248 atividades na comunidade, no CRAS... Existem CRAS onde essas pessoas já são inseridas
 1249 nessas atividades. A gente entende que não é o melhor dos mundos, mas é hoje a
 1250 articulação local que está conseguindo fazer. Eles estão desenvolvendo atividades na
 1251 comunidade com relação... Os municípios que tem academia na praça já estão sendo
 1252 inseridos nessas academias da praça para participar com a sociedade, pra fazer caminhada.
 1253 Mas a sua grande maioria não tem familiar. Muitos já estão idosos. Então assim, eu gostaria
 1254 de registrar aqui e colocar um pleito da Federação ser incluída nesse processo, Simone. Até
 1255 porque, nós somos a entidade que assessora essas APAES. Então eu entendo que nós não
 1256 podemos estar fora desse processo. E pra finalizar a minha participação, nós tínhamos aqui
 1257 o Walter que representava a Federação. Eu não sei se na época dessa proposta ele pôde
 1258 contribuir com a proposta nesse sentido, mas é isso mesmo que a gente está trabalhando lá
 1259 na Federação das APAES. Eu acho que nesse processo de monitoramento seria importante
 1260 pra Federação estar participando, porque a gente já faz isso sozinho hoje. Seria importante
 1261 que a SEDESE a Federação falasse a mesma linguagem, porque a gente é corresponsável
 1262 na construção dessa política. Muitas das vezes quando a Federação chegar lá na APAE de
 1263 Barroso e for conversar com o gestor da APAE, às vezes ele não vai transmitir pra gente o
 1264 que a SEDESE falou com ele de uma forma que a gente compreende e pode apoiá-lo nesse
 1265 reordenamento. Era esse o pedido que eu gostaria de deixar aqui registrado. **SIMONE:**
 1266 Obrigada, conselheira. Agora... Ai meu Deus! Onde é que eu anotei? Jesus! É o Volney.
 1267 Depois é a Maria do Carmo, o Rodrigo e o Léo. **VOLNEY:** Eu não sei Régis se passou
 1268 despercebido, mas eu acho importante essa inclusão da cultura e do esporte local nos
 1269 municípios. Eu acho também Simone que, nesse encontro dos gestores, seria muito
 1270 interessante também você levar essa pauta para os novos gestores, pra sensibilizá-los
 1271 também da importância desse apoio na rede socioassistencial. Eu acho que é de extrema
 1272 importância você representando o Conselho levar essa pauta. **SIMONE:** Muito obrigada,
 1273 Volney. Maria do Carmo. **MARIA DO CARMO:** Quero só ressaltar que nessa semana mesmo
 1274 eu tentei fazer um encaminhamento para uma residência inclusiva. Eu fiz uma consulta na
 1275 SEDESE coma listas dos municípios que pudesse fazer essa busca porque no município que
 1276 eu resido não existe essa modalidade. E aí fazendo essa busca, eu me deparei com entidade
 1277 que registrou no Censo SUAS essa característica, e ao conversar com a pessoa que estava
 1278 me atendendo, eu percebi que era um acolhimento de doente mental. Então é muito
 1279 importante que essa supervisão aconteça, para que não aconteçam esses equívocos no
 1280 registro do sistema. A gente fica meio desamparada até mesmo para fazer o
 1281 encaminhamento devido. E também Régis, eu não sei se você falou, mas eu observei que
 1282 você está trazendo pra nós aqui uma proposta de reordenamento do serviço da rede na
 1283 modalidade casa lar em função da MROSC e da nova forma de parcerias que deve ser
 1284 estabelecida pelo público e privada. Eu não vi no trabalho apresentado os outros públicos
 1285 que também fazer parte da alta complexidade: criança, adolescente, adulto, idoso e as outras
 1286 modalidades. Você nos mostra aqui o programa casa lar com a modalidade pessoa com
 1287 deficiência em acolhimento. Mas está sendo pensando também nesse reordenamento para
 1288 esses outros públicos e para as outras modalidades de atendimento? **SIMONE:** Rodrigo.
 1289 **RODRIGO SANTOS:** Então Régis, muito bom tá! Eu só queria reforçar com você e com os
 1290 colegas da SEDESE para não se esquecerem dos deficientes não dependentes. Se eu pegar
 1291 um exemplo aqui com a Roseane e com a Edna, a gente vai ter um público que
 1292 necessariamente ele poder ser incluído no mundo do trabalho. A gente tem uma lei de cotas.
 1293 Se eu te der um exemplo de que hoje eu tenho na minha entidade um hospital que me pede
 1294 30 (trinta) vagas de deficiente eu não consigo atender. E aí a gente faz uma intermediação
 1295 entre a entidade, hospital e o fiscal do ministério do trabalho, para não multar. Mas assim, é
 1296 uma demanda represada que existe. Então isso pode ser uma porta de saída o trabalho de
 1297 vocês. Então é só uma sugestão aí para não esquecer. Obrigado. **SIMONE:** Conselheiro
 1298 Léo. **LEONARDO LADEIRA:** Eu também só vou reforça rum pouco aqui a fala da Juanita.
 1299 Eu até estava conversando com a Isabela de voltar na demanda. Isso Maria do Carmo

1300 restringiu a casa lar porque a nossa demanda foi restrita. Mas eu imagino que esteja fazendo
1301 para todos. O que a gente percebeu na hora que a gente viu era uma falha na padronização
1302 dos valores que eram repassados. A gente não sabia se vocês tinham a noção ou da
1303 realidade daquelas instituições como estavam funcionando. É por isso que a gente
1304 questionou. E hoje aqui eu vi uma proposta muito qualificada. Parabéns pelo trabalho! Eu
1305 achei muito bom. Mas eu ainda senti falta em saber se essa proposta já está toda baseada
1306 em um raio x das situações existentes hoje. E aí, dentro disso, eu também acho que é
1307 fundamental a gente ter a participação dos regulados na construção, entendeu? Eu já vi isso
1308 demais, desde o início da MROSC. Isso acontece demais. Isso já tinha quando o Estado fez
1309 uma regulamentação no termo de parceria. Isso foi um problema danado porque, o Estado
1310 é um pouco opressor nesse sentido. Então ele põe normativa, impõe regra, sem conhecer a
1311 realidades de quem está sendo regulado por essa regra. E aí eu acho fundamental porque, a
1312 grande discussão que eu vejo é sobre independência de autonomia do terceiro setor mesmo.
1313 Eles cuidam de uma coisa que o Estado não conseguiu cuidar. E esse do casa lar é trágico,
1314 não é? É uma experiência singular nesse sentido mesmo. Então assim, tem que ser com
1315 parceria mesmo desde a concepção. E aí eu não sei se já teve... Mas eu não estou criticando
1316 e nem quero colocar isso como uma crítica, mas é uma sugestão de fazer de forma completa.
1317 Eu fiquei até satisfeito pelo testemunho aqui da Juanita. Ou seja, tem uma entidade que já
1318 se preocupa com isso. Era o que a gente esperava na época, mas a gente não conseguiu
1319 ter essa resposta. Mas eu acho que está mostrando que ela também tem um plano, então
1320 vamos juntar os planos e fazer planos conjuntos, tanto com as APAES, quanto com outras
1321 instituições. É só essa a minha sugestão. **SIMONE:** Obrigada, conselheiros. Eu vou passar
1322 para o Régis. Depois eu vou falar um pouco do quê que a gente está pensando pra gente já
1323 partir então para os encaminhamentos. **RÉGIS:** Eu fui anotando algumas coisas aqui.
1324 Primeiro eu quero agradecer mesmo. Eu acho que todas as contribuições são extremamente
1325 válidas mesmo. A gente está nesse momento de construção coletiva. Então é muito positivo
1326 receber esses questionamentos que não só questionamentos são indutores pra gente voltar
1327 pra SEDESE e repensar algumas coisas. Quando a Marta traz a questão da residência
1328 terapêutica e residência inclusiva é um nó, de fato. Quando eu disse lá no início que a nossa
1329 dimensão com as casar é muita das vezes nessa linha de ter uma demanda judicial pra
1330 acolher alguém, a gente percebe que, principalmente na região de Barbacena, a gente tem
1331 vários juízes que nos encaminha ofício o tempo todo pedindo acolhimento nas casas lares
1332 de um público que não é da casa lar. Então a gente tem que aproximar mesmo. Com relação
1333 à rede de cuidado da saúde... **VOZ AO FUNDO...** **RÉGIS:** E o setor de judicialização de
1334 vocês também nos mandam muita coisa. A gente sabe que é necessário um alinhamento
1335 melhor nesse sentido. A gente tem uma aproximação, sim. A Maria do Carmo, que é a técnica
1336 da diretoria e que está mais à frente da questão da casa lar, ela tem uma... Fique bem à
1337 vontade pra falar e comentar alguma coisa, tá Maria do Carmo? A gente tem com as
1338 gerências regionais, com a própria coordenação... Mas é óbvio que, quando a gente pensa
1339 no reordenamento, a gente quer também estruturar isso de uma forma mais de fluxo mesmo
1340 que a gente tem que melhor e que está também dentro desse nosso planejamento. O que a
1341 gente tinha planejado no ano passado, infelizmente a gente não conseguiu, mas já está no
1342 nosso planejamento das diretorias e das superintendências para que isso aconteça esse
1343 ano. Não são todas, mas quando a gente vai in loco a gente tem uma dimensão que nos
1344 possibilita fazer alguns indicativos. Para, além disso, mesmo em alguma em que a gente não
1345 chegou a ir na casa, algumas entidades têm uma proximidade maior. Então a gente fez
1346 algumas reuniões na SEDESE, a gente sempre mantém contato telefônico, contato até por
1347 whatsapp mesmo. Então a gente tem sim essa proximidade. Eu acho que a Juanita fala muito
1348 bem na questão que as entidades não fogem muito da característica pública, em alguns
1349 lugares ela vai avançar mais e em outros menos. E é isso o que a gente observa também no
1350 nosso trato com as intuições. Algumas estão mais abertas as nossas intervenções e
1351 orientações, outras a gente ainda tem que conquistar esse espaço. Eu acho excelente a

1352 contextualização que a Juanita nos traz. Eu acho que a gente precisa dessa contextualização
 1353 até pra gente pensar também o dia-dia e as atividades dos residentes. Eu queria só fazer
 1354 uma... Eu não sei se eu me expressei mal ao falar que não havia convivência familiar e
 1355 comunitária, fica aqui a minha retratação, não é isso. O nosso objetivo é que isso seja
 1356 melhorado. Na verdade o meu intuito de fala era o que a convivência familiar e comunitária
 1357 que existe hoje acontece exclusivamente porque, a APAE, dentro das suas limitações faz. A
 1358 SEDESE não tem ainda uma entrada que possibilite uma ampliação dessa convivência.
 1359 Então é muito mais nesse sentido. E aí só fazendo uma correção de alguns dados, porque
 1360 se não a gente começa a repetir eles, mas é que o número não é 418 (quatrocentos e
 1361 dezoito). O número total é 353 (trezentos e cinquenta e três). Desses 353 (trezentos e
 1362 cinquenta e três), 244 (duzentos e quarenta e quatro) estão nas APAES. Então o número é
 1363 um pouco menor. Eu acho que tanto o Volney, quanto o Rodrigo, trazem algumas propostas
 1364 muito interessantes das questões mesmo das inclusões. Isso nos chama a atenção. Eu acho
 1365 que é isso mesmo, Rodrigo. Temos que ter a cultura, esporte e lazer como uma etapa do
 1366 trabalho. A Maria do Carmo traz até a questão do registro dessas instituições junto ao Censo
 1367 e junto ao CAD. É uma fragilidade que a gente tem dos registros, porque as casas lares tem
 1368 um público delimitado, que são os egressos da antiga FEBEM. A gente tem outras situações,
 1369 mas em regra são os egressos da FEBEM. Mas são dimensões que a gente vai ter que
 1370 trabalhar. Com relação aos outros públicos, a gente tem avançado, sim. E aí o MP com o
 1371 CAO é o parceiro de sempre. A gente observa que com o MP a gente faz o acompanhamento
 1372 muito na linha do caso a caso, é o caso da comarca x, do município x. E aí a gente ia lá,
 1373 prestava um apoio, mas no caso a caso. E o programa de aprimoramento da rede que a
 1374 SEDESE vem construindo e já... Ele já foi apresentado aqui no Conselho em algum
 1375 momento, Simone? Mais ou menos. Mas, com certeza, vai ser apresentada a dimensão
 1376 mesmo justamente para estar abarcando para os outros públicos. A gente começa pela
 1377 criança e pelo adolescente por ter um maior acúmulo e por ser onde a gente identifica as
 1378 maiores vulnerabilidades, mas ele vai se estender sim para outro número. Claro que a nossa
 1379 oferta é com relação aos deficientes, mas a gente quer chegar obviamente aos idosos, aos
 1380 adultos e famílias e as pessoas em situações de rua. É toda a alta complexidade. O programa
 1381 de rede ele vem mesmo para qualificar as ofertas da rede e a alta complexidade como um
 1382 todo. O nosso leque, a diretriz do programa, é que seja em um todo. **SIMONE:** Obrigada,
 1383 Régis. Gente, mais eu vez eu quero muito agradecer aos conselheiros. Eu acho que essa
 1384 relação entre a SEDESE e os conselheiros tem possibilitado a gente acertar muito o rumo
 1385 das mudanças e da efetivação da forma mais adequada do SUAS em Minas Gerais. Então
 1386 muito obrigada pela intervenção de todos e a colaboração de todos. Muito particularmente
 1387 eu quero cumprimentar e agradecer a conselheira Juanita. Eu já havia falado aqui Juanita
 1388 na época do senhor Walter que a Federação das APAES... Não só pelo reconhecimento da
 1389 rede privada no SUAS, mas também do posicionamento da Federação das APAES e da
 1390 importâncias das entidades também fazerem o seu reordenamento. Então Léo, eu seria até
 1391 humilde em dizer, mas 80% das novidades aqui foram novidades que a Federação das
 1392 APAES que encantou em nível nacional. A MROSC, o artigo da LOAS que coloca que as
 1393 entidades de assistência social elas devem não cobrar dos usuários... Tudo isso é luta das
 1394 próprias APAES. Eu tive a oportunidade de participar de um debate que o MDS fez com
 1395 as APAES em Brasília. Eu tive a honra de representar o Fórum dos Secretários Estaduais
 1396 de Assistência Social nesse evento. E lá eu conversei muito com a conselheira Juanita. Então
 1397 eu já tinha colocado que já havia um movimento institucional de tudo isso que ela fala e que
 1398 é muito importante, reconhecer que a assistência social tem especificidade, porque é isso o
 1399 que ela colocou aqui. Não é mais uma área que é para executar a saúde e educação para
 1400 os deficientes pobres. Isso é um posicionamento institucional muito importante. As atividades
 1401 não são um problema só para as ofertas realizadas pela as APAES. Eu acho que o próprio
 1402 SUAS enquanto sistema precisa ter clareza do qual que é o papel no SUAS a estratégia de
 1403 garantir convivência familiar e comunitária para as pessoas com deficiência. Eu acho que a

1404 gente tem que investir no debate da tecnologia. Eu acho que vocês têm muitas experiências
1405 nesses assuntos, podem ajudar o sistema como um todo. Eu, sinceramente, saio daqui mais
1406 tranquila. Eu acho que o caminho que nós estamos percorrendo é um caminho que vai dar
1407 bons resultados. Eu não sei se ficou claro, mas a proposta nossa era discutir aqui no
1408 Conselho e vocês se está certou ou se não está certo. Aí agora nós vamos chamar os
1409 diretores das entidades responsáveis. E há uma solicitação aqui, que eu acho que ninguém
1410 vai ser contra. A Federação das APAES ela é uma Federação que trabalha no
1411 assessoramento, ela tem uma função de assessoria. Então, por isso, eu acho que ninguém
1412 aqui se opõe de que ela componha também junto com as entidades o grupo junto com a
1413 SEDESE para discutir os encaminhamentos apontados aqui. Será muito, muito bem-
1414 vinda. Eu acho que esse debate nosso vai levar inclusive nos ajudar no reordenamento das
1415 ofertas municipais. Eu acho que na hora que a gente conseguir fazer isso eu tenho certeza
1416 de que vai ser bom para todo mundo, principalmente para o SUAS. Eu acho que as APAES
1417 tem muito acúmulo nessa discussão. Agora, com relação às outras modalidades, o Régis já
1418 falou. Nós estamos nos preparando muito para fazer isso, e esse ano a gente vai fazer. O
1419 Conselho colocou como prioridade o orçamento pra gente ter um programa que vai induzir o
1420 reordenamento. Nós queremos é ajudar a reordenar. Então nós vamos passar dinheiro para
1421 as entidades para elas fazerem isso, pra ajudar os gestores municipais também nesse
1422 reordenamento. Agora à tarde eu vou me ausentar um pouco. Eu vou ter que sair às 15hs
1423 porque eu vou à secretaria de governo. A gente vai mandar um projeto de lei para a ALMG
1424 pra gente ter uma lei de parcerias no Estado. Eu não quero uma lei de parcerias genéricas,
1425 eu quero traduzir nessa lei os ganhos que as entidades precisam e que as ofertas sejam de
1426 fato reconhecidas como continuadas. Todo período eleitoral a gente fica com medo de passar
1427 o dinheiro para as entidades, é uma chatice isso. Impressionante! As ofertas são
1428 continuadas, mas chega a eleição e vem a diretoria jurídica dizendo que não pode passar
1429 dinheiro porque é ano eleitoral. Então isso tem que está na lei, isso tem que ser reconhecido
1430 na legislação. Uma coisa que a gente quer garantir, não sei se vamos conseguir, mas é para
1431 parar de exigir certidão negativa de débito no convênio com a entidade de 03 (três) em 03
1432 (três) meses. Às vezes as entidades não tem a certidão negativa de débito e aí tem que parar
1433 de passar dinheiro. Tudo é motivo para parar de passar dinheiro! Então eu acho que a gente
1434 tem que tentar traduzir isso na legislação estadual. Eu acho que são passos importantes
1435 para criar as condições de reordenar. O gestor também tem essa mania de exigir muito das
1436 entidades, mas também não oferece as condições para que ela dê conta do seu papel. Então
1437 eu acho que nós que somos gestores temos que criar condições políticas, técnicas e de
1438 gestão pra gente fazer o reordenamento. Mas nós vamos começar. Eu acho que nós vamos
1439 dar bons ponta pés. E aí nós vamos acatar aqui todas as recomendações aqui do Conselho
1440 Estadual, não é Regis? Nós vamos montar o grupo e agora começar o debate mesmo.
1441 Juanita, nós precisamos fazer isso no máximo até abril, porque nós temos... VOZ AO
1442 FUNDO. **SIMONE:** Não! É a nossa parceria mesmo! A nossa parceria tem que ser efetivada
1443 pela MROSC até abril. Então nós já vamos chamar e vamos começar. E vocês também e
1444 sintam extremamente à vontade para nos apontar também como que a gente deve fazer e o
1445 que vocês acham que a gente deve fazer, está bom gente? Muito obrigada a todos vocês.
1446 Nós vamos sair para almoçar, voltamos às 13h30min com a comissão de orçamento.
1447 Obrigada. PARTE 4 (Em virtude da não gravação do início dessa parte, temos que as linhas
1448 de 1447 a 1481 não são originária de gravação, mas de anotações e apresentações.)
1449 **SIMONE:** Boa tarde! Vamos retomar o pleno. Comissão de Orçamento. **ISABELA:** Ficou
1450 faltando o ponto dois, prestação de contas do 3º trimestre, mas tendo em vista que a
1451 Prestação de Contas do 4º trimestre será apresentada na reunião do mês de março, a
1452 Comissão de Orçamento e Financiamento optou por realizar a análise a Prestação de Contas
1453 referente ao 3ª trimestre de 2016 de forma conjunta com o 4º trimestre no próximo mês.
1454 Agora a Lei Orçamentária Anual (LOA) – 2017 - Fundo Estadual de Assistência Social;
1455 contextualização - Na plenária extraordinária do dia 31/08/2016 o CEAS aprovou a proposta

1456 orçamentária do FEAS, por meio da Resolução nº 574/2016; Em setembro o poder executivo
1457 estadual enviou a proposta de LOA 2017 para a ALMG; Em novembro/2016 foi realizada a
1458 Audiência Pública de revisão do PPAG. Conselheiros da sociedade civil do CEAS
1459 participaram da audiência pública, junto com lideranças e representantes da rede
1460 socioassistencial, e propuseram emendas durante a reunião da Comissão de Participação
1461 popular para o orçamento do FEAS; 29 de dezembro de 2016: publicação da Lei nº 22.476
1462 que aprovou a LOA 2017; 24 de janeiro de 2017: publicação do Decreto N.º 27 que abriu
1463 crédito suplementar para o orçamento do FEAS; Em 27 de janeiro de 2017: publicação do
1464 Decreto nº 47.147, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de
1465 Minas Gerais para o exercício de 2017; as ações orçamentárias – Programa Qualifica SUAS,
1466 ação Capacitação continuada do SUAS, fonte 71 (FEM) – custeio – Proposta LOA aprovada
1467 no CEAS, R\$ 3.795.144,61, valor LOA enviado para a ALMG R\$ 2.267.600,00 e valor LoA
1468 aprovado R\$ 2.267.600,00. Fonte 56 (FNAS) – custeio - Proposta LOA aprovada no CEAS,
1469 R\$ 2.260.874,45, valor LOA enviado para a ALMG R\$ 2.260.874,00 e valor LoA aprovado
1470 R\$ 2.260.874,00. Valor total para ação R\$ 4.528.474,00. Ação de vigilância e apoio técnico
1471 aos municípios no aprimoramento do SUAS, fonte 56 (FNAS) – custeio – Proposta LOA
1472 aprovada no CEAS, R\$ 2.615.119,72, valor LOA enviado para a ALMG R\$ 1.779.789,00 e
1473 valor LoA aprovado R\$ 1.779.789,00; Fonte 56 (FNAS) – investimento - Proposta LOA
1474 aprovada no CEAS, R\$ 20.000,00, valor LOA enviado para a ALMG e valor LoA aprovado
1475 zerado; Fonte 10 (tesouro) – custeio – Proposta LOA aprovada no CEAS R\$ 12.000,00, valor
1476 LOA enviado para a ALMG R\$ 12.000,00 e valor LOA aprovado R\$12.000,00 . Valor total
1477 para ação R\$ 1.791.789,00. Programa oferta de proteção socioassistencial, ação Piso
1478 Mineiro de Assistência Social fixo, fonte 71 (FEM) – custeio – Proposta LOA aprovada no
1479 CEAS, R\$ 54.045.693,60, valor LOA enviado para a ALMG R\$ 54.045.694,00 e valor LoA
1480 aprovado R\$ 54.045.694,00. Ação Piso Mineiro de Assistência Social variável, fonte 71
1481 (FEM) – custeio – Proposta LOA aprovada no CEAS, R\$ 12.581.278,80, valor LOA enviado
1482 para a ALMG R\$ 12.561.279,00 e valor LoA aprovado R\$ 12.561.279,00. (...) De média e
1483 alta complexidade não regionais, que são as casas lares que a gente discutiu aqui hoje. Esse
1484 orçamento ele já previa um recursos do governo federal de R\$ 360.000.00 (trezentos e
1485 sessenta mil) que não foi alterado. Esse recurso são para as residências inclusivas do
1486 Estado, então teve aceite também para os municípios que o Estado cofinancia 50%. Esse
1487 recurso aqui vem direto do governo federal para a execução estadual. E o valor de R\$
1488 7.747.000.00 (sete milhões setecentos e quarenta e sete mil) de recursos do FEM na fonte
1489 71 (setenta e um) que é para pagamento dos convênios das casas lares e das APAES que
1490 a gente estava conversando aqui. Esse valor já prevê o aumento dos 11%. Então foi
1491 contemplado e já foi garantido na lei aprovada, totalizando para esta ação R\$ 8.107.000.00
1492 (oito milhões cento e sete mil). Para a implantação da regionalização, que é essa ação, a
1493 gente tinha previsto inicialmente um recurso de fonte 71 (setenta e um) de R\$ 10.579.000.00
1494 (dez milhões quinhentos e setenta e nove mil). Esse valor como vocês vão lembrar já teve
1495 redução na proposta que foi encaminhada pelo governo. A gente estava propondo aumentar
1496 o valor já existente nessa ação orçamentária. Hoje a gente está propondo quase que duplicar
1497 ele, porque a gente tem a meta de implantar 10 (dez) CREAS regionais até o final desse ano.
1498 Para cumprir esse compromisso, a gente precisava desse valor além do recurso de fonte 56
1499 (cinquenta e seis) do governo federal naquele valor de R\$ 3 milhões. Dentro do limite que foi
1500 disponibilizado não foi possível pra SEDESE. A gente até já teve aqui essa discussão, que
1501 foi uma adequação da meta prevendo a implantação de 04 (quatro) CREAS para esse ano,
1502 tendo em vista o valor que a gente tem ali de R\$ 5.052.000.00 (cinco milhões e cinquenta e
1503 dois mil). A gente já fez uma análise interna. Depois ao longo da prestação de contas esse
1504 ano e nas plenárias a gente vai discutir e vamos conseguir bater a meta de 5 (cinco) CREAS
1505 esse ano. Estamos negociando dentro do governo para tentar alcançar ou pelo menos
1506 garantir mais recursos para o ano que vem, para que gente possa fazer o esforço de cumprir
1507 os 10 (dez) CREAS regionais esse ano. Então a gente continua negociando para manter a

1508 meta que está pactuada no plano estadual de regionalização. Então totaliza para essa ação
 1509 orçamentária R\$ 8. 500.000.00 (oito milhões e quinhentos mil). Na próxima ação que é a
 1510 estruturação da rede socioassistencial, quando a gente trouxe para discutir aqui no
 1511 Conselho, a gente já tinha dito que o limite que tinha sido dado para os recursos não seria
 1512 suficiente para gente manter os R\$2.500.000.00 (dois milhões e quinhentos mil) que tivemos
 1513 no ano passado, porque a execução foi zero. Então a gente manteve essa ação como uma
 1514 janela orçamentária com R\$ 10 mil. E tivemos aí o sucesso da aprovação da emenda da
 1515 comissão parlamentar incorporando R\$ 924.000.00 (novecentos e vinte e quatro mil) para
 1516 essa ação. Então essa ação vai ser o programa de fortalecimento da rede privada que está
 1517 sendo discutido também na SEDESE pra gente trazer uma proposta aqui para o Conselho.
 1518 Esse ano vai sair do papel com certeza, não é Simone? E aí por fim, a outra ação que é a
 1519 de transferência de renda, inicialmente estavam previstos recursos para pagar as travessias
 1520 do projeto Banco Travessia que teve até a apresentação aqui pela Aidê, que é assessora de
 1521 projetos especiais da SEDESE. A gente também não conseguiu garantir, então ficou como
 1522 janela. Essa negociação continua sendo feita pra dentro do governo na parte dos recursos
 1523 que foram empenhados. Ali no orçamento ficou com essa janela de R\$ 10.000.00(dez mil).
 1524 Passando agora para o programa de apoio social e a gestão compartilhada. A gente tem a
 1525 primeira ação para a operacionalização da gestão compartilhada onde tínhamos previsto um
 1526 orçamento do governo federal de R\$129.807.00 (cento e vinte nove mil oitocentos e sete
 1527 reais) que não teve alteração. E na ação do Conselho a gente teve ali uma alteração. A
 1528 gente aprovou aqui no Conselho uma janela com alguns recursos de tesouro que são R\$
 1529 303.455.00 (trezentos e três mil quatrocentos e cinquenta e cinco); O recurso de usina de
 1530 R\$ 76.000.00 (setenta e seis mil) que a SEPLAG estimou na arrecadação. Mas assim, no
 1531 ano passado a gente não arrecadou nada. Então para esse ano como não estão tendo novos
 1532 empreendimentos, provavelmente a gente não vai arrecadar. A gente só pode usar esse
 1533 recurso quando arrecada. Na fonte 56 (cinquenta e seis) tem um orçamento de R\$
 1534 367.000.00 (trezentos e sessenta e sete mil). A diferença que teve foram os recursos do
 1535 governo estadual na fonte 71 (setenta e um) que a gente tinha orçado um valor de R\$
 1536 2.500.000.00 (dois milhões e quinhentos mil) para realizar as conferências regionais e
 1537 estadual desse ano, mas conseguimos garantir R\$ 1.000.000.00 (um milhão), totalizando
 1538 para o Conselho R\$ 1.456.000.00 (um milhão quatrocentos e cinquenta e seis mil). Pode
 1539 passar, tem mais um. E aí por fim, a gente tem a ação da estruturação das medidas
 1540 socioeducativas. Ela está nesse programa do rompimento da trajetória infracional dos
 1541 adolescentes, mas localizada dentro do Fundo. A gente já tinha previsto um valor de R\$
 1542 450.000.00 (quatrocentos e cinquenta mil). E aí ainda houve uma emenda que aportou mais
 1543 R\$ 300.000.00 (trezentos mil) dessa ação, totalizando R\$ 750.000.00. (Setecentos e
 1544 cinquenta mil) para as medidas socioeducativas nesse ano. Isso aí é um quadro geral. A
 1545 gente tinha proposta no CEAS que totalizava R\$ 105.500.000.00 (cento e cinco milhões e
 1546 quinhentos mil). A proposta enviada para a ALMG totalizava R\$ 91.5000.00.00 (noventa e
 1547 um milhões e quinhentos mil). E foi aprovado na LOA final um valor de R\$ 92.823.000.00
 1548 (noventa e dois milhões oitocentos e vinte e três mil). Então aqui a gente vê que as emendas
 1549 trouxeram um acréscimo importante para o orçamento. E aí é mais para conhecimento de
 1550 vocês, é um gráfico que mostra a distribuição dos recursos. Então a gente vê que 89%, que
 1551 é a parte que está ali em azul, são recursos do FEM. Dentro do orçamento total do FEAS o
 1552 recurso do FEM representa 89%; 9% são recursos do governo federal; 1% do tesouro; A
 1553 fonte 29 (vinte e nove) não dá nem 1%; E as emendas totalizaram 1% também em relação
 1554 ao total do orçamento. As emendas são recursos próprios, mas elas têm uma execução um
 1555 pouco diferenciada. Então a dotação é diferente por isso que eu estou destacando. VOZ AO
 1556 FUNDO. **ISABELA:** O FEM é o tesouro. As emendas também são do tesouro, só que as
 1557 emendas são dotações diferentes. É por isso que eu estou trazendo separado. E aí estou
 1558 trazendo as alterações que já foram feitas na nossa lei orçamentária. Então ali na primeira
 1559 coluna é o valor que foi aprovado e que totaliza aqueles R\$ 92.823.000.00 (noventa e dois

1560 milhões oitocentos e vinte e três mil) que eu mostrei pra vocês. A gente teve uma
1561 suplementação, que foi aquele primeiro decreto de numeração especial 27 (vinte e sete) que
1562 eu falei com vocês. Essa suplementação foi toda de recurso federal, no valor de R\$
1563 4.381.000.00 (quatro milhões trezentos e oitenta e um mil). O quê que foi esse aporte? Foi
1564 uma suplementação pra gente utilizar os saldos de exercício anterior. Então aquele saldo
1565 que já tinha sido reprogramado aqui no Conselho, a gente ainda tinha um valor em conta pra
1566 ser utilizado nesse ano. Então pra gente ter autorização para fazer essa despesa antes de
1567 arrecadar novos recursos foi feita essa suplementação. E aí só uma outra observação
1568 também que, já foi questionado na comissão de orçamento sobre o que foi feito com relação
1569 a essa reprogramação que a gente fez no ano passado. Então junto com a prestação de
1570 contas do 4º trimestre, que eu vou trazer aqui para o Conselho em março, a gente vai trazer
1571 a execução da reprogramação tá? Então vai dá para entender o porquê tem esse valor de
1572 R\$ 4.000.000.000.00 (quatro milhões). A gente teve uma execução boa dos saldos, mas
1573 ainda uma parte ficou para esse ano. E aí a gente vai explicar o porquê. E por fim, o decreto
1574 de reprogramação orçamentária, que foi publicado em 27 de janeiro, ele definiu os limites
1575 para as fontes de tesouro do Estado, dentre elas a fonte 71 (setenta e um). Então no nosso
1576 orçamento a gente já teve um contingenciamento de R\$ 11.244.000.00 (onze milhões
1577 duzentos e quarenta e quatro mil), que corresponde a 13,6% do que a gente executou no
1578 ano passado em relação ao orçamento aprovado. Então a gente já está negociando, só pra
1579 vocês saberem. Como teve no ano passado um contingenciamento, esse ano foi menor em
1580 relação ao ano passado, mas teve. A gente já está negociando pra ver ainda os impactos e
1581 tentar reverter esse valor. E só para vocês ficarem tranquilos também, quem for observar o
1582 decreto, ele contingenciou os recursos todos de fonte 10 (dez) que estão locados no FEM.
1583 O recurso da medida socioeducativa, aqueles R\$ 450.000.00 (quatrocentos e cinquenta mil),
1584 foram contingenciados por esse decreto. Mas isso aí já foi revertido, viu gente? Pode passar,
1585 por favor, Rosa. Eles fazem a análise desse contingenciamento em cima da execução do
1586 ano passado, como eu falei. Como a gente não teve execução de fonte 10 (dez)
1587 contingenciou tudo, porque eles fazem linear para o Estado. Eles jogam todo mundo lá na
1588 planilha e faz. Mas isso aí já foi negociado com o governo, com a SEPLAG e esse orçamento
1589 já está sendo restabelecido para garantir as medidas socioeducativas. Se veio para a
1590 SEDESE tem que vim com recurso, não é? Não tem como vim sem o recurso. E aí aqueles
1591 R\$ 4.000.000.00 (quatro milhões) ali foram aporte. Pode passar. A gente ficou com um
1592 orçamento total de R\$ 85.959.000.00 (oitenta e cinco milhões novecentos e cinquenta e nove
1593 mil) com o crédito autorizado. Então teve aí uma pequena redução em relação ao valor que
1594 eu tinha mostrado antes. E ali já está somando com os recursos de fonte 10 (dez). Já
1595 estamos considerando que eles já estão incorporados ao orçamento mesmo. Esse já é um
1596 compromisso assumido dentro do governo. Então fechamos ali com R\$ 85.959.000.00
1597 (oitenta e cinco milhões novecentos e cinquenta e nove mil). VOZ AO FUNDO. **ISABELA:**
1598 Eu falei rápido, mas... **RISOS VOZ AO FUNDO SIMONE:** Em discussão. Bem, eu quero
1599 fazer duas ponderações. Eu queria pedir a comissão de orçamento que essa questão que o
1600 Leonardo levantou aqui fosse discutida lá. Até porque, afinal de contas, como que a gente
1601 vai tratar o orçamento do Estado? Eu estou chamando a atenção porque nós fizemos um
1602 artigo para a última conferência estadual, e devemos fazer de novo... Essa é uma das
1603 questões que a comissão podia discutir. Como é que nós vamos o monitoramento? Como é
1604 que a gente vai comparar? Se gente tiver que acompanhar e comparar ano a ano a evolução
1605 do orçamento no Estado, como é que a gente compara? Há uma interpretação diferenciada
1606 sobre como deve ser o processo de monitoramento. Então eu acho que a comissão de
1607 orçamento podia discutir quais são os parâmetros para o monitoramento pra gente ter uma
1608 linguagem e chegar na conferência tendo um consenso mínimo de como que a gente
1609 apresenta essa informação. Com certeza quando chegar na conferência todo mundo vai
1610 querer saber como é que está a evolução do cofinanciamento estadual. A outra questão é
1611 chamar a atenção dos conselheiros de uma coisa que a Isabela colocou ali, mas que deve

1612 ser motivo de preocupação para o Conselho. Eu estou dizendo isso porque é uma
 1613 preocupação nossa, eu já disse isso aqui no ano passado. Nós estamos tentando cumprir
 1614 pelo menos o que a gente já acordou. No plano estadual de regionalização tem uma
 1615 preocupação grande nossa, que é a meta dos 10 (dez) CREAS regionais esse ano. Isso é
 1616 um motivo de muita preocupação. É claro que se hoje vocês me apertarem aqui dificilmente
 1617 eu vou falar mais do que eu estou falando aqui. Eu quero dizer que nós não estamos aqui
 1618 apresentando um limite que nós concordamos, não. Nós estamos aqui apresentando um
 1619 limite que foi dado, agora nós vamos começar outra discussão aí pra dentro do governo,
 1620 apesar de ter clareza de que foi mantido. Isso não pode negar, não é? É preciso reconhecer
 1621 que cada vez mais a secretaria de planejamento e a secretaria de fazenda tem compreensão
 1622 de que as ofertas são continuadas, de que tem que manter o orçamento... Isso é importante.
 1623 O debate que a gente tem hoje dentro do governo é outro debate. Nós temos muita
 1624 expectativa que ao inaugurar os CREAS... Porque a gente não inaugurou ainda, não é? Ao
 1625 inaugurar os CREAS isso traz uma movimentação importante para o nosso debate. Uma
 1626 coisa é “ah! Eu vou fazer. Eu estou indo, fazendo, negociando, pensando...” Negociar no
 1627 gerúndio é uma coisa, outra coisa é negociar com o serviço implantado e reconhecido. É
 1628 diferente. Então nós também temos uma expectativa que as inaugurações e as implantações
 1629 elas também vão trazer pra nós possibilidades de discussões também para dentro do
 1630 governo estadual. Estão inscritos: Leonardo, da SEPLAG. E depois é a Isabela. **LEONARDO**
 1631 **LADEIRA:** Eu só fiz questão de falar do FEM porque tem um entendimento... O Wilson vai
 1632 me ajudar porque ele é da fazenda e também entende bem disso... É tesouro, é dinheiro do
 1633 Estado e todas as outras fontes não São. Na verdade, a gente tem um grupo de umas 10
 1634 (dez) fontes que a gente considera o grande tesouro, porque na verdade todos saem do
 1635 caixa do Estado. Então todo sabe como estar o Estado, que o Estado estar em estado de
 1636 calamidade financeira decretada... Então, assim, eu acho que é importante para balizar essa
 1637 impressão que você quer que a gente consiga. Eu acho ótimo a comissão de orçamento
 1638 fazer isso pra gente conseguir balizar e mostrar bem. Eu até o ano passado suspeito que a
 1639 gente está conseguindo garantir mais do que da série histórica do mínimo do orçamento do
 1640 Estado que é a mais e que está na mira mesmo da PEC do teto dos gastos. A gente
 1641 preocupou tanto por que as outras: educação e saúde tem vinculação constitucional. O meio
 1642 ambiente a maior parte das fontes são de uso exclusivo para o meio ambiente. Então tudo é
 1643 vinculado, mas na área da assistência social não é. Então eu quero falar disso porque é
 1644 importante mesmo. Mass aí a gente faz um esforço e tentar trazer o desenho para todo
 1645 mundo entender melhor também. **SIMONE:** Isabela. E depois é a Marta Elisabete. **ISABELA:**
 1646 Eu queria só complementar um ponto também que é importante para esclarecimento do
 1647 Conselho. A Simone já mostrou aqui mais cedo a questão do atraso da parcela do piso fixo
 1648 e da série histórica que vocês já sabem. No ano passado a gente fez a execução
 1649 orçamentária das parcelas do piso, então elas foram liquidadas. Ou seja, não traz prejuízo
 1650 para o orçamento desse ano. Então o orçamento eu está ali de R\$ 54.000.000.00 (cinquenta
 1651 e quatro milhões) não é prejudicado por causa dos atrasos. Os atrasos vão ser reembolsos
 1652 financeiros, eles não implicam em execução orçamentária, assim como na série histórica.
 1653 Esse ano nós estamos negociando a liberação do financeiro tá? É só pra deixar esse ponto
 1654 tranquilo. Só pegando um gancho aqui na fala do Léo, eu acho importante que seja trazido
 1655 para as discussões. Você já falou isso outras vezes e a gente precisa em uma estratégia
 1656 para isso, de ver como que está o FEM no Estado; Como que está a arrecadação do FEM;
 1657 Como que está a destinação do recurso do FEM dentro do Estado... A assistência social
 1658 tem essa fonte, mas e as outras ações que recebem o recurso do FEM? Como é que está
 1659 isso? Eles estão conseguindo executar? Eles estão com a mesa dificuldade que a gente a
 1660 respeito da execução? Eu acho também que é um ponto importante para qualificar o nosso
 1661 debate aqui. **SIMONE:** Conselheira Marta Elisabete. **MARTA ELIZABETE:** Eu queria pedir
 1662 para os colegas do planejamento e da fazenda ajudar a esclarecer um pouco essa coisa que
 1663 todo mundo sabe e que está na mídia sobre a dificuldade financeira. Eu acho que isso é real.

1664 No caso aqui da assistência social eu fiquei pensando nos compromissos e recursos, por
 1665 exemplo, sobre o que aconteceu lá em Mariana, com a SAMARCO, se eles estão pagando,
 1666 esse dinheiro está chegando no Estado, se isso está tendo algum direcionamento...
 1667 Essa questão de fazer o orçamento e falar pra todo mundo eu falo assim “oh gente! vai ficar
 1668 tudo bonitinho! Mas isso não significa que o dinheiro vai ser depositado na sua conta.” Eu
 1669 não sei se vai ser assim o resto da vida, eu não sei se alguém no mundo enfrenta isso, se
 1670 assim que tem que na eternidade... Eu acho isso esquisitíssimo! Então tem alguma coisa
 1671 errada também! Por que não trabalha em cima do real? Daquilo que realmente pode contar?
 1672 Eu fico me perguntando. Então eu acho até para dirimir algumas dúvidas quem é do
 1673 planejamento e da fazenda podia esclarecer pra gente. Eu acho que é tudo muito
 1674 fragmentado! A gente fica sem elementos às vezes para fazer as discussões mais
 1675 aprofundadas. Nós descobrimos que muitas coisas que foram feitas pela secretaria de
 1676 segurança pública de administração prisional saem de dentro da saúde, o quê que significa
 1677 isso? **SIMONE:** Conselheiro Wilson. **WILSON:** Essa questão da escassez dos recursos
 1678 públicos, na hora de dividir em todas as pastas, são coisas até acadêmicas, todo mundo
 1679 sabe disso, não é? E hoje tem um grande problema... Você é da saúde e sabe disso! Quando
 1680 uma pessoa se sente prejudicada ela entra na justiça e o juiz bloqueia o dinheiro. Então
 1681 assim, mensalmente o Estado trabalha com uma previsão de arrecadação que a crise
 1682 interfere de forma negativa, no sentido de fatores novos surgirem. E diante da escassez... É
 1683 lógico que a gente trabalha com uma previsão máxima possível para que esses recursos
 1684 sejam menos escassos ainda. A gente tem um dado hoje que é esse grande problema da
 1685 judicialização financeira. O Estado não tem opção! O dinheiro é bloqueado. O juiz manda
 1686 bloquear o dinheiro e pronto e acabou! Então por mais que tenha orçamento, por mais que
 1687 tenha moderação de cota, na hora de pagar o dinheiro tem que estar no caixa. O Estado já
 1688 teve transmissão parada, entendeu? Aconteceu a transmissão de todos os órgãos e não
 1689 tinha o dinheiro para pagar. Então, por mais que a gente queira, por mais que o Estado queira
 1690 honrar os compromissos, não adianta! A gente tem que pensar como se fosse a nossa
 1691 própria vida financeira. Todos nós fazemos previsões que não se concretizam, não é
 1692 mesmo? O que eu posso afirmar que... Isso não é meu trabalho. Eu trabalho na fazenda,
 1693 mas não é meu trabalho, eu trabalho com conciliação bancária. Mas eu vejo o meu
 1694 superintendente se empenhando muito para conseguir honrar esses compromissos, sabe?
 1695 A questão da folha de pagamento... Eu vejo um esforço! As pessoas estão trabalhando até
 1696 às 19h, 20h. Então eu vejo muito esforço nesse sentido, mas existem fatores que independem
 1697 da gente. **SIMONE:** Léo. **LEONARDO LADEIRA:** Marta tem duas coisas aí que eu não
 1698 entendi o propósito na sua fala. A primeira coisa é que, o que aconteceu em Mariana não tem
 1699 nada a ver com a assistência social tá? O acidente... Acidente, não! O crime de Mariana ele
 1700 é tratado no meio ambiente e mesmo assim o Estado não paga nada não. É a empresa que
 1701 tem que pagar! O Estado é vítima igual às vítimas do desastre. **VOZ AO FUNDO.**
 1702 **LEONARDO LADEIRA:** Não! Porque é uma questão judicial, está no âmbito que o Wilson
 1703 falou. Eles constituíram uma ação, estão lá fazendo um tanto de serviço... Ou seja, gastando
 1704 com a população e querendo que esse dinheiro já seja considerado o pagamento. O MP não
 1705 aceita, a justiça ainda não se pronuncia... É tudo complexo ainda, mas não tem nada a ver
 1706 com o dinheiro da assistência social. Você falou do orçamento do sistema prisional usado da
 1707 saúde, eu também não consigo vislumbrar nenhuma possibilidade. No caso, você tem
 1708 especificar o que é realmente e falar. Tem alguma discussão... **VOZ AO FUNDO.**
 1709 **LEONARDO LADEIRA:** Tá! Mas aí não é porque ele liga na saúde mental não? **SIMONE:**
 1710 Gente! **LEONARDO LADEIRA:** É! É outro caso também. Eu acho que essas coisas a gente
 1711 sempre pode resolver, desde que detalhe pra gente achar a explicação. **SIMONE:** Vamos
 1712 tratar a questão... O que a conselheira Marta nos coloca é a estranheza do comprometido
 1713 sem o efetivado. É essa a questão! Agora, eu acho que a Marta também que... O Wilson tem
 1714 colocado isso aqui, eu tenho colocado isso aqui, o Léo também tem colocado, que a gente
 1715 tem feito o que está na nossa governabilidade, e isso não é pouco. Isso também eu quero

1716 reforçar. No ano passado os gestores estaduais e municipais ficaram até o mês de outubro
 1717 muito apertados, porque o governo federal não tinha sequer previsão orçamentária para
 1718 pagar os Estados e o municípios. Então pelo menos isso dá uma certa tranquilidade. Eu sou
 1719 ordenadora de despesa, então eu fui lá, me responsabilizei e liquidei a conta. Isso significa
 1720 o quê? VOZ AO FUNDO **SIMONE**: Quem um dia vai pagar. E se não pagar eu estou lascada!
 1721 Eu posso pagar inclusive com os meus próprios bens, assim como foi lá com o secretário de
 1722 saúde, porque ele se responsabilizou. Isso está na minha governabilidade? Está! E me
 1723 arrisquei em fazer isso? Sim! Sim! E houve um reconhecimento... Isso também eu quero
 1724 deixar aqui! Houve uma solidariedade de reconhecimento da secretaria de planejamento e
 1725 de fazenda, por quê? O limite é em cima do quê? Do liquidado! Graças a Deus! Senão eu
 1726 “ó”. Desculpa Marta! Desculpa gente! Eu só faço isso porque é sexta-feira ou quando o
 1727 assunto é orçamento! RISOS **SIMONE**: Isso aqui tem que ficar claro aqui no Conselho. A
 1728 gente, de fato, estamos nos responsabilizando, sabe Marta? A gente passou apertado! A
 1729 Isabela mesmo sabe disso! Foi um perrengue danado no ano passado! Mas estamos aí! A
 1730 Isabela já reforçou que, o que a gente liquidou, não influenciar no orçamento desse ano. O
 1731 governo assumiu que a gente liquidou. Isso é muito importante ser dito aqui. Agora, as outras
 1732 questões, nós também estamos discutindo. Tem problema para tudo e qualquer lado: tem o
 1733 transporte escolar que está sem pagar, tem as ofertas da saúde mental sem pagar... Tem
 1734 muita coisa! Mas eu também quero dizer que a assistência social está na prioridade do
 1735 governo, isso é importante também. Vocês sabem como é! Todo mundo fala assim “quando
 1736 corta, corta só na assistência.” Não! E isso eu tenho muito orgulho em dizer aqui. Agora, o
 1737 financeiro gente... Aí já é o governo como um todo. Isso é um problema do governo e nós
 1738 estamos dispostos a ajudar a resolver. Marta você faz um alerta importante pra nós, tem que
 1739 ter essa preocupação mesmo, porque senão vai ficar insuportável tanto para os Estados,
 1740 quanto para os municípios e estruturarem o SUAS no Estado. Eu compreendi e te agradeço
 1741 por nos provocar e apertar. Apertar é bom! Política é igual feijão, só funciona na pressão!
 1742 RISOS. **SIMONE**: Não é assim, Marta? É bom pressionar mesmo. VOZ AO FUNDO.
 1743 **SIMONE**: Eu não entendi nada, Marta! Mas também não quero entender nada! Obrigada.
 1744 RISOS. VOZ AO FUNDO. **SIMONE**: Mas eu acho gente muito importante fazer esse debate
 1745 para a conferência nacional, viu Léo! Eu acho que vocês podem dar uma contribuição
 1746 importante. Lá na SEDESE surgiu essa discussão, inclusive com os repasses lá da... Como
 1747 que chama aquela rubrica das PCH? VOZ AO FUNDO **SIMONE**: Da fonte 29 (vinte e nove).
 1748 Esse debate está lá. Você tem toda a razão! Porque se não vai chegar ao final do ano, na
 1749 hora da gente fazer o monitoramento e mostrar para a sociedade, você não consegue
 1750 explicar porque não tem acordo nem internamente sobre essa discussão. Então eu acho que
 1751 é muito importante. Mais alguém gente? Então muito obrigada, Isabela e comissão. VOZ AO
 1752 FUNDO. **SIMONE**: Por favor, Isabela, no microfone. **ISABELA**: Gente, eu vou pedir licença.
 1753 Eu tenho que ir para uma outra reunião. Aí é só pra justificar, tá bom? Até a próxima
 1754 plenária. **SIMONE**: Muito obrigada a todos. A gora eu vou passar para a coordenadora da
 1755 comissão de política, Marta Silva, para que ela possa proceder o relato da comissão de
 1756 política. **MARTA SILVA**: Boa tarde a todos (as). Ontem a comissão de política contava com
 1757 a presença da Érica, pelo CRP; Minha, pela SEDESE; Da Rosilene, pelo CRESS; E, da
 1758 Sandra, pelo SINTIBREF. O Luiz George a gente está tentando um segundo contato com
 1759 ele, porque no mês passado ele teve um problema de saúde. Ele estava internado. A gente
 1760 está tentando verificar o que aconteceu nesse mês também, inclusive porque temos um
 1761 carinho muito grande por ele. Nós tivemos o apoio da técnica Adelmira e da estagiária Misley.
 1762 Eu queria contar um segredo pra vocês, hoje é aniversário da Misley tá! VOZ AO FUNDO.
 1763 APLAUSOS. **MARTA SILVA**: Voltando para o relato. Ontem a comissão teve como pauta
 1764 comum com a comissão de apoio aos Conselhos. A plenária aqui do Conselho pediu para
 1765 que as comissões se debruçassem as estratégias para a resistência, considerando a não
 1766 adesão do CEAS no indicativo do Estado não aderir ao programa Primeira Infância. A
 1767 plenária extraordinária de janeiro colocou alguns pontos para que as comissões se

1768 debruçassem. E aí nós retomamos esses pontos ontem. Eu acho que a gente não precisa
1769 voltar no relato deles. Mas eu gostaria de ir direto aos encaminhamentos, porque aí eu acho
1770 que fica um relato mais conciso. E aí eu peço para o coordenador da comissão de apoio aos
1771 Conselhos que me ajude a recuperar se gente tiver tido um registro não devido, tá Isaque?
1772 Como encaminhamentos nós verificamos que a gente estava enquanto data muito próximos
1773 do dia 24 (vinte quatro) desse mês, que é a data final para os Conselhos Municipais também
1774 se manifestarem sobre a adesão. Hoje cedo a gente teve um balanço de como é que está o
1775 processo no Estado de Minas Gerais. E aí, com todas essas informações... Vocês querem
1776 que recuperem? 214 (duzentos e quatorze) aderiram o aceite do Conselho Municipal; 43
1777 (quarenta e três) municípios não aderiram, mas a gente ainda não sabe se é porque não foi
1778 feito o aceite. Então possivelmente a gente vai fazer uma ação incisiva sobre esses; 180
1779 (cento e oitenta) não aderiram. Então é importante que a gente também tenha estratégias
1780 diferenciadas para as situações diferenciadas. Então com relação ao encaminhamento que
1781 as duas comissões estão trazendo para a plenária é: que este Conselho indicasse 05 (cinco)
1782 conselheiros pra fazerem uma gravação a respeito do não aceite do programa pelo Conselho
1783 Estadual e da motivação que levou este Conselho a não fazer o aceite, que estão expressos
1784 tanto na resolução, quanto na nota técnica; Que isso tenha uma linguagem mais acessiva
1785 para o público geral e para os conselheiros municipais, porque às vezes eles estão com
1786 dificuldade em conseguir interpretar as notas e as resoluções; E que seja disponibilizado na
1787 rede, no youtube e encaminhado para os Conselhos Municipais, inclusive para os Conselhos
1788 que já fizeram a adesão para que eles possam reverter isso. Então também pode ser uma
1789 estratégia. A gente identificou que a gente iria fazer isso de forma muito amadora, porque a
1790 gente queria de forma rápida. A conselheira Roseane lembrou a gente o quanto isso era
1791 importante acessibilidade, legenda ou libras para as pessoas com deficiência pudessem
1792 acessar. Nós justificamos pra ela que nós não temos como fazer isso pois a gravação do
1793 vídeo e a edição foram feitas de forma simples amadora, mas eu acho que o Conselho nas
1794 próximas atividades depois tem que prestar atenção pra isso também. Então fica registrado
1795 isso. Outro encaminhamento: divulgar o ciclo de eventos no CRP, onde no dia 22 (vinte e
1796 dois) vai haver um debate às 19hs sobre a implicação do programa Criança Feliz na política
1797 de assistência social. A transmissão desse debate vai ser ao vivo no facebook do CRP.
1798 Então é pra gente divulgar isso também para os Conselhos Municipais para que eles possam
1799 também assistir e se informar. O CRP está abordando esse tema não só para a categoria de
1800 psicólogos, ele vai abordar o tema de forma ampla e interdisciplinar. Então os outros
1801 trabalhadores das outras categorias de formação também podem acessar e discutir isso.
1802 Então para os trabalhadores também é muito importante. O outro encaminhamento:
1803 encaminhar ofício a coordenadoria da criança e do adolescente da Secretaria de Estado de
1804 Participação e Cidadania, dando ciência sobre a nota técnica do Conselho Estadual e
1805 solicitando que aquela coordenadoria adote os encaminhamentos necessários para a criação
1806 de um Comitê Estadual de Apoio ao Marco Legal da Primeira Infância. Isso foi o que nós
1807 acordamos neste Conselho, a não adesão ao programa não implicava que iríamos fazer
1808 observâncias ao marco legal e a legislação federal. Então nós vamos fazer um movimento
1809 no Estado. E por que a coordenadoria? Exatamente pela função dela e poder organizar e
1810 coordenar chamando de forma mais intersetorial pra' gente poder fazer o fomento disso no
1811 Estado; Enviar ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente o ofício dando
1812 conhecimento da resolução e da nota técnica do CEAS, solicitando informações sobre que
1813 ações e iniciativas que aquele Conselho tem realizado de forma a tratar o assunto
1814 intersetorialmente e como ele tem tratado e visto o marco legal também; Enviar ao Conselho
1815 Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente também um ofício propondo uma agenda
1816 comum entre os dois Conselhos: CEAS e CEDCA em torno da Primeira Infância. Lembrando
1817 que o CEDCA já se manifestou em nota público contrário ao programa; A mesa diretora do
1818 CEAS convoca uma reunião com o outros Conselhos Estaduais para que a gente discuta a
1819 Primeira Infância, o marco legal e a nota técnica e a resolução do Conselho Estadual,

1820 exatamente pra gente trabalhar Interconselhos a questão da Primeira Infância; Fazer um
1821 ofício aos outros Conselhos Estaduais de outros Estados do país informando sobre o
1822 posicionamento e estratégias que o CEAS/MG tem adotado em relação a Primeira Infância
1823 encaminhando a nota técnica e dizendo das justificativas a nossa não adesão ao programa.
1824 E especificamente ao CEAS/Alagoas nós queremos que além de dar conhecimento disso,
1825 este Conselho Estadual mencione que nós lamentamos o fato e o processo de ingerência
1826 sobre o controle social que ocorreu naquele Conselho e que levou na saída da presidente
1827 do Conselho Estadual daquele Estado. A gente acha que esse Conselho Estadual precisa
1828 apoiar o controle social e denunciar a ingerência que houve lá; Articular com os Fóruns de
1829 Trabalhadores para que eles divulguem a posição do Conselho Estadual nos CMAS,
1830 considerando que esses trabalhadores são estratégicos neste processo nos Conselhos
1831 Municipais para que não se repita o fato que vimos no Conselho de Alagoas. Os profissionais
1832 tiveram dificuldade de se posicionarem; Encaminhar ofício ao FONSEAS dando
1833 conhecimento da posição do CEAS. Quem sabe também a gente ajuda a sensibilizar os
1834 outros gestores sobre isso; Encaminhar ofício ao FONACEAS pedindo na pauta do mês de
1835 março que seja pautada uma discussão sobre o programa e que ele também faça uma
1836 articulação e respaldo a todos os Conselhos Municipais que tem se posicionado sobre isso.
1837 Do que nós temos conhecimento, são apenas 03 (três) Estados que estão nesse movimento:
1838 Minas Gerais, Pernambuco e Santa Catarina. Então os encaminhamentos são esses. Eu
1839 peço que algum membro ou o coordenador da outra comissão nos ajude caso o relato de
1840 encaminhamento esteja faltando mais alguma coisa. **ISAC:** Só faltou falar que, nas
1841 orientações com os Conselhos e com os gestores municipais, fosse salientada a questão
1842 financeira e a perspectiva financeira do programa. **MARTA SILVA:** Ok. **SIMONE:** Volney.
1843 **VOLNEY:** Eu acho oportuno a gente encaminhar uma correspondência para o CAO da
1844 infância, por quê? Alguns municípios que estão ligados a algumas comarcas poderão aderir
1845 ao programa e outros não. E também para que o promotor daquela comarca esteja ciente do
1846 porque alguns municípios aderiram e outros não. Então eu acho muito oportuno mandar para
1847 o CAO da infância. **MARTA SILVA:** Só recuperando conselheiro. Na plenária do mês de
1848 janeiro o encaminhamento de forma imediata era para o CNAS e o CAO. Então a secretaria
1849 executiva já encaminhou essas informações tá? **SIMONE:** Então vamos para o ponto dois.
1850 **MARTA SILVA:** Ok. É com relação ao relatório de gestão da SEDESE que a subsecretaria'
1851 trouxe. A gente já encaminhou para todos os conselheiros estaduais. Todos os conselheiros
1852 estaduais tiveram acesso ao relatório. A comissão se debruçou sobre o relatório, fez uma
1853 leitura minuciosa do relatório. O relatório ainda traz uma estrutura bem próxima ao relatório
1854 de 2014 para tentar facilitar o comparativo entre os 02 (dois) anos. No entanto, a própria
1855 comissão indica que Conselho Estadual precisa discutir e aprofundar um pouco melhor quais
1856 os parâmetros, os modelos e qual método o Conselho Estadual vai atender para fazer a
1857 análise do relatório de gestão. Não existe uma resolução e não existe nenhum modelo
1858 estabelecido para isso. Então a comissão depois vai trazer para este Conselho e tentar
1859 construir o modelo e os parâmetros para o Conselho fazer essa análise. No próximo relatório
1860 à comissão sugeriu que a gente também trouxesse as informações relativas a gestão do
1861 trabalho e as informações sobre as entidades. A gente sabe que no relatório 2016/2017
1862 esses assuntos vão começar aparecer. Então foi recomendado isso também. Embora a
1863 gente tenha feito um esforço para trazer os dados de toda a rede, dos CRAS, dos CREAS,
1864 de todo o sistema, também solicitamos que o relatório demonstrasse os avanços e que
1865 indicasse também os desafios. E que se já tivessem sido construídos, trazer alguns
1866 indicadores para o monitoramento do relatório pelo Conselho. E aí a gente já sabia que
1867 tínhamos proposto isso. Então a secretaria já tinha feito essa avaliação e já demonstrou para
1868 a comissão a sua preocupação de que o próximo relatório seja muito mais no sentido de
1869 comparação e balanço e tão menos discutível. E por fim, a comissão recomenda pela
1870 aprovação do relatório de gestão do ano de 2015 por essa plenária. E já trouxemos uma
1871 minuta de resolução para poder ser submetida essa plenária. **SIMONE:** Em discussão.

1872 Podemos passar então para a resolução? Então vamos fazer a leitura da resolução, Marta.

1873 **MARTA SILVA:** É uma resolução simples que dispõe sobre o relatório de gestão do exercício

1874 de 2015 da Subsecretaria de Assistência Social da Secretaria de Estado de Trabalho e

1875 Desenvolvimento Social. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais –

1876 CEAS/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual de 12/262 de 23

1877 de julho de 96; pela NOB SUAS; e considerando que o relatório de gestão é uma ferramenta

1878 de prestação de conta as instâncias de controle; e que a deliberação da 209ª (ducentésima

1879 nova) plenária ordinária ocorrida em 17 de fevereiro de 2017, resolve: Fica aprovado o

1880 relatório de gestão referente ao exercício de 2015 da Subsecretaria de Assistência Social da

1881 SEDESE. Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação. Belo Horizonte.

1882 Simone, presidente do Conselho Estadual. **SIMONE:** Podemos votar? Então os conselheiros

1883 aptos a votarem, por favor. Os conselheiros favoráveis a resolução eu dispõe sobre o

1884 relatório de gestão do exercício de 2015 da subsecretaria de assistência social da SEDESE,

1885 por favor, levantem os crachás. Podem abaixar. Contrários; abstenções. Então foi aprovada,

1886 por unanimidade, a resolução. Muito obrigada, conselheira Marta. Agora nós vamos passar

1887 para a comissão de normas. **VOZ AO FUNDO. SIMONE:** A conselheira Cristiane está

1888 fazendo uma pergunta importante, Marta. A comissão produziu um manifesto para ser lido e

1889 discutido aqui? Não! Então vamos fazer o seguinte, a secretaria executiva... **MARTA SILVA:**

1890 Deixa eu só esclarecer se o meu relato não ficou claro. Não é um manifesto específico. Nós

1891 vamos mandar para todos os Conselhos Estaduais. E no caso de Alagoas haverá um relato

1892 fazendo menção a essa situação específica de Alagoas. No ofício haverá a expressão desse

1893 desagrado do Conselho Estadual. **SIMONE:** Ok conselheira Cristiane? Então vamos para o

1894 relato da comissão de normas. Conselheira Volnei. **VOLNEY:** Estiveram ontem na comissão

1895 a Joseane, o Rodrigo, eu e o William. Ponto número um: continuação da avaliação de

1896 denúncia dos atingidos pela PCH Brito no município de Ponte Nova. Considerações técnicas:

1897 A PCH Brito, que é de responsabilidade da Novellis, estava prevista a ser instalada no curso

1898 do rio Piranga no município de Ponte Nova, com potência prevista para gerar 23 (vinte e três)

1899 megawatts e previsão de atingir 13 (treze) estabelecimentos agropecuários, sendo 02 (dois)

1900 de propriedade da empreendedora. O PAS/ Barragem da PCH Brito foi aprovado por meio

1901 da resolução CEAS 271 de 2009, em 25/11/2009. Desde então, a Novelis vem protocolando

1902 os relatórios de atividades realizadas em cumprimento ao PAS. A PCH obteve a sua licença

1903 de instalação junto ao Conselho Estadual de Política Ambiental Regional e no COPAM em

1904 22/03/2010, mas aguardava a emissão do ato autorizativo pela ANEEL, a fim de conceder a

1905 Novelis o direito da construção e operação da referida PCH. Conforme informação do ofício

1906 protocolado pela Novelis no CEAS em 30/06/2016, o prazo de validade da LI se expirou em

1907 22/03/2016. A legislação vigente não permite nova prorrogação, não sendo mais legalmente

1908 possível se construir a usina, não justificando a continuidade de execução do PAS. Assim, a

1909 empreendedora solicitou ao CEAS revogação da resolução que aprovou o PAS. Para avaliar

1910 o cancelamento da resolução, o CEAS por meio do ofício CEAS 142/2016, de 07/07/2016,

1911 solicitou ao empreendedor informação da posição final e atual das negociações das 13

1912 (treze) propriedades que seriam atingidas pelo empreendimento. Em 11 de outubro de 206

1913 os atingidos apresentaram denúncias contra o empreendedor em relação os seguintes

1914 aspectos: o processo de negociação desconsiderou os investimentos e benfeitorias

1915 realizadas no local; O processo de requerimentos e manifestações se arrastam a mais de 07

1916 (sete) anos sem solução; O processo foi tratado sem a devida atenção e com descaso aos

1917 proprietários. Já o empreendedor em resposta ao ofício CEAS 142/2016 informa a posição

1918 das negociações das 13 (treze) propriedades, e que a concessão da PCH Brito foi extinta

1919 pela ANEEL de acordo com a resolução autorizativa 5556 de 17 de novembro de 2015. Desta

1920 forma, a Novelis, não está apta para dar seguimento soa investimentos anteriormente

1921 previstos. Acrescenta a informação que a empresa planeja fazer uma desmobilização

1922 programa das atividades relacionadas a este empreendimento. Para apuração foi realizada

1923 visita aos atingidos e reunião com o empreendedor Novellis no dia 17/11/2016. Nessa visita

1924 que eu estive lá com a técnica Rosalice. O CEAS encaminhou ofício com todas as
 1925 pendências para que a empresa apresentasse solução até o dia 13/02/2017 na data
 1926 proposta. Eu estive lá no mês 11 (onze), então nós demos 90 (noventa) dias para que ele
 1927 apresentasse uma resposta pra gente. No documento de resposta o empreendedor ressalta,
 1928 como já informava anteriormente, que a concessão dessa usina foi extinta pela ANEEL de
 1929 acordo com a resolução autorizativa 5556 de 17/11/2015. E assim, o projeto de ampliação
 1930 da PCH Brito de 2 (dois) megawatts para 23 (vinte e três) megawatts não teve condição de
 1931 ir adiante, e que ainda não tem um equipe em campo para o atendimento local e continuidade
 1932 do cumprimento das ações envolvendo alguns casos que assim justificam. Conforme os
 1933 dados apresentados na resposta do empreendedor, dos 07 (sete) casos apresentados com
 1934 pendências, uma não foi caracterizada como pendência, visto que a negociação foi concluída
 1935 em 2006 e anterior ao PAS. O empreendedor alega não ter pendências, mas para a avaliação
 1936 da estrutura da casa: uma está na justiça esperando o julgamento; Uma o empreendedor
 1937 alega não ter pendências, porém se dispôs a negociar um acordo com o atingido; E as 03
 1938 (três) restantes o empreendedor reconhece a pendência. O encaminhamento que nós
 1939 geramos para ser deliberado pela plenária: mesmo com as respostas do empreendedor são
 1940 necessários alguns encaminhamentos: retornar por correspondência aos 07 (sete) atingidos
 1941 enviando cópia da resposta do empreendedor e informar que o CEAS continuará
 1942 monitorando até a conclusão das pendências. Ou seja, se nós estivemos visitando in loco,
 1943 eu acho que é necessário que este Conselho tem que dar uma resposta aos atingidos; Enviar
 1944 correspondência a empresa Companhia Interna Integra – CII, atual proprietária da antiga
 1945 PCH Brito que gera energia desde 52 (cinquenta e dois), informando as pendências que
 1946 estão no entorno da barragem que envolve funcionários aposentados inativos dessa usina
 1947 hidrelétrica; Comunicar ao CMAS de Ponte Nova as pendências, e solicitar o seu
 1948 acompanhamento em especial a situação de um casal de idosos que estavam praticamente
 1949 situação de distanciamento da vizinhança. Isso eu pude comprovar in loco. Então eu acho
 1950 necessário que o Conselho faça esse acompanhamento para encaminhar para o CRAS para
 1951 que sejam acompanhados; Esclarecer com a Novellis por meio de correspondência a
 1952 previsão da conclusão da negociação com os idosos. A Novellis diz que pode firmar um
 1953 acordo na negociação com esse casal de idosos. Então que a Novellis reporte este Conselho
 1954 qual é a conclusão dessas pendências aí; Caso confirmado os problemas na estrutura da
 1955 casa de uma família de moradores por seção conforme denunciado, questionar quem será
 1956 responsável pela reforma: Novellis ou a CII. Foi uma residência que nós estivemos, a família
 1957 alegou que a residência apresenta questões estruturais. Então a Novelli está dizendo que
 1958 vai mandar um técnico para fazer essa avaliação. Tudo bem! Foi constatado que será preciso
 1959 fazer o repasse, quem será o responsável: o empreendedor anterior ou o atual? A gente vai
 1960 deliberando por ponto? Eu acho melhor porque os outros pontos são longos. O que vocês
 1961 acham? VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** Exato. Eu também acho. Alguma dúvida gente? Não?
 1962 Está tudo ok? Então o encaminhamento pode ser pela aprovação dos nossos
 1963 encaminhamentos? VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** Não. A resposta é por correspondência. Eu
 1964 acho que é uma questão de respeito com os atingidos. Ok gente? **SIMONE:** Eu acho que ok
 1965 Volney. **VOLNEY:** Tá. E aí além de estar relatando, eu estive lá. Então eu vi bem de perto
 1966 essa situação. Então ok. Ok Rosa. Ponto número dois: areiros da UHE Barra de Braúna.
 1967 Em outubro e novembro de 2016 o CEAS realizou a avaliação do programa de reativação
 1968 econômico implantado em Laranjal para atender as famílias atingidas pela UHE Barra de
 1969 Braúna, objetivando apurar denúncia de um vereador local a respeito do plano que, segundo
 1970 denunciante, aquela agremiação não viu nem de perto qualquer benefício a justificar o
 1971 objetivo de recursos financeiros então repassados para a associação. Durante a visita esse
 1972 relator vos fala que também esteve em Laranjal. Durante a visita foi constatado de modo
 1973 geral que todos estavam satisfeitos com os resultados obtidos com a cooperativa. Porém,
 1974 durante as entrevistas, houve a denúncia de pendência em relação aos areiros. Segundo
 1975 informações a empresa Brookfield, empreendedora da UHE Barra de Braúna, instalaria um

1976 areal na região, porém isso não foi cumprido. Em consulta ao termo de acordo assinado em
 1977 abril de 2012 entre a Brookfield e atingidos verificou-se que esse acordo não constava entre
 1978 as propostas do programa de reativação econômica. Para verificar essa situação, solicitamos
 1979 ao empreendedor informações dessa negociação. Em resposta datada do dia 15/02/2017 a
 1980 Barra de Braúna Energia AS informou que, em que pese o caráter genérico das imputações
 1981 os atingidos, cumpre destacar que todos os atingidos proprietários de areas foram
 1982 regularmente indenizados por suas propriedades com respectivos lucros cessantes. Na
 1983 mesma forma, os trabalhadores desses empreendimentos receberam além das indenizações
 1984 da perda do posto de trabalho, bolsas de auxílio durante um ano. Ofertamos ainda a
 1985 oportunidade de participar dos projetos de reativação econômica acompanhada da
 1986 capacitação quando necessária. O encaminhamento: solicitar aos areeiros documentos que
 1987 registraram o acordo firmado com o empreendedor, visto que não consta nas propostas de
 1988 instalações um novo areal no programa de reativação econômica arquivado no processo do
 1989 CEAS. Lembramos a plenária que essa pendência dos areeiros já foi informada ao MP da
 1990 comarca de Ubá em dezembro d'e 2016. Essa foi uma resposta que nós demos ao MP:
 1991 mesmo não constando a sua negociação no termo de acordo assinado em abril de 2012,
 1992 durante a reunião dos representantes do CEAS com os operários no dia 23 de novembro de
 1993 2016 na sede do programa de reativação econômica, houveram informações que as
 1994 negociações com os areeiros não foram cumpridas pelo empreendedor estando nessas
 1995 pendências. Porém o CEAS no seu processo os aspectos que foram oficialmente negociados
 1996 para reposição do trabalho dos areeiros, a não ser o que foi informado na referida reunião.
 1997 Ou seja, não tem documentação nenhuma anexada ao processo. Você gostaria de
 1998 completar, Rosa? VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** Oi? VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** Exatamente!
 1999 Nós estamos solicitando ao grupo de areeiros que nos comprovem isso. Nós não temos nada
 2000 nos autos, então nós vamos aguardar. Está claro gente? VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:**
 2001 Aguardar a documentação, Marta. Isso mesmo. Aprovado gente? Alguma dúvida? Alguma
 2002 pergunta? Aprovado? Ok Rosa. Ponto número três: denuncia do morador do município de
 2003 Jequitaiá. **PARTE 6 SIMONE:** (...) Ele se inscreveu de novo. Dá o microfone pra ele aí, por
 2004 favor, gente. **WILLIAM CMAS BH:** Gente, os dois argumentos são muito fortes, não é? Tanto
 2005 para um, quanto para outro. Eu não estou aqui querendo recompor a minha fala, porque eu
 2006 achei muito interessante a idéia. Agora, o argumento já é forte demais! Eu acho que é
 2007 importante a gente não decidir isso aqui agora. Eu também concordo. Eu concordo com o
 2008 Volney. Eu acho que a gente pode retomar as bases, conversar com outras pessoas... Às
 2009 vezes a gente também decide uma coisa no calor das ideias e depois a gente pode até
 2010 repensar. Então essa é a minha posição. Agora eu queria falar outra coisa com relação a
 2011 essa questão de custos. Vocês citaram aqui a dificuldade de se encontrar um local para
 2012 executar esse evento, não foi isso? Eu queria entender do órgão gestor como que é o
 2013 contrato do EXPOMINAS. Eu queria saber. Lá é um espaço público que é utilizado pra fazer
 2014 shows, pra fazer feira... E a gente não tem um espaço para realizar uma conferência. É uma
 2015 crítica gente! Todo o dia que eu passo lá em frente tem uma placa de todo o tamanho
 2016 anunciando que tem uma feira sobre um produto tal lá. Eu não eia finalidade jurídica do
 2017 EXPOMINAS, mas eu gostaria de um esclarecimento em relação a isso. Será que não seria
 2018 uma alternativa? O quê que poderia ser negociado com o governo em relação a isso?
 2019 **SIMONE:** Obrigada, conselheiro William. Não tem mais nenhum conselheiro inscrito, então
 2020 eu vou tentar esclarecer aqui... Você inscrito, não é Volney? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:**
 2021 Pois não. **VOLNEY:** Na organização da última conferência nós tivemos uma falha que até o
 2022 Ronaldo apontou e que eu acho que foi muito interessante. A gente de repente delibere uma
 2023 extraordinária só pra definir conferência, porque aí se discute isso o dia todo e “mata” o
 2024 negócio de uma vez só, sabe Simone? Você lembra como que foi a última? Porque aí fica o
 2025 dia inteiro, define isso e pronto e acabou, entendeu? VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** A gente
 2026 tira uma extraordinária só pra conferência! Você entendeu? **SIMONE:** É ter uma conferência
 2027 extraordinária ou uma reunião só de conferência? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Tá. Então

2028 como eu disse, eu vou tentar começar do final pra gente vê se a gente chega em um bom
2029 tom aqui. Eu vou pedir aos conselheiros atenção. Eu vou esperar os conselheiros se
2030 acalmarem, pra gente prestar atenção. Como todo se posicionou, então nós temos que
2031 coletivamente também achar os encaminhamentos. Eu acho que tem coisas que a gente tem
2032 que começar do começo. No ano passado nós trouxemos o programa Capacita SUAS aqui.
2033 E no ano passado a gente tinha um projeto para este ano de fazer 03 (três) cursos, porque
2034 nós não somos poucos ousados, não é? Nós somos muito ousados. Então a gente tinha a
2035 pretensão de fazer 02 (dois) cursos no ano passado e 03 (cursos) este ano. O Conselho fez
2036 uma resolução tirando qual o perfil que deveria participar do Capacita SUAS. O perfil que
2037 nós tiramos no ano passado para o curso do Capacita SUAS eram 02 (dois) conselheiros da
2038 sociedade civil e a secretária executiva, para o Capacita! Essa resolução está em vigor. Claro
2039 que se a gente estabelecer uma estratégia de junção, esses não podem ser os alunos do
2040 Capacita SUAS pelos os motivos que a conselheira Juanita levantou aqui e muito bem
2041 levantado. Isso se acontecer nós vamos ter que rever quem vai para a conferência e para o
2042 Capacita, certo? Essa é a primeira questão. A segunda questão que eu acho que é
2043 importante a gente esclarecer é que, aqui nós não estamos discutindo como que vai ser a
2044 conferência estadual. A conferência estadual nós não estamos discutindo aqui não, é a
2045 conferência estadual que está prevista para os dias 08 (oito), 09 (nove), 10 (dez) e 11 (onze)
2046 de outubro. Porque que está prevista essa data? Porque nós terminamos a conferência
2047 estadual e eu falei com a Consolação assim: “Consola, eu não quero passar por problema
2048 de local de conferência. Amanhã você chega lá e faça uma reserva para daqui há 02 (dois)
2049 anos.” Assim se passaram 02 (dois) anos! Vai passar, não é? Vai chegar lá! E aí qual é a
2050 data que tinha naquela época? Naquela época já só tinha 08 (oito), 09 (nove), 10 (dez) e 11
2051 (onze). Eu pedi pra ela “bota para o final, pelo amor de Deus!” Não tinha nenhuma data mais
2052 em outubro, há 02 (dois) anos atrás. Esclarecido? A outra questão também que eu quero
2053 esclarecer é com relação ao EXPOMINAS. Se o Cento de Convenção não tem data, muito
2054 menos o EXPOMINAS! O EXPOMINAS tem que se um negócio de 04 (anos). Sei lá quantos
2055 anos! Só para vocês terem uma idéia, a AMM faz. Para ela conseguir fazer o encontro dela
2056 lá ela tem que trabalhar nesse negócio no mínimo com 04 (quatro) anos de antecedência.
2057 Esse ano eles passaram um aperto danado! Não conseguiram fazer lá! Essa é uma questão.
2058 Porque realmente William, ele é o maior espaço que nós temos aqui em Minas Gerais. Ele é
2059 de fato o maior espaço. Por isso mesmo que... Eu posso reservar para daqui uns 04 (quatro),
2060 06 (seis) anos. Eu acho que merece. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** E é bem mais caro
2061 também. Eu vou entrar nessa parte, só vou explicar para o William. Não é fato só porque os
2062 locais serem públicos que a SEDESE pode ir lá e fazer a reserva. Ela pode fazer a reserva,
2063 mas ela não pode dizer que vai ser lá, porque nós temos que fazer licitação, inclusive se o
2064 lugar for público, a não ser que ele seja de graça! Se ele for de graça, aí tudo bem. Mas se
2065 tiver dinheiro, mesmo sendo público, a gente tem eu fazer o chamamento. Se for lá no Centro
2066 de Convenções nós vamos ter que explicar pra caramba para os órgãos de controle não
2067 questionarem. Nós vamos ter que provar que lá no MINASCENTRO estava lotado há 02
2068 (dois) anos atrás, vamos ter que provar uma série de questões pra gente conseguir contratar.
2069 Então tem a burocracia do serviço público, certo? Então também está esclarecido. Wilson,
2070 vamos entrar nas questões mais políticas colocadas aqui e que são muito importantes. A
2071 primeira coisa quando a gente estava discutindo a proposta para trazer pra cá... Eles foram
2072 me apresentar e nós fomos discutir. A primeira coisa que alguém levantou foi: e se essa
2073 conferência for o último dia todo mundo vai falar que a SEDESE está manipulando os
2074 conselheiros. E o Léo está coberto de razão! Coberto de razão! O risco é enorme, mesmo!
2075 Tem um alerta aí colocado. Por isso se a nossa proposta for pra conferência ser feita... Sei
2076 lá! No segundo dia a diante já é complicadíssimo. Porque gente? Porque nós estamos tendo
2077 o curso Capacita SUAS, mas também tem as opiniões no curso, tem as opiniões do
2078 professor, tem opiniões... Várias opiniões! O Capacita não é uma reprodução do conteúdo,
2079 ele é um debate também político. O Léo tem toda a razão. Então nós temos que tomar

2080 cuidado sim, mesmo! A outra questão que o Leonardo colocou aqui é com relação ao sentido
2081 da conferência. O sentido da conferência também nós temos que prestar muita atenção. Isso
2082 a gente não discutiu, mas essa observação que o Léo colocou aqui é muito importante.
2083 Depois eu vou voltar nela para todos refletirmos. Ele falou uma coisa muito importante, no
2084 debate da conferência municipal “um quase mata o outro” para tirar delegado. Não é assim?
2085 Tudo bem que a nossa experiência ela mostra muita coisa, mas que “um mata o outro para
2086 virar delegado” todo mundo sabe disso. Vocês imaginam quando “um tiver matando o outro
2087 lá” ganha pra ir pra conferência regional e fala assim: “eu só posso ficar um dia.” É isso que
2088 o Léo está chamando a atenção aqui. Eu acho que uma boa parte deste Conselho não quer
2089 tirar a política da conferência, nem pode. É o sentido dela. Então eu acho que é bastante
2090 pertinente essa questão. E se nós achamos pelos motivos colocados pelo Jaime que se a
2091 gente não encontrar alguma relação entre as duas coisas e que nós não vamos conseguir
2092 cumprir a agente deste ano, então nós temos que pensar nessa questão que o Léo colocou.
2093 Ele deu um conselho pra nós. Se eu fosse nós a gente obedecia, que é escutar os
2094 universitários. Eu tenho certeza de que nós vamos fazer uma bela conferência, como a gente
2095 sempre faz, porque esse Conselho tem a tradição de fazer isso aqui: discutir, discutir e
2096 discutir até chegar em um bom desenho. Então se você me permite Léo, eu já escutei, e
2097 gostaria de sugerir ao Conselho que a gente fizesse uma oficina no próximo pleno do
2098 Conselho convidando os universitários para discutir a nossa proposta, se vocês
2099 concordarem. Ele já deu 03 (três) sugestões aqui: a professora Eleonora, a secretaria de
2100 participação popular e a ALMG. Inclusive nós temos outros colaboradores também do
2101 controle, não está? Tem a Márcia Pinheiro, que está ajudando a gente no caderno, não é?
2102 Eu acho que a gente pode convidar pessoas que estudam o controle social. Nós vamos fazer
2103 uma oficina, viu Léo? Eu acho que é muito pertinente. Se a gente não tiver segurança, nem
2104 eu vou topa depois das questões que foram colocadas aqui. Nós temos que ter a
2105 tranquilidade de que nós não perderemos a dimensão política das conferências, ainda mais
2106 que esse Conselho transformou as conferências regionais em deliberativas. Se nós
2107 transformamos as conferências regionais em deliberativas, nós instituímos a política nela,
2108 não é? Então nós mesmo que instituímos isso. **LEONARDO LADEIRA:** É igual aquele
2109 negócio de pai Simone, se eu falei foi para o bem de vocês. Eu não gostaria de participar de
2110 um conselho tão sério como esse aqui e chegar depois á na rua, ouvir que manipulou tudo e
2111 que fez uma conferência manipulada. **SIMONE:** Nossa! Nem eu! Essa é uma questão e
2112 parece que todo mundo está concordando. Com a escuta que tivemos aqui nós vamos
2113 trabalhar e pensar e repensar a proposta. A outra questão eu gostaria de colocar aqui é com
2114 relação à questão que o William trouxe, pra mim complementada pela nossa queridíssima
2115 conselheira Marta Elisabete: o sentido dessa conferência. No ano passado quando eu vi o
2116 tema da conferência eu pensei assim: “isso só pode parecer brincadeira de mau gosto.”
2117 Porque William é uma conferência que o tema dela é “garantir direitos no fortalecimento do
2118 SUAS.” Aí me deu esse desânimo, que deve ter dado em você, nos companheiros... Eu
2119 pensei “não estou acreditando que nós vamos discutir um tema desses.” **VOZ AO FUNDO.**
2120 **SIMONE:** É isso aí! É por isso que é irônico. Mas William eu fiquei pensando que nós não
2121 podemos, nem devemos, abrir mão das conferências deste ano, nem que seja pra gente
2122 reafirmar o direito soco assistencial. Eu acho que essa conferência tem um sentido político
2123 muito importante. Nós vamos ter que entupir essas conferências! Nós vamos ter que fazer
2124 uma convocação talvez como a gente não tem feito há vários anos. Eu concordo com você,
2125 talvez não seja o ano de conferência. Mas se a gente for por aí, nós vamos é sair chorando
2126 todo mundo, porque dá uma tristeza tão grande pensar que nós vamos enfrentar agora a
2127 questão do BPC, vinculação ao salário mínimo, pensar que nós estamos discutindo depois
2128 do SUAS ofertas da saúde na assistência social, pensar que nós estamos discutindo o
2129 acompanhamento familiar... Isso é de doer na alma da gente! Não dá vontade mesmo de
2130 não ir para a conferência. Nós precisamos de pessoas que junte as pessoas para nós
2131 resistirmos. Então essa conferência só tem esse sentido. Eu concordo plenamente com você.

2132 Eu acho que nós vamos discutir muito o tema dessa conferência e como que vamos discutir
 2133 o tema dessa conferência. Consequentemente nós vamos discutindo com vocês qual é o
 2134 melhor formato. Eu acho que a direção de como que deve ser a conferência regional a gente
 2135 já discute na oficina do próximo pleno, está bom? **VOZ AO FUNDO. SIMONE:** Eu acho que
 2136 a extraordinária o Volney está nos chamando a atenção de uma avaliação que foi feita na
 2137 última da gente ter uma específica, não é? Porque a gente não teve na última. A gente quis...
 2138 Sabe aquela coisa de fazer tudo afoito? É isso que o Volney está nos chamando a atenção.
 2139 Essa questão nós podemos encaminhar assim gente? Então muito obrigada de verdade a
 2140 vocês. Eu agradeço muito a forma séria como a gente discute as questões aqui no Conselho
 2141 Estadual. E aí então nós vamos passar agora... **VOZ AO FUNDO. SIMONE:** Pois não!
 2142 **WILLIAM CMAS B H:** Eu só gostaria de pedir desculpas, porque eu vou ter que me ausentar.
 2143 Eu tenho um compromisso agora. É só pra eu comunicar pra vocês que, infelizmente, eu não
 2144 consigo postergar mais pra frente, está bom? **SIMONE:** Muito obrigada! Volte sempre! Eu
 2145 espero que não tenha mais aquele negócio de 20% lá. **WILIAM CMAS BH:** Uai! Eu acho que
 2146 não via ter mais não! **SIMONE:** Oba! Uhu! Eu também acho. Se você tiver algum problema
 2147 você nos avise, está bem? Eu vou passar para a conselheira Marta, pra ela poder ler então
 2148 a resolução... Gente, vamos compor a comissão organizadora? Sabe por que é importante
 2149 a gente compor? Ela já vai inclusive preparando a oficina da próxima, a gente discute antes...
 2150 Está bom? Então eu vou passar pra Marta. **MARTA SILVA:** Minuta de resolução que dispõe
 2151 sobre a instituição, composição e finalidade das comissões organizadoras e de acesso e
 2152 acessibilidade dos usuários na 12ª conferência estadual de assistência social. O Conselho
 2153 Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e,
 2154 considerando o disposto na resolução conjunta CEAS/SEDESE nº 053 de 16 de dezembro
 2155 de 2016 e na deliberação da 209ª plenária ordinária realizada em 17 de fevereiro de 2017,
 2156 resolve: Fica instituída a comissão organizadora para a realização da 12ª conferência
 2157 estadual de assistência social a qual será coordenada pela presidente e pela vice-presidente
 2158 do CEAS/MG, composta, paritariamente, por 06 (seis) conselheiros representantes da
 2159 sociedade civil e do governo da seguinte forma... E aí a gente vai ter que discutir o critério
 2160 para composição. Então conselheiros da sociedade civil assim discriminados; E conselheiros
 2161 do governo assim discriminados. Fica delegada à comissão organizadora a adoção de todas
 2162 as providências necessárias para a realização da 12ª conferência estadual a qual submeterá
 2163 à plenária do CEAS/MG todas as medidas e definições que porventura forem necessárias
 2164 para a realização daquela conferência. § 2º Fica a secretaria executiva do CEAS/MG
 2165 responsável por todo o suporte técnico e operacional necessários ao início, desenvolvimento
 2166 e conclusão dos trabalhos da comissão organizadora. Art. 2º A comissão organizadora
 2167 poderá contar, ainda, com colaboradores eventuais para auxiliar na organização e realização
 2168 da 12ª conferência estadual de assistência social. Parágrafo único: Consideram-se
 2169 colaboradores eventuais os conselheiros, as instituições e organizações governamentais ou
 2170 não, da administração pública direta ou indireta e ainda da iniciativa privada, prestadores de
 2171 serviços de assistência social, inclusive consultores e respectivos convidados. Art. 3º Fica
 2172 instituída a comissão de acesso e de acessibilidade dos usuários para auxiliar e dar suporte
 2173 quando da realização da 12ª conferência estadual de assistência social sendo composta
 2174 pelos seguintes conselheiros... Art. 4º Compete à comissão de acesso e de acessibilidade
 2175 dos usuários garantir o acesso acessibilidade de todos os usuários da política de assistência
 2176 social que estiverem participando da 12ª conferência estadual de assistência social. Esta
 2177 resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte. Simone, presidente do
 2178 Conselho. Então a gente tem que discutir a composição da sociedade civil e do governo na
 2179 comissão organizadora. E também, a composição da comissão de acesso e acessibilidade
 2180 dos usuários. E também, o texto da resolução, não é? **LEONARDO LADEIRA:** Só um
 2181 esclarecimento. **MARTA SILVA:** Aí nós estamos falando da conferência estadual? **MARTA**
 2182 **SILVA:** É. **SIMONE:** Que é precedida das conferências municipais e das conferências
 2183 regionais. Então a comissão pensa em subsídios para a municipal... **LEONARDO LADEIRA:**

2184 Pra todas! **SIMONE:** Pra todas! Cristiane. **CRISTIANE:** É só uma questão levantada ontem
 2185 na reunião da sociedade civil com relação a este Fórum Interconselhos. VOZ AO FUNDO.
 2186 **CRISTIANE:** É outro tópico, mas esbarra nesse por questão de agenda. Às vezes quem tem
 2187 possibilidade de participar em um vai depender muito da agenda desse fórum, porque
 2188 também ode sobrecarregar. Então assim, se pudesse trazer essa pauta pra gente ter clareza
 2189 disso... Eu não sei! Cadê os meninos da.... **SIMONE:** Gente! Eu estou conversando com a
 2190 Consolação aqui. A gente podia tirar os critérios e não os nomes. A Cristiane tem razão.
 2191 Corre um risco enorme de a gente colocar o de quem já vai está participando disso e de
 2192 quem está participando daquilo. E aí a gente tira os critérios aqui, nas nossas reuniões de
 2193 governo e de sociedade civil a gente escolhe os nomes. Pode ser assim, Cristiane É melhor,
 2194 não é? A gente já tem a presidente e a vice-presidente, não é? Do governo... Da outra vez
 2195 foi o COGEMAS... VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Aí a gente pode ter um dos municípios, não
 2196 é? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** A Marta vai fazer uma sugestão. **MARTA SILVA:** Eu tenho
 2197 uma sugestão. Como a gente tem a comissão de monitoramento de deliberação das
 2198 conferências, eu sugeriria que, pelo menos, um membro da comissão de monitoramento pela
 2199 sociedade civil e pelo governo, integrasse a comissão organizadora. É uma sugestão que eu
 2200 pensei. VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** É. A gente instituiu uma comissão de
 2201 monitoramento de deliberações. Eu já acho que ajudaria para o trabalho da comissão
 2202 encaminhar todo o processo que vai redundar com certeza na conferência estadual. Então
 2203 se a pessoa já estiver envolvida na comissão organizadora também pode ser um critério.
 2204 **SIMONE:** É ruim quando a gente não traz uma proposta, não é? É ruim. Conferência é isso
 2205 que o pessoal está falando aqui! É essa a política: governo e sociedade civil. E a sociedade
 2206 civil sempre teve representação de trabalhador, usuário e entidade, não é isso? VOZ AO
 2207 FUNDO. **SIMONE:** E o governo é o que? SEDESE, as outras secretarias e o COGEMAS.
 2208 VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** E os Conselhos Municipais. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** E na
 2209 sociedade civil também tem Conselho Municipal. Então são 04 (quatro) de lá e 04 (quatro)
 2210 de cá. Pronto! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Uai gente! Nós vamos ficar disputando
 2211 representação? Não faz sentido! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** 04 (quatro) do governo e 04
 2212 (quatro) da sociedade civil. Governo: 01 (um) representante do CMAS; 01 (um) representante
 2213 das outras secretarias; 01 (um) representante da SEDESE; 01 (um) representante do
 2214 COGEMAS. Sociedade civil: 01 (um) dos trabalhadores; 01 (um) dos usuários; 01(um) das
 2215 entidades; 01 (um) do CMAS. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Ficou bom? Ficou ótimo? Nossa
 2216 senhora hein! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Para a comissão de acessibilidade... Aí que tem
 2217 que ter usuários, não é gente? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** São quantos membros? VOZ AO
 2218 FUNDO. **SIMONE:** Suplente também ode participar. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Não, gente!
 2219 Não articula ainda não! Vocês vão tirar lá na sociedade civil isso, calma! A comissão de
 2220 acessibilidade eu vou passar pra Consolação, ela tem uma proposta aqui. **CONSOLAÇÃO:**
 2221 Para ter esse olhar mais atento deveria ser: usuário, o próprio CMAS e a entidade. Aí eu
 2222 acho que fecharia. Não precisa de mais de 03 (três), não. **SIMONE:** Ok? Aí então na
 2223 sociedade civil vocês escolhem os membros para a comissão organizadora. VOZ AO
 2224 FUNDO. **SIMONE:** Ela está falando que os suplentes também podem participar. VOZ AO
 2225 FUNDO. **SIMONE:** Então vamos votar na minuta de resolução? Os conselheiros que são
 2226 favoráveis a instituição da composição da comissão organizadora e de acesso e
 2227 acessibilidade dos usuários da 12ª conferência estadual de assistência social, por favor,
 2228 levantem os crachás. Podem abaixar. Contrários, abstenções. Muito obrigada, aprovada.
 2229 Último ponto de pauta agora. Quem vai conduzir? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Então eu vou
 2230 passar pra Marta. **MARTA SILVA:** É só pra gente registrar os nomes. No Fórum
 2231 Interconselhos o quê que a gente propôs na reunião da mesa diretora? É que para a
 2232 representação do Interconselhos na reunião do governo e da sociedade civil discutissem os
 2233 nomes porque haveria representação dos dois No caso do governo foi apresentado o nome
 2234 do Elder para compor o Fórum Interconselhos. E da sociedade civil quem foi? VOZ AO
 2235 FUNDO. **JOSEANE:** Ficamos de indicar o Isaque, mas o Isaque está querendo ver as datas.

2236 **MARTA SILVA:** As datas vão ser só depois, Isaque. Vai ser quando o calendário do Fórum
 2237 for encaminhado pra gente, tá? **VOZ AO FUNDO. ISAQUE:** Então pode ser. **MARTA SILVA**
 2238 Ok. Então é o Elder e o Isaque. E com relação à recomposição da comissão de ética, com a
 2239 saída da Maíra, que era conselheira e representante da SEDESE, o Leonardo, da SEPLAG,
 2240 vai assumir essa vaga do governo na comissão de ética. Ok? É só isso. **VOZ AO FUNDO.**
 2241 **SIMONE:** Bem, nós terminamos essa pauta longa e profunda do dia de hoje, não é gente?
 2242 Muito obrigada a todos. Palmas pra nós, não é! **APLAUSOS SIMONE:** Hoje foi muito
 2243 importante, muito bom. Muito obrigada a todos (as) Até o nosso próximo pleno. FIM.

NOME	ENTIDADE/ORGÃO	ASSINATURA
Arlete Alves de Almeida	GRAAL	
Cristiane Isabel Felipe	IMSNS	
Dayana Cristina Lourenço de Assis	CMAS/Juiz de Fora	
Edna Días Bragança	ASMG	
Erica Andrade Rocha	CRP/MG	
Fabírcia Ferraz Mateus Lopes	SEAPA	
Helder Augusto Diniz Silva	CMAS/Pedro Leopoldo	
Isabela de Vasconcelos Teixeira	SEDESE	
Isac dos Santos Lopes	ASQUIS	
Josiany Vieira de Souza	ACONEQUISTAC	
Leonardo Koury Martins	SEDA	
Maria da Pascoa Andrade	COGEMAS	
Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas	CMAS/Leopoldina	
Maria Juanita Godinho Pimenta.	Fed. das APAE's	
Marta Elizabete de Souza Aguiar	SES	
Marta Maria Castro Vieira da Silva	SEDESE	
Raquel Francisca Ferreira Silva	CMAS/Leopoldina	
Rodrigo dos Santos França	ASSPROM	
Sandra Regina Ferreira Barbosa	SINTIBREF	
Silvana Célia de Campos	SEE	
Simone Aparecida Albuquerque	SEDESE	
Soyla Rachel dos S. Rachel S. Pereira.	CMAS/PARACATU	
Volney Lopes de Araújo Costa	PSIND	
William de Souza Franco	Associação Q.Marques	
Willam Santos Franca	URCMAS/BH	
Wilson de Sales Lana	SEF	

2244